

ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - Nº 4 - 2003

ISSN 1645-586X

O PAPEL DA IMIGRAÇÃO NA DINÂMICA POPULACIONAL:
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE
DEMOGRÁFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

A AGLOMERAÇÃO E A MOBILIDADE INTER-REGIONAL DO
FACTOR TRABALHO EM PORTUGAL

A REGIÃO NORTE DE PORTUGAL E A PREFERÊNCIA DA PROCURA
TURÍSTICA: LITORAL *VERSUS* INTERIOR

AUTO-SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM LISBOA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

APDR

O PAPEL DA IMIGRAÇÃO NA DINÂMICA POPULACIONAL: UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS¹

Maria de Nazaré Oliveira Roca -e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional,
Universidade Nova de Lisboa - E-mail: mn.roca@fcsh.unl.pt

RESUMO:

Nos anos noventa, na maior parte das regiões portuguesas, a imigração teve um importante impacto na dinâmica populacional. Análises de correlação e de *clusters* demonstraram que no interior Norte e Centro, no Baixo e Alto Alentejo, o papel positivo da imigração no crescimento populacional foi ofuscado pela sua contribuição para o envelhecimento da população. No litoral Norte e Centro e na Península de Setúbal, a imigração e o crescimento natural e/ou as migrações internas partilharam a influência positiva na dinâmica demográfica. Na Grande Lisboa, no Algarve, Alentejo Central e Litoral a imigração suplantou os outros componentes do crescimento demográfico. Os emigrantes regressados seguidos, dos naturais da Europa Ocidental, predominaram na maior parte do Norte e Centro enquanto que os nascidos nos PALOPs e no Brasil concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa. No Alentejo e Algarve, os naturais do Leste europeu eram os mais numerosos.

Palavras-chave: emigrantes regressados, imigração de estrangeiros, dinâmica populacional, sustentabilidade demográfica, desenvolvimento regional.

ABSTRACT:

Immigration had an important impact on the population dynamics in most of the Portuguese regions in the nineties. Correlation and clusters analyses showed that in inner regions of the North and Centre and in *Baixo* and *Alto Alentejo*, the positive role of immigration in population growth was overshadowed by its role in aggravating ageing. In the coastal regions of the North and Centre and in the *Península de Setúbal*, the influence of immigration on population dynamics was as important as of natural growth and/or internal migration, while in *Grande Lisboa*, *Algarve*, *Alentejo Central* and *Alentejo Litoral* immigration was by far the most important factor. Immigrants born in Portugal and Western Europe predominated in the North and Centre while those born in former African Portuguese colonies and in Brazil were concentrated in the Lisbon Metropolitan Area. Immigrants born in Eastern Europe were the most numerous in *Alentejo* and *Algarve*.

Keywords: return migrants, foreign-born immigrants, population dynamics, demographic sustainability, regional development.

¹ Este trabalho contém resultados preliminares do projecto “Sustentabilidade do Desenvolvimento das Regiões Portuguesas”, no âmbito do Programa Plurianual de Financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, co-financiado pelo POCTI (vertente FEDER) do III QCA da União Europeia. A autora agradece a colaboração de Rossana Estanqueiro (elaboração de quadros e figuras) e Rui Brites (consulta sobre métodos quantitativos).

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da década de noventa, o debate sobre o papel dos imigrantes na sociedade e economia dos países da União Europeia intensificou-se devido ao aumento da pressão migratória. Aos fluxos que antes se originavam no Sul e que na sua maior parte provinham de antigas colónias europeias, juntam-se fluxos vindos do Leste e Sudeste Europeu, sendo a grande maioria desses imigrantes clandestinos. Muitos não chegam sequer a atingir o continente, travados pelas guardas fronteiriças, ou pior, tragados pelo Mar Mediterrâneo.

Nessa mesma década, em todos os países da União Europeia o índice sintético de fecundidade desceu para 1,47² ou seja, muito abaixo do limite que garante a reprodução simples da população (2,1). A diminuição da fecundidade acompanhada do envelhecimento da população³ teve como consequência o agravamento da relação entre pessoas em idade pós-activa e pessoas em idade activa. Por outro lado, uma das poucas generalizações aceites na área do estudo das migrações de trabalho é o seu papel selectivo quanto à idade, sendo a maioria dos imigrantes jovens ou jovens adultos.

Um documento crucial sobre a situação demográfica nos países desenvolvidos é o estudo da Population Division das Nações Unidas, publicado em 2000 sobre “*replacement migration*” ou seja migrações de substituição.⁴ Este estudo e outros publicados

pela mesma altura (“Orzechowska, 2001”; “Wanner, 2000”; “Lutz e”Scherbov, 2002”), apresentam como conclusão comum que seria necessário um fluxo muito mais intenso de imigrantes para a União Europeia do que o actual para que os efeitos positivos nas tendências negativas do envelhecimento se fizessem sentir, o que por razões políticas mais do que económicas seria muito difícil de concretizar.⁵ No entanto, os autores são consensuais em afirmar que, sem a imigração, a situação demográfica tenderá a agravar-se ainda mais até meados do século XXI.

De facto, o estudo da Population Division (2000: 86) aponta para uma diminuição da população da União Europeia em 2050 de 30%, relativo a 1995,⁶ se o saldo migratório for zero.

Raros foram os estudos nos anos noventa que abordaram a imigração de substituição a um nível abaixo do nacional, apesar de serem notórios os desequilíbrios regionais quanto à dinâmica populacional.⁷ Ao lado de espaços de expansão demográfica que correspondem maioritariamente a zonas peri-urbanas das áreas metropolitanas ou a cidades médias maioritariamente no litoral, encontram-se espaços de despovoamento e envelhecimento demográfico que cobrem vastas zonas rurais bem como zonas centrais dos grandes aglomerados urbanos (“Comissão Europeia, 1995”; “Rees e Kupiszewski, 2001”). Quase todos os estudos existentes analisam o saldo migratório geral⁸ não separando as partes do saldo devidas às migrações externas e às internas, ou levando

² Número médio de filhos que uma mulher pode conceber em sua idade fértil – 15 a 49 anos. Fonte: EUROSTAT Statistical Yearbook (<http://europa.eu.int/comm/eurostat>).

³ Em 2000, a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos atingiu 16% na União Europeia (EUROSTAT, 2003).

⁴ Este termo pode ser usado e definido como sendo “*the international migration to be needed to offset the overall ageing of population, decline in the population working ages as well as to offset the overall ageing of the population*” (VVAA, 2003).

⁵ No estudo da Population Division (2000, 86), calculou-se que para manter os 370 milhões de habitantes da EU, registados em 2000, seria necessária a entrada de 47,4 milhões de imigrantes entre 2000 e 2050. No final do período os imigrantes corresponderiam a 16,5% da população da EU.

⁶ Ano de referência escolhido para a elaboração das projecções demográficas.

⁷ A dinâmica populacional abrange o crescimento efectivo, natural e migratório bem como os processos ligados a mudanças na relação entre os grandes grupos etários funcionais, ou seja, população em idade pré-activa, activa e pós-activa.

⁸ O conceito de saldo migratório geral de uma unidade territorial é aqui definido como o resultado da diferença entre o número de pessoas que migraram para uma unidade territorial, de outra unidade territorial do país ou do estrangeiro e o número de pessoas que emigraram para uma unidade territorial do país ou para o estrangeiro. Assim, o saldo migratório geral é composto do saldo migratório interno e do saldo migratório externo.

em consideração apenas esta última. Entretanto, recentemente apareceram dois estudos que tratam a imigração em particular. No trabalho de “Gaag et al” (2001: 21) sobre as migrações internacionais e a população estrangeira na União Europeia ao nível regional uma das mais importantes conclusões, por exemplo, é que *“different immigrant populations, defined by for instance citizenship or country of birth, show different settlement patterns”*. Num recente relatório de progresso do Projecto internacional ESPON *“The spatial effects of demographic trends and migration”* na União Europeia os seus autores chegam à conclusão que *“the local and regional impact of an immigration responding to declines in the population in working ages can differ from the impact on aggregate level”* (VVAA, 2003:120).

Todos os estudos acima referidos tratam das denominadas migrações de trabalho oriundas de países fora da União Europeia. Porém, investigações de campo na Europa Meridional, demonstraram que as migrações pós-idade laboral tornaram-se um factor importante no equilíbrio demográfico de regiões problemáticas, como são as regiões despovoadas interiores ou contribuíram para a estabilização económica de áreas até então dependentes do turismo sazonal (“King, Warnes e Williams, 1998”; “Rodríguez et al, 1998”).

Em Portugal, nos últimos anos, com a intensificação dos fluxos imigratórios e seu peso cada vez maior no crescimento da população, estão a começar a surgir publicações com resultados dos primeiros projectos de investigação sobre esse tema. Um dos estudos mais relevantes é intitulado “Contributo dos «imigrantes» na demografia portuguesa” cujos autores são Maria João Rosa, Hugo Seabra e Tiago Santos, publicado em 2004. Uma das suas

conclusões mais importantes é que a *“manutenção de um saldo migratório positivo durante o período prospectivo [2001-2021] revela que a componente migratória pode contribuir para atenuar os sintomas do processo de envelhecimento em curso, para inverter a tendência de diminuição de efectivos nas idades jovens e para «segurar» o decréscimo de efectivos em idades activas. Porém, apesar destes efeitos, não é verosímil supor-se que uma qualquer dinâmica migratória positiva seja suficiente para travar ou contrariar o curso do envelhecimento da estrutura etária. Aliás, para que tal acontecesse as ordens de grandeza dos saldos migratórios (positivos) a observar durante todo o período prospectivo teriam que ser demasiadamente altas.”* (“Rosa, Seabra e Santos, 2003: 90”).

Os autores alertam, também para a acção diversa dos grupos imigrantes predominantes em Portugal na dinâmica demográfica, visto que os seus níveis de fecundidade e a composição etária bem como a sua distribuição geográfica diferem consideravelmente.⁹ Porém, os cenários tendo como horizonte temporal o ano de 2011, são apresentados a nível nacional e apenas para as regiões do Grande Porto, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve, que concentram a grande maioria dos imigrantes de nacionalidade estrangeira.

Não foram levados em conta nesse estudo, como não foram naqueles a nível europeu, os fluxos de entrada de emigrantes regressados nem os imigrantes de naturalidade portuguesa nascidos no estrangeiro. No entanto, resenhas de literatura (“Rato, 2000”) e investigações de campo de carácter local (“Cepeda,

⁹ No seu estudo, Rosa, Seabra e Santos (2002: 44, 58) apresentam os seguintes dados sobre a população residente em Portugal: índice de envelhecimento [(65 e mais anos/0-14 anos) * 100]: portugueses – 103,6; caboverdianos – 36,9; ucranianos – 26,9; britânicos – 147,3. Índice sintético de fecundidade: portuguesas – 1,42; caboverdianas – 3,34; ucranianas – 2,30; britânicas – 1,95.

1991”; “Roca, 2000”; “Portela e Nobre, 2002”) apontaram para a presença, cada vez mais visível, de emigrantes regressados em idade de pré-reforma ou reformados que optaram por viver maioritariamente em suas regiões de origem.

Foi, também, registada a importância crescente que a imigração de estrangeiros em idade de pré-reforma ou já reformados tem em algumas regiões, como é o caso do Algarve e, em menor medida do Alentejo, escolhidas pelas boas condições climáticas e/ou modos alternativos de vida (“Williams e Patterson, 1998”; “Rosa, Seabra e Santos, 2003”).

2. IMPORTÂNCIA DO TEMA

Em Portugal, a análise dos primeiros resultados do Censo da População de 2001 mostrou que os anos noventa se caracterizaram por um aumento no ritmo de crescimento demográfico. Enquanto que nos anos oitenta a população portuguesa estagnou com uma taxa de crescimento de apenas 0,4%, nos anos noventa, registou-se um crescimento de 4,6%.¹⁰

No entanto, os ganhos populacionais não se distribuíram equitativamente pelas regiões. De facto, de entre as trinta NUTS III em que está dividido o território nacional, as dezanove que registaram aumento populacional localizam-se no litoral, com excepção da Cova da Beira e Dão-Lafões, no Centro Interior, do Alentejo Central e da Região Autónoma dos Açores, cuja população estagnou ou cresceu ligeiramente. Por outro lado, as onze NUTS III com declínio populacional correspondem à Região Autónoma da Madeira e a dez regiões do interior de Portugal Continental (quadro 1)¹¹

A retoma do crescimento populacional deveu-se quase que exclusivamente ao saldo migratório geral positivo registado para todo o país (3,7%) uma vez que o crescimento natural nessa década foi de apenas 0,9%.¹² Também, no Continente, a nível regional, as migrações demonstraram ser o componente mais importante da dinâmica populacional.¹³ De facto, se em dezanove NUTS III houve saldos naturais negativos, em contrapartida, apenas quatro apresentaram saldos migratórios gerais, também negativos. Esta tendência das migrações contribuiu para que um número considerável de regiões, principalmente no interior do Centro e Sul, passasse de áreas de declínio para áreas de crescimento populacional, embora fraco, ou visse atenuado o ritmo de declínio demográfico. No entanto, nessas mesmas regiões nos anos noventa, o processo de envelhecimento da população agravou-se e diminuiu a densidade populacional. Por outro lado, os movimentos migratórios foram o principal factor de expansão demográfica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP), do Algarve, bem como de outras regiões litorais como o Cávado, Ave, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste, as quais se caracterizaram por uma população menos envelhecida e por densidades populacionais mais elevadas.

Contudo, há indícios que as migrações externas tiveram um peso maior nos saldos migratórios gerais positivos da grande maioria das NUTS III do que as migrações internas. Um deles é que, na segunda metade dos anos noventa,¹⁴ em treze NUTS III do Continente, situadas maioritariamente no interior, registaram-se saldos migratórios internos negativos, enquanto que apenas quatro delas apresentaram saldos migratórios gerais também negativos.

¹⁰ Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹¹ O quadro 1 contendo dados sobre a dinâmica demográfica das regiões portuguesas encontra-se, no final do texto.

¹² Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹³ Não há dados sobre o saldo migratório geral das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Assim, não são tratadas nesta parte do artigo. Porém, são incluídas quando da análise da imigração.

¹⁴ Não há dados disponíveis para o cálculo dos saldos das migrações internas para todo o período intercensitário 1991-2001, mas apenas para o período entre 1996 e 12 de Março de 2001, ou seja, no momento censitário.

Assim, vale a pena analisar em maior detalhe os fluxos migratórios provenientes do estrangeiro nos anos noventa pois o que foi acima exposto parece indicar que tiveram um papel de relativa importância na dinâmica populacional das regiões e, por conseguinte, na sustentabilidade demográfica¹⁵ do desenvolvimento.

3. OBJECTIVOS E OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

Este artigo que visa contribuir para o estudo da sustentabilidade demográfica do desenvolvimento a nível regional tem como objectivos: (i) apontar para a importância que os imigrantes de nacionalidade portuguesa e os imigrantes nascidos no estrangeiro tiveram na dinâmica demográfica das regiões e (ii) identificar grupos de regiões com características semelhantes quanto à imigração e à dinâmica populacional na década de noventa.

Antes de se passar à análise da informação relacionada com os objectivos acima, são apresentadas algumas observações relacionadas com os dados e conceitos contidos no Censo da População de 2001, bem como com os métodos estatísticos escolhidos para a análise.

Nos anos noventa, houve um acréscimo de 361.103 pessoas na população residente em Portugal, resultante do saldo migratório geral positivo.¹⁶ Parte desse saldo deve-se aos 112.737 estrangeiros a mais registados no Censo da População de 2001, em relação ao censo de 1991.

A diferença de 203.366 entre esses dois valores corresponde ao saldo entre a imigração e a emigração de nacionais: (a) que regressaram ao país ou (b) naturais do estrangeiro, que adquiriram a nacionalidade portuguesa, o mais provavelmente, por serem, quase todos, cônjuges e/ou descendentes de portugueses. Infelizmente, porém, não há dados cruzados sobre a nacionalidade e naturalidade da população proveniente do estrangeiro durante a década de noventa. No entanto, se os dados disponíveis forem tratados e analisados por país de naturalidade dos imigrantes, discriminando os países de emigração tradicional de Portugal, pode ter-se uma ideia do peso dos imigrantes de nacionalidade portuguesa e estrangeira.

Outra limitação relacionada com a informação disponível no Censo de 2001 é que não há dados sobre a imigração para todo o último período intercensitário. Apenas podem ser estudados os fluxos migratórios posteriores a 31 de Dezembro de 1995. Nesse período, entraram no país 245055 pessoas, o que corresponderia a 67,84% do saldo migratório geral mencionado acima. Porém, deve-se levar em linha de conta que, segundo o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída do INE,¹⁷ 69256 emigrantes temporários¹⁸ deixaram o país entre 1992¹⁹ e 1995. Assim, se todos esses emigrantes regressaram após 1995, representariam 28,26% de todas as entradas no país nesse período. Não há, porém, dados sobre o regresso nem a duração da estadia dos emigrantes no estrangeiro. Mesmo assim, os restantes imigrantes, quase três quartos, seriam estrangeiros ou emigrantes permanentes que regressaram a Portugal.

¹⁵ Sustentabilidade demográfica é aqui entendida como a capacidade da população de um território (a qualquer escala) de manter a longo prazo (i) a fecundidade a um nível que garanta a reprodução simples de gerações e (ii) o equilíbrio entre os grandes grupos etários funcionais, ou seja, a população em idade pré-activa, activa e pós-activa. Além do crescimento natural, as migrações influenciam esse equilíbrio.

¹⁶ Fonte: Censo 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques). (<http://www.ine.pt>).

¹⁷ Fonte: <http://www.ine.pt/pordserv/series/series.asp>.

¹⁸ Ou seja, que saíram do país com a intenção de permanecer por um período igual ou inferior a um ano.

(Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

¹⁹ Não há resultados divulgados desse Inquérito entre 1989 e 1991.

De acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a nacionalidade dos imigrantes mudou drasticamente a partir de 2000 e, principalmente, de 2001, quando decorreu o processo extraordinário de legalização dos imigrantes. Durante esse período, 126.901 pessoas obtiveram autorização de permanência em Portugal,²⁰ sendo a maioria proveniente de países da Europa de Leste (70.562 ou 55,60%).²¹ Assim, era de esperar que, pelo menos, uma parte desses imigrantes fosse abrangida pelo Recenseamento de 12 de Março de 2001.²² Por isso, também torna-se necessário analisar, em particular, os fluxos imigratórios ocorridos entre 1 de Janeiro de 2000 e o momento censitário quando 14.259 imigrantes naturais da Europa de Leste foram registados como tendo entrado no país durante esse período. Este número relativamente pequeno em comparação com os dados do SEF, pode dever-se ao facto de que, na altura do Recenseamento, a maioria desses imigrantes estava em situação irregular em Portugal e falava mal o português, o que deve ter dificultado a aplicação do questionário.

Nos quadros do Censo da População acima referidos, os únicos dados disponíveis sobre as características da população total proveniente do estrangeiro após 1995, referem-se à variável sexo. Há, ainda, dados sobre a idade e situação na profissão da população empregada que entrou no país após 1999. Pode-se, também, obter o número de imigrantes inactivos e/ou desempregados subtraindo o número total dos imigrantes do número de imigrantes empregados que chegaram após 1999. Como a taxa de desemprego

em Portugal era relativamente baixa (6,8%) por altura do Recenseamento, assumiu-se que a maioria das pessoas desse grupo era inactiva²³ e não, desempregada.

Já foi mencionado na introdução, que quando se trata de imigração por razões económicas, a maioria dos imigrantes são jovens ou jovens adultos. No entanto, a composição etária dos emigrantes regressados é mais difícil de determinar já que se pode tratar (a) de pessoas ainda em idade activa, principalmente se a ausência do país de naturalidade foi de carácter temporário ou (b) de pessoas que decidiram regressar após estadia prolongada no estrangeiro e que pode ter durado toda ou grande parte da sua idade activa. No caso das regiões portuguesas com maior incidência de emigrantes regressados, levando em linha de conta as fontes bibliográficas citadas, é de supor que a maioria estivesse já reformada ou em situação de pré-reforma. Uma vez que ao retornarem em idade já avançada às suas regiões de origem, as quais se caracterizam pela população envelhecida devido à acção conjunta da baixa fecundidade e do êxodo de jovens e adultos jovens para o estrangeiro e outras regiões do país, esses emigrantes podem ter contribuído para os valores relativamente elevados dos índices de envelhecimento e de dependência dos idosos²⁴ e do crescimento natural negativo registados no Censo de 2001 e que aumentaram significativamente no último período intercensitário (quadro 1). Para testar essa hipótese tentou-se determinar, calculando o coeficiente de Pearson, se havia correlação entre

²⁰ Fonte: <http://sef.pt/estatisticas>.

²¹ Em comparação, os nacionais de outros países europeus (incluindo a Europa de Leste) representavam apenas 3,56% dos estrangeiros a residir em Portugal em 2001, independentemente do ano de entrada no país. Fonte: Censos 2001. Quadros 6.06.1, Resultados Definitivos (<http://www.ine.pt/censos2001>).

²² O INE considera um indivíduo de nacionalidade estrangeira como residente se, independentemente de estar ou não em situação regular em Portugal, habitar um alojamento a maior parte do ano, só ou com a família, ou aí deter a totalidade ou a maior parte dos seus haveres (Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

²³ Segundo o INE, a população inactiva é o "conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, na semana de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados (Fonte: <http://www.ine.pt/meta/metainf.html>).

²⁴ Relação entre a população de 65 e mais anos e a população de 15 a 64 anos, ou seja $(65 \text{ e mais} / 15-64) * 100$. Esse indicador tem vindo a ser substituído pelo índice de sustentabilidade potencial, que vem a ser o quociente entre a população em idade activa e a população com 65 e mais anos.

a variável “percentagem de naturais de Portugal no total de imigrantes “ e esses indicadores.

Para a prossecução dos objectivos acima definidos tentou-se determinar: (i) o peso dos imigrantes provenientes do estrangeiro na população imigrante²⁵; bem como o peso dos imigrantes de naturalidade portuguesa e estrangeira na população proveniente do estrangeiro (ii) o peso de cada grupo de imigrantes por países de naturalidade no total dos imigrantes de naturalidade estrangeira, tendo sido escolhidos os seguintes grupos, os mais importantes em Portugal segundo dados do INE e SEF: naturais de países da Europa Ocidental,²⁶ naturais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), naturais do Brasil, naturais de países da Europa Oriental²⁷ e naturais de outros países não europeus²⁸; (iii) a distribuição geográfica desses grupos; (iv) a composição por sexo da população imigrante após 1995; (v) o peso dos imigrantes empregados no total da população proveniente do estrangeiro após 1999; (vi) a composição etária dos imigrantes empregados provenientes do estrangeiro após 1999; (vii) a correlação entre o peso dos emigrantes regressados na população residente e os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos bem como do crescimento natural; (viii) Clusters de regiões, utilizando-se o método de Ward;²⁹ (ix) a relação entre a imigração e a dinâmica populacional, representada pelo crescimento efectivo, saldo natural,

saldo migratório geral, saldo das migrações internas, índice de envelhecimento e relação de dependência dos idosos.

Foram tratados e analisados dados de quadros do Censo da População de 2001, disponíveis na página do INE na Internet.³⁰ A unidade territorial de análise foi a NUTS III, que no texto a seguir será denominada de região.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE

4.1 IMIGRANTES DE OUTROS CONCELHOS VERSUS IMIGRANTES DO ESTRANGEIRO

Na segunda metade dos anos noventa, 679.894 ou 73,51% dos 924.949 imigrantes em Portugal mudaram-se de outros concelhos enquanto que 245 055 ou 26,49% provieram do estrangeiro. Não obstante, houve regiões onde foram registadas percentagens consideráveis (mais de um terço) deste último grupo no total dos imigrantes, nomeadamente Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Serra da Estrela, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Douro, Madeira, Cova da Beira, o Algarve, a Beira Interior Norte e Cávado.

²⁵ É importante mencionar que o o número total de imigrantes numa região é o total de imigrantes para os concelhos dessa região, ou seja, inclui, também migrações entre concelhos da região.

²⁶ Ou seja, os países da União Europeia(UE), a Noruega e a Suíça.

²⁷ Este grupo foi assim denominado apesar de haver valores residuais relacionados com imigrantes da Islândia, Malta, Turquia e Chipre.

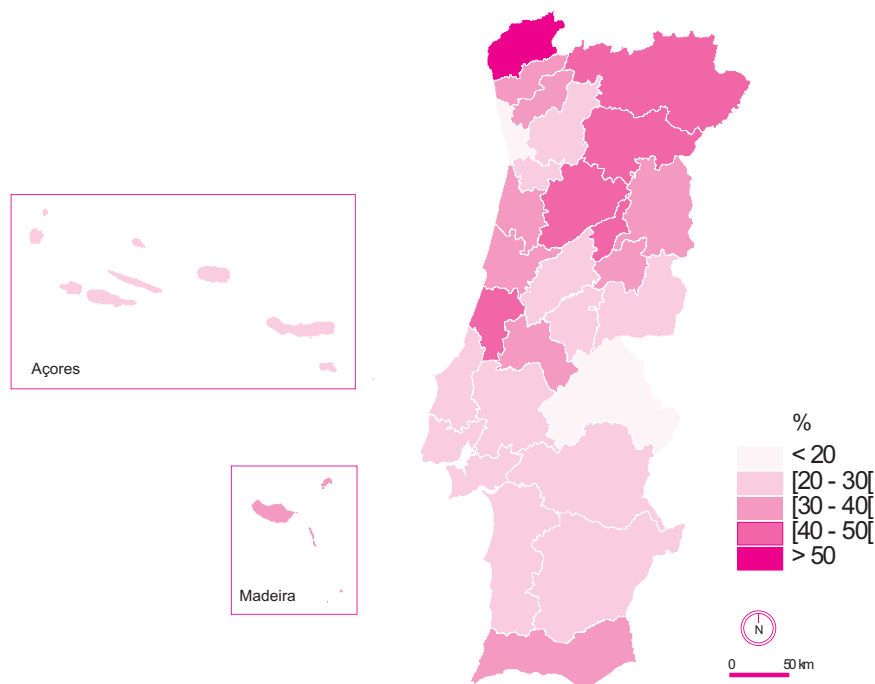
²⁸ Todos os outros países fora da Europa, com excepção dos PALOPs e Brasil. Inclui imigrantes de Timor e Macau.

²⁹ Com esse método minimiza-se a variância intra-grupos e maximiza-se a variância inter-grupos dos indicadores seleccionados.

³⁰ 1.02. População residente em 1991 e 2001, segundo os grupos etários e sua evolução entre 1991 e 2001; 6.09. População residente segundo as migrações (relativamente a 1999/12/31), por concelho de residência habitual em 2001/03/12; 6.10. População residente segundo as migrações (relativamente a 1995/12/31), por concelho de residência habitual em 2001/03/12; 6.13. População residente segundo os países de proveniência (relativamente a 1999/12/31), por países de naturalidade; 6.14. População residente segundo os países de proveniência (relativamente a 1995/12/31), por países de naturalidade; 6.42. População residente, empregada, e que em 31 de Dezembro de 1999 residia no estrangeiro, segundo a situação na profissão e sexo, por grupo etário. Os dados sobre densidade populacional foram obtidos nos Retratos Territoriais do INE (<http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp>). Os dados sobre crescimento efectivo, saldo migratório geral e saldo natural para 1991-2001 estão disponíveis na Série Destaques do INE (resultados preliminares do Censo de 2001). Esses mesmos dados para 1981-1991 foram extraídos de Lemos e Maia (1995).

FIGURA 1

Imigrantes provenientes do estrangeiro no total da imigração após 31.12.1995



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001. Resultados Definitivos (Quadros 6.09 e 6.10), <http://www.ine.pt/censos2001>.

Estas regiões estão, na sua maioria localizadas no interior Norte e Centro (figura 1) (quadro 2).³¹

Vale, também, mencionar que o peso relativo da população imigrante proveniente do estrangeiro após 1995 no total da população residente estava acima da média para Portugal (2,37%)³² em metade das 20 regiões do Norte e Centro, com destaque para o Pinhal Litoral (3,58%), Alto Trás-os-Montes (3,28%), Minho-Lima (3,24%) e Dão-Lafões (3,21%). O Algarve destacou-se com o maior valor registado (4,45%) (quadro 2).

Nas regiões de Lisboa e do Alentejo os imigrantes provenientes do estrangeiro não ultrapassavam mais de um quarto do total de imigrantes, incluindo os que imigraram de outros concelhos dessas regiões. Porém, o peso relativo desse grupo na população residente estava consideravelmente acima da média do país na primeira região, principalmente na Grande Lisboa (3,19%) enquanto que na segunda os valores eram significativamente abaixo da média nacional (quadro 2).

³¹ O quadro 2, contendo dados sobre os imigrantes de nacionalidade portuguesa e estrangeira, por sexo, actividade e idade dos empregados encontra-se no fim do texto.

³² Não se deve esquecer que, no fim de 2000, os estrangeiros representavam 2% da população residente em Portugal, enquanto que no fim de 2001, já correspondia a 3,4%. Prevê-se que até o final de 2003 correspondam a 5% (Fonte: <http://sef.pt/estatisticas>).

Após 1999, o número de imigrantes provenientes do estrangeiro estagnou ou diminuiu nas regiões onde representavam mais de um terço do total de imigrantes, com excepção do Algarve onde aumentou. Por outro lado, na Grande Lisboa, Península de Setúbal e nas regiões do Alentejo, com excepção do Baixo Alentejo, aumentou a participação desse grupo de imigrantes no total da imigração (quadro 2).

4.2 IMIGRANTES DO ESTRANGEIRO: NATURALIDADE PORTUGUESA E NATURALIDADE ESTRANGEIRA

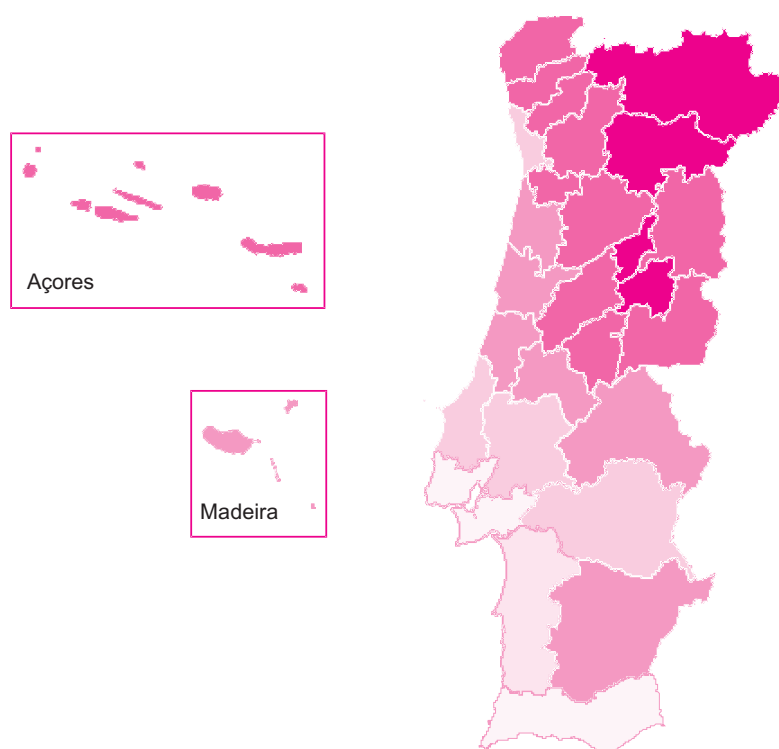
Na segunda metade da década de noventa, entraram no país 137.261 pessoas de nacionalidade estrangeira (56,23%) e 107 261 (43,77%) nascidas

em Portugal. A nível regional, há, porém, diferenças significativas no peso de cada um desses dois grupos de imigrantes. Verificou-se que em vinte e uma das trinta regiões portuguesas, mais de metade dos imigrantes provenientes do estrangeiro eram naturais de Portugal, ou seja, eram emigrantes regressados (figura 2). Essas regiões, com excepção da Madeira, dos Açores e do Baixo Alentejo, localizam-se no Norte e Centro de Portugal, principalmente no interior onde em algumas, a proporção de imigrantes naturais de Portugal chegou a ultrapassar os dois terços. Era o caso do Douro, de Alto Trás-os-Montes, do Minho-Lima, da Serra da Estrela, Cova da Beira, de Dão-Lafões, da Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (quadro 2).

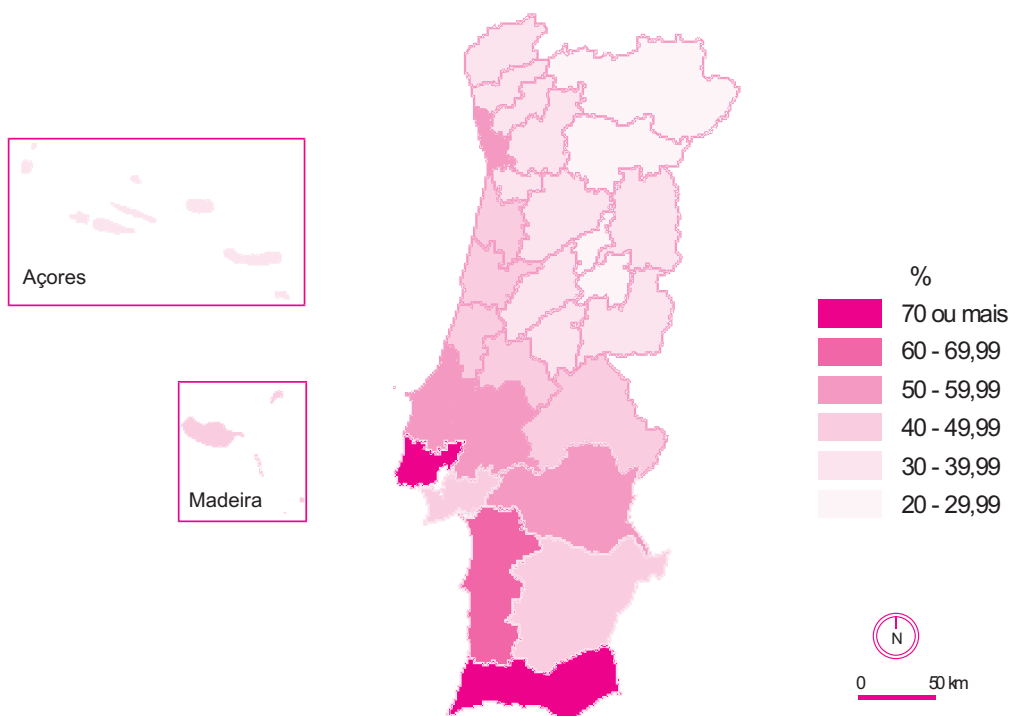
FIGURA 2

Imigrantes provenientes do estrangeiro após 31.12.1995 (NUTS III)

NATURAIS DE PORTUGAL



NATURAIS DO ESTRANGEIRO



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001. Resultados Definitivos (Quadros 6.13 e 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

Quando se analisaram apenas os fluxos de entrada após 1999, nessas regiões a participação de emigrantes regressados no total dos imigrantes provenientes do estrangeiro estagnou ou diminuiu em relação à imigração total ocorrida após 1995.

Nas regiões do Sul, os imigrantes naturais do estrangeiro predominaram no total da população entrada no país após 1995, ou seja, na Grande Lisboa, no Algarve, na Península de Setúbal, no Alentejo Litoral, na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central. Ao Norte, destacou-se apenas o Grande Porto e no Centro, o Oeste. Todavia apenas no Algarve era importante a presença de imigrantes provenientes do estrangeiro no total dos imigrantes (ver quadro 2).

Quanto à imigração após 1999, nota-se que, na grande maioria, das regiões portuguesas a participação de

imigrantes de nacionalidade estrangeira aumentou, principalmente nas regiões do Sul, destacando-se o Alto Alentejo, Alentejo Central e Lezíria do Tejo.

4.3 IMIGRANTES PROVENIENTES DO ESTRANGEIRO POR PAÍSES DE NATURALIDADE

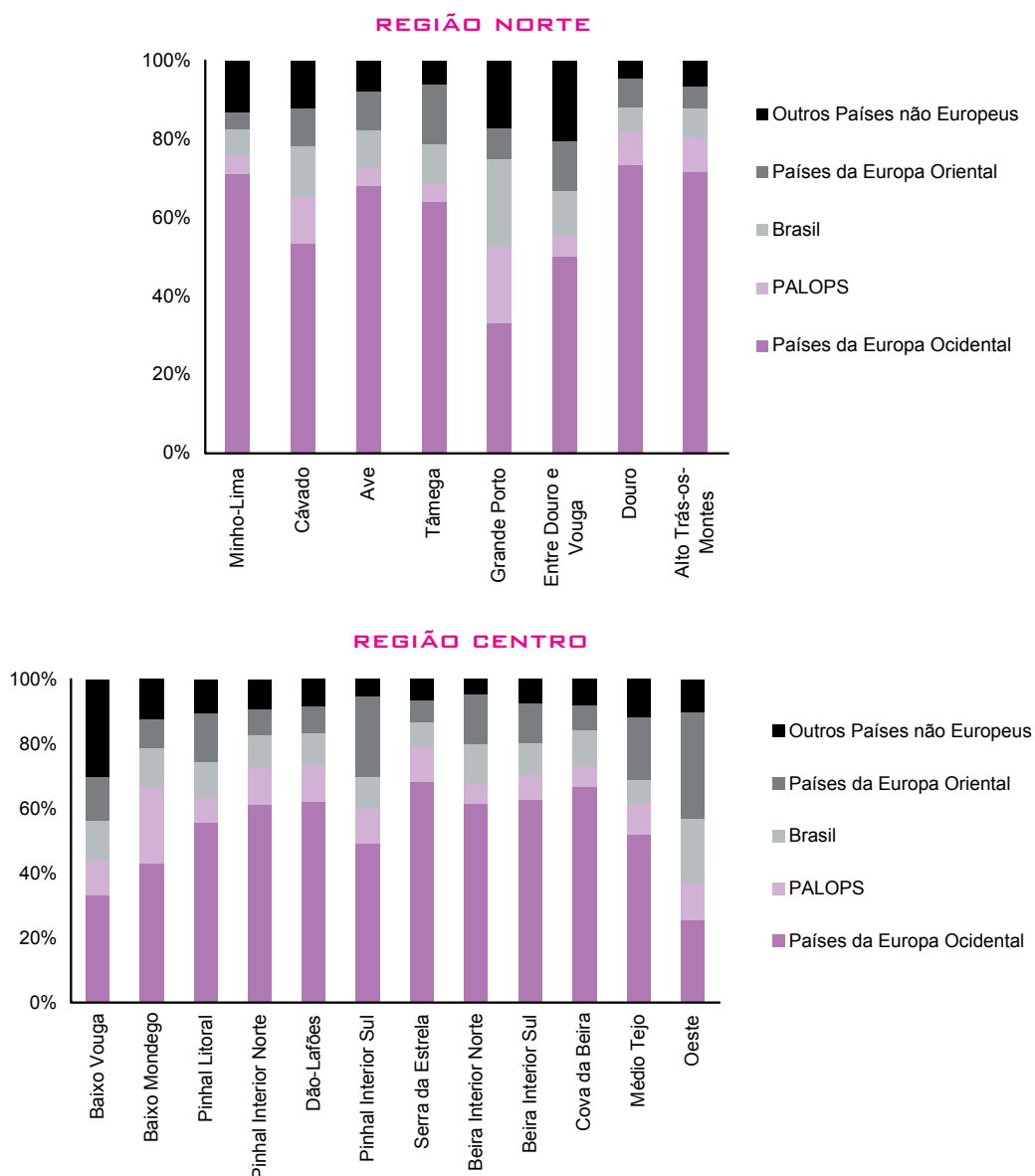
Em todo o território português, dois grupos de naturais do estrangeiro – dos PALOPs (29,62%) e da Europa Ocidental (28,67%) - perfaziam mais de metade do total dos imigrantes de nacionalidade estrangeira entrados no país após 1995. De entre estes últimos predominavam os naturais dos países de emigração tradicional portuguesa – França (46,14%), Suíça (13,53%) e Alemanha (11,83%). Eram, também, importantes os nascidos na Espanha (9,44%), e no Reino Unido (7,8%).

Quando se consideraram apenas os naturais do estrangeiro imigrados após 1999, verificou-se que havia uma distribuição equilibrada entre os imigrantes nascidos nos PALOPs (23,58%), no Brasil (23,30%),³³ nos países da Europa Ocidental (22,55%) e da Europa de Leste (21,94%). Os imigrantes naturais de outros países não europeus representavam apenas 8,63% das entradas.

A nível regional, há diferenças marcantes quanto à importância dos quatro principais grupos de imigrantes (quadro 3).³⁴ No Norte e Centro, nos fluxos imigratórios provenientes do estrangeiro após 1995, os nascidos em países da Europa Ocidental eram os mais numerosos sendo que em quase todas as regiões do interior chegaram a representar mais de 60% dos fluxos. Eram as mesmas regiões

FIGURA 3

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1995)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

³³ Não se deve esquecer que alguns desses dois grupos de imigrantes podem ser cônjuges e/ou descendentes de emigrantes portugueses, por ser mais facilitada a esses dois grupos de imigrantes a aquisição da nacionalidade portuguesa.

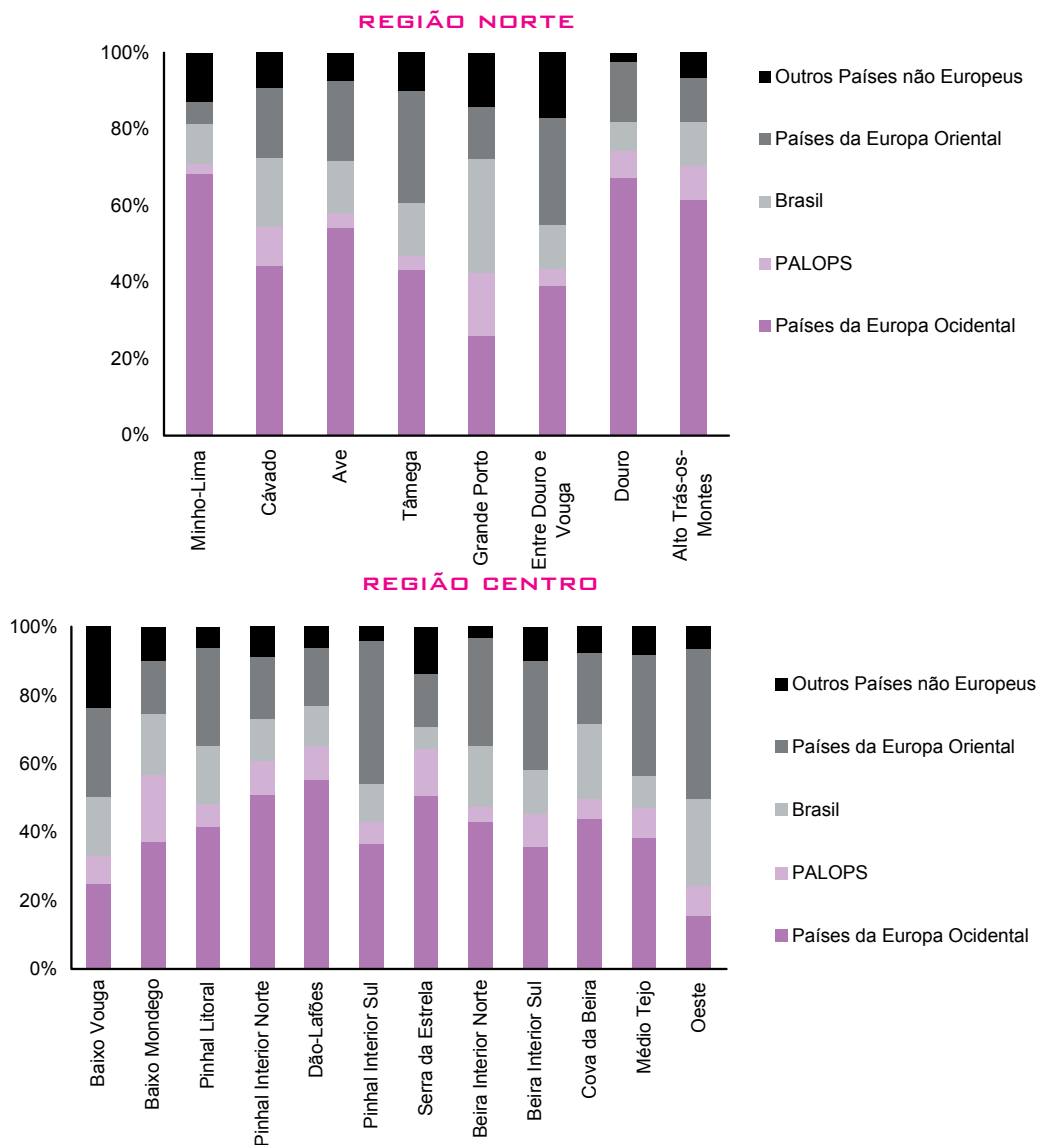
³⁴ O quadro-síntese 3 contendo dados sobre os imigrantes por países de naturalidade encontra-se, no final do texto, em anexo.

que apresentavam as maiores percentagens de emigrantes regressados. Tudo leva a crer que eram descendentes e/ou cônjuges de emigrantes, com a nacionalidade portuguesa. De facto, nas regiões do Norte e Centro, salvo no Grande Porto e Oeste, há uma forte correlação positiva entre a percentagem de emigrantes regressados e a percentagem de imigrantes naturais da Europa Ocidental (figura 3).³⁵ No Grande Porto estes, apesar de serem os mais numerosos, representavam um terço dos imigrantes, enquanto que no Oeste a presença de naturais da Europa de Leste era a mais marcante.

Levando em consideração apenas a imigração após 1999, o grupo de nascidos na Europa Ocidental continuou a ser o mais numeroso em quase todas as regiões do Norte e Centro, embora a sua participação tenha diminuído consideravelmente. Por outro lado, os nascidos no Brasil e na Europa de Leste intensificaram significativamente a sua presença, principalmente este último grupo. Nas regiões do Baixo Vouga e Pinhal Interior Sul passaram mesmo a ser o grupo mais importante e no Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga ocupavam

FIGURA 4

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1999)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

³⁵ Coeficiente de Pearson: 0,78 a 0,05 de nível de significância.

o segundo lugar (figura 4). Exceção é o Grande Porto onde os naturais do Brasil formavam o grupo mais numeroso. No Oeste, os imigrantes naturais do Leste aumentaram ainda mais a sua frequência e os nascidos no Brasil atingiram o segundo lugar.

As regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal diferenciaram-se do resto do país por terem sido as únicas regiões onde predominavam os naturais dos PALOPS nos fluxos de entrada de população após 1995. É de assinalar que os naturais do Brasil

apareciam em segundo lugar assumindo uma maior importância na Península de Setúbal do que na Grande Lisboa (figura 5).

Na imigração após 1999, continuaram a predominar os imigrantes dos PALOPS, seguidos de perto pelos brasileiros cuja participação aumentou significativamente sendo, também, o caso dos naturais dos países da Europa de Leste, cuja percentagem no total dos imigrantes, no entanto, continuou a ser pequena, tanto na Grande Lisboa como na Península de Setúbal (figura 6).

FIGURA 5

Imigrantes por países de nacionalidade (relativamente a 31.12.1995)

REGIÃO LISBOA

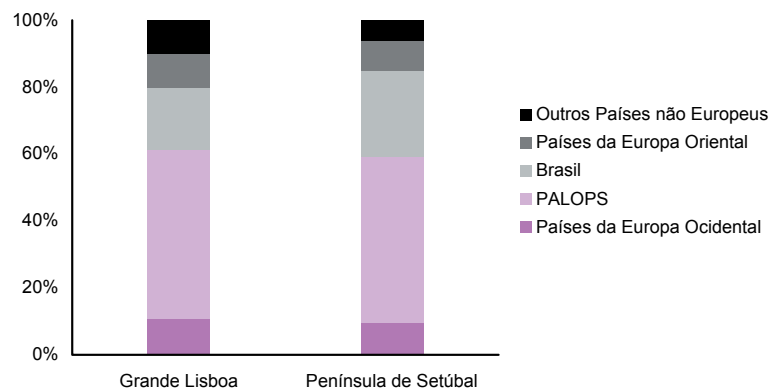
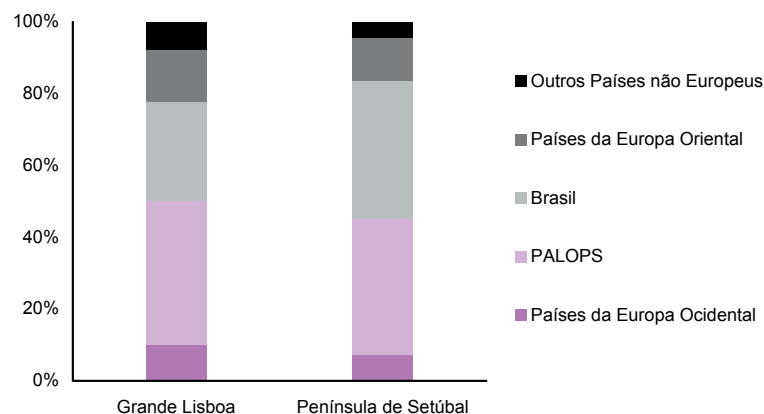


FIGURA 6

Imigrantes por países de nacionalidade (relativamente a 31.12.1999)

REGIÃO LISBOA



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

No Alentejo, nas regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo Central predominavam os europeus de Leste, enquanto que nas restantes regiões os nascidos na Europa Ocidental eram os mais numerosos (figura 7). O que distingue este último grupo de imigrantes residentes no Alentejo, no entanto, é o facto de não terem nascido apenas nos países de emigração tradicional de Portugal, mas, também, na Espanha (12,37%), no Reino Unido (6,43%) e na Holanda (5,8%).

Quando a análise se restringiu ao período após 1999, observou-se que na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central os imigrantes da Europa de Leste eram mais de metade enquanto que no Alentejo Litoral passaram a ter um ligeiro predomínio sobre os nascidos na Europa Ocidental (figura 8). Apenas no Baixo e Alto Alentejo este último grupo de imigrantes continuou a ser o mais numeroso.

FIGURA 7

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1995)

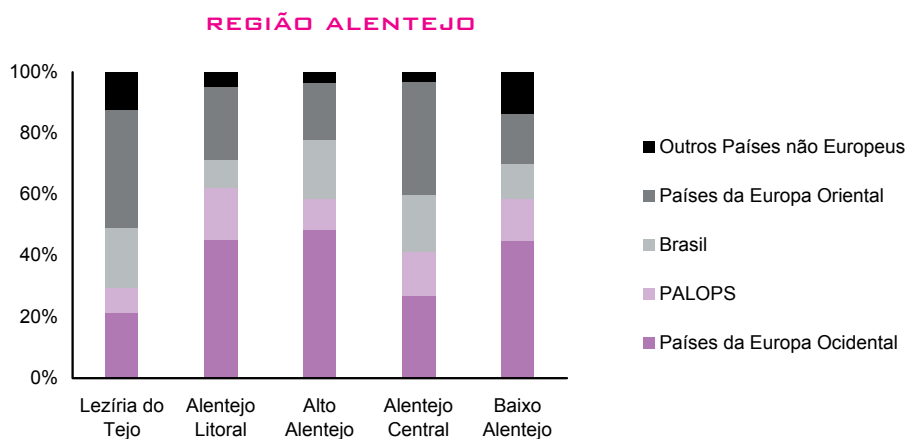
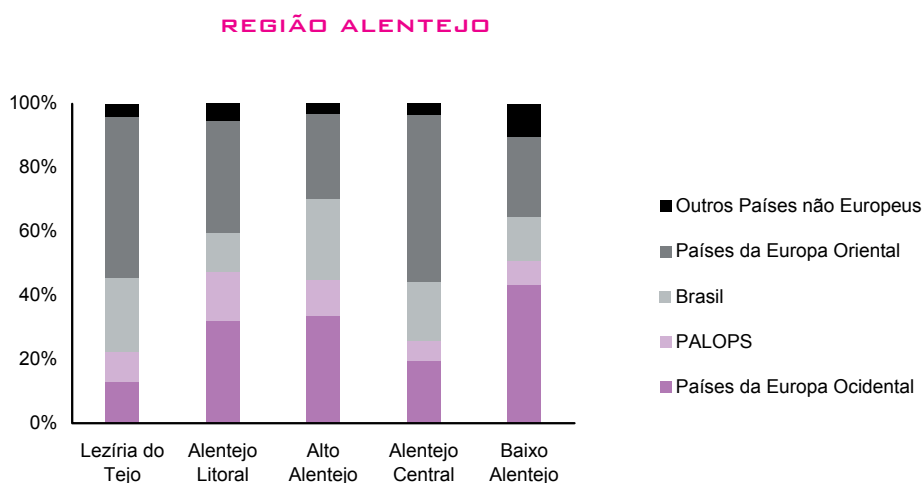


FIGURA 8

Imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31.12.1999)



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

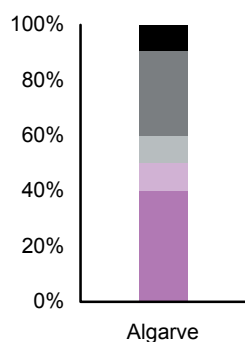
Nos fluxos imigratórios após 1995, o Algarve tinha a particularidade de ter os naturais da Europa Ocidental como o grupo mais numeroso, destacando-se no entanto, como principal país de naturalidade o Reino Unido (31% desse grupo) que não é um país de emigração tradicional portuguesa, seguido da Alemanha (24,5%) e França (15,5%). Os nascidos na Europa de Leste vinham logo a seguir em segundo lugar entre os grupos de imigrantes naturais do estrangeiro (figura 9).

Na imigração após 1999, inverteu-se a situação: os europeus de Leste passaram a ser os mais numerosos, seguidos dos naturais da Europa Ocidental sendo que entre eles continuavam a predominar os nascidos no Reino Unido (31,02%) e na Alemanha (24,59%) (figura 9).

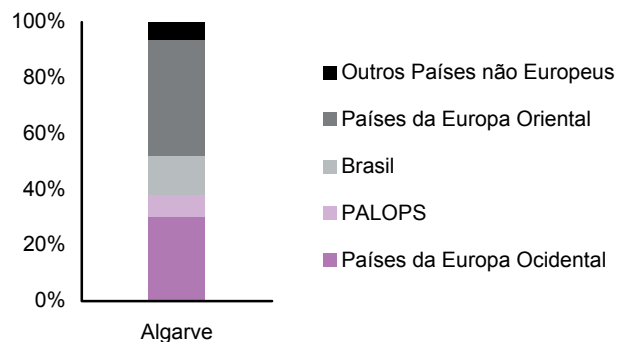
FIGURA 9

Imigrantes por países de naturalidade. Região do Algarve

RELATIVAMENTE A 31.12.1995



RELATIVAMENTE A 31.12.1999



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores onde prevaleciam os emigrantes regressados, tinham a particularidade de apresentar naturais de outros países não europeus como os mais numerosos, prevalecendo entre eles os nascidos na Venezuela (mais de dois terços), no caso da Madeira e os nascidos nos Estados Unidos e Canadá (mais de três quartos), no caso dos Açores (figura 10). Recorde-se que estes são países de acolhimento de emigração tradicional portuguesa.

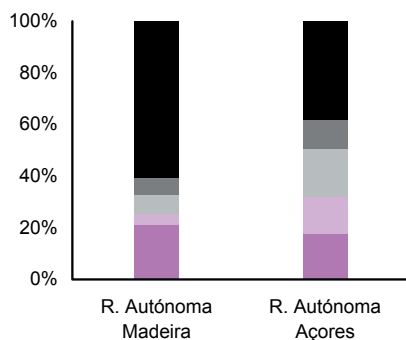
Quando se analisaram apenas os fluxos imigratórios posteriores a 1999, constatou-se que em ambas as regiões diminuiu a participação desse grupo em favor dos naturais do Brasil e do Leste europeu (figura 10).



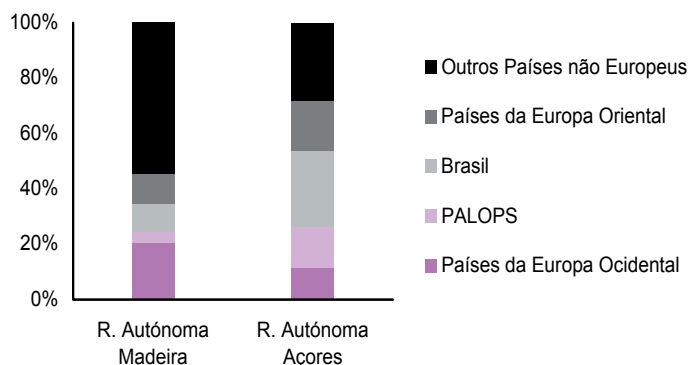
FIGURA 10

Imigrantes por países de naturalidade. Regiões Autónomas da Madeira e Açores

RELATIVAMENTE A 31.12.1995



RELATIVAMENTE A 31.12.1999



Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001, <http://www.ine.pt/censos2001>.

É importante destacar que, em todo o território nacional e em suas regiões, de entre os naturais da Europa de Leste e do Brasil que imigraram para Portugal após 1995, mais de três quartos do primeiro grupo e mais de dois quartos do segundo grupo, entraram no país durante o ano de 2000 ou nos primeiros meses de 2001, antes do Recenseamento de 12 de Março (quadro 3).

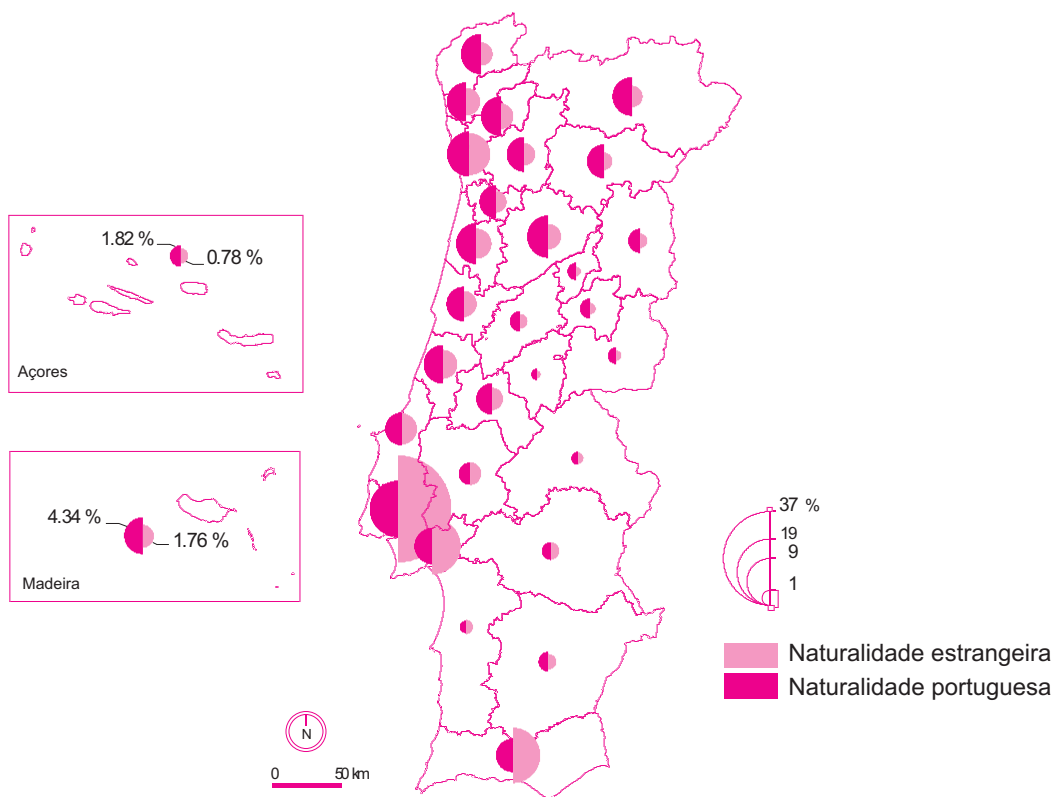
4.4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMIGRANTES SEGUNDO A NATURALIDADE

Em 2001, os emigrantes regressados, que entraram no país após 1995 estavam consideravelmente dispersos pelo Centro e Norte, onde se localizavam quase três quartos deles. Por outro lado, os imigrantes naturais do estrangeiro concentravam-se na Região de Lisboa e no Algarve onde residia mais de metade (figura 11).



FIGURA 11

Distribuição espacial de imigrantes provenientes do estrangeiro após 31.12.1995, segundo a naturalidade (NUTS III)



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

A distribuição espacial de alguns grupos desses imigrantes diferia sensivelmente da distribuição da população total de naturalidade estrangeira. Assim, no Norte e no Centro situava-se mais de metade dos imigrantes nascidos na Europa Ocidental (figura 12). Este padrão espacial coincidia bastante com a distribuição dos emigrantes regressados. Por sua vez, os naturais dos PALOPs estavam fortemente concentrados na Região de Lisboa, especialmente na Grande Lisboa (63,27%). Os naturais do Brasil residiam, também maioritariamente na Região de Lisboa, apesar de não deixar de ser importante o facto de que cerca de um quarto deles estava a viver

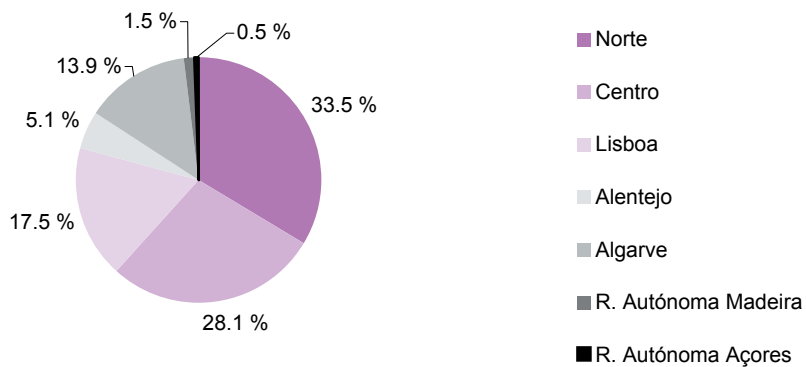
no Norte e Centro, principalmente no Grande Porto (7,89%) e Oeste (3,82%). Quanto aos imigrantes nascidos na Europa de Leste, estavam mais dispersos: apesar de mais de um terço residir na Região de Lisboa, os outros dois terços repartiam-se pelas regiões do Algarve, Centro (principalmente no Oeste: 7,52%), Norte (principalmente no Grande Porto: 3,20%) e Alentejo (principalmente na Lezíria do Tejo – 4,78% e Alentejo Central – 2,57%). Por fim, um terço dos naturais de outros países não europeus vive na Região de Lisboa, um quinto no Centro e um décimo na Madeira.



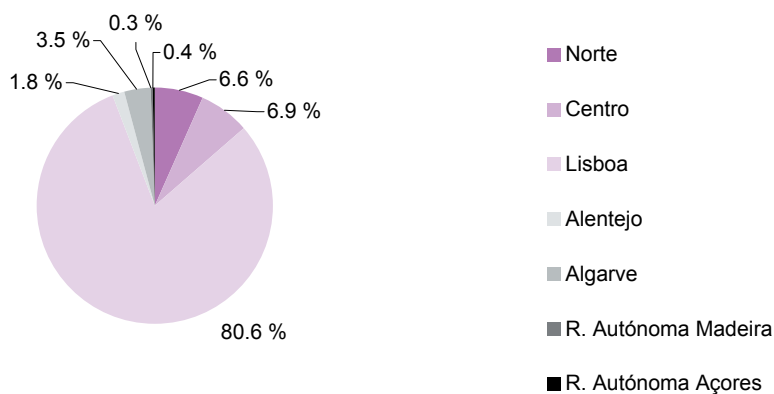
FIGURA 12

Distribuição regional de imigrantes por países de naturalidade (relativamente a 31/12/1995)

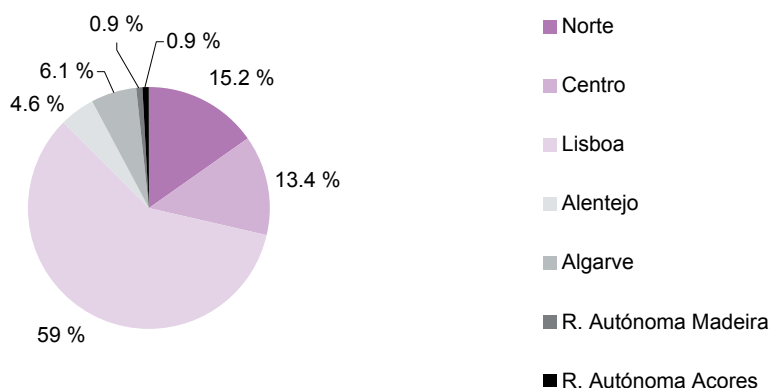
PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL



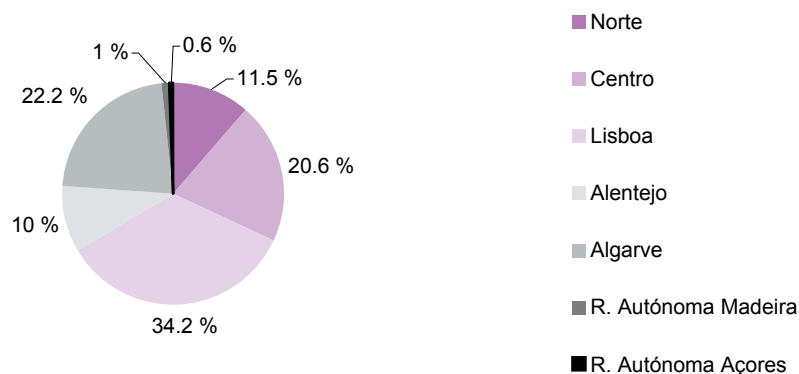
PALOPs



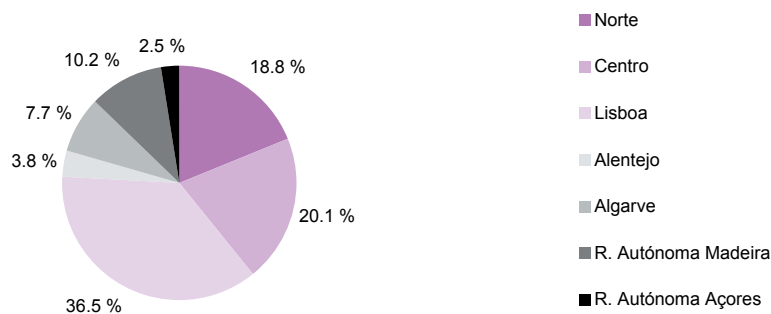
BRASIL



PAÍSES DA EUROPA ORIENTAL



OUTROS PAÍSES NÃO EUROPEUS



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

4.5 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS IMIGRANTES PROVENIENTES DO ESTRANGEIRO

4.5.1 COMPOSIÇÃO POR SEXO

Em Portugal, os homens predominavam ligeiramente (53,65%) nos fluxos imigratórios após 1995. Contudo, a situação inverte-se quando se trata da composição por sexo dos imigrantes naturais da Europa Ocidental (48,15%) e dos PALOPs (49,28%). Por outro lado,

havia um ligeiro predomínio dos homens entre os emigrantes regressados (52,94%)³⁶ e naturais do Brasil (54,78%). Os imigrantes dos países da Europa Oriental destacavam-se pela elevada percentagem (77,67%) de homens.

Os homens prevaleciam entre os imigrantes em todas as regiões, salientando-se quase todas as regiões do Alentejo e do Algarve com maiores percentagens (quadro 2). Havia, contudo, algumas diferenças a assinalar entre os diversos grupos de imigrantes. Os homens constituíam um pouco mais da metade

³⁶ Esta predominância pode dever-se à importância, nesse grupo, dos emigrantes temporários regressados, de modo geral, homens jovens ou jovens adultos.

dos emigrantes regressados enquanto que havia um maior equilíbrio entre sexos dos imigrantes naturais da Europa Ocidental em todas as regiões (quadro 4). No Alentejo e na Madeira, os imigrantes do sexo masculino deste grupo excediam ligeiramente aqueles do sexo feminino ao passo que nas restantes regiões ocorria o oposto. No grupo dos naturais dos PALOPs, as mulheres suplantavam numericamente os homens nas regiões do Norte, Centro e Lisboa ao passo que nas restantes regiões predominavam os homens, com destaque para o Alentejo e Açores. Os naturais do Brasil apresentavam uma composição

4.5.2 EMPREGO

A figura 13 deixa transparecer a dicotomia entre Norte/Centro e Sul quanto à importância dos empregados no total dos imigrantes provenientes do estrangeiro após 1999. Nas regiões em que a maior parte da população era constituída de emigrantes regressados, ou seja, nas regiões do Norte e Centro (com excepção do Oeste) e Ilhas, os empregados não atingiram 50% do total dos fluxos de entrada. Destacavam-se, com as menores percentagens, as regiões de Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes, Cova

QUADRO 4

Imigrantes por países de naturalidade. Percentagens de imigrantes do sexo masculino

NUTS II	Total	Portugal	Europa Ocidental	PALOP's	Brasil	Europa Oriental
Portugal	53,65	52,94	48,15	49,28	54,78	77,67
Norte	52,43	53,79	46,79	47,21	45,03	79,38
Centro	53,37	52,77	47,79	49,89	53,09	80,55
Lisboa	52,88	50,99	48,81	48,31	56,57	73,19
Alentejo	59,13	52,2	52,4	70,87	62,9	82,69
Algarve	58,79	53,16	49,57	57,88	57,86	78,64
Madeira	52,83	52,81	52,92	65,49	55,72	76,79
Açores	57,83	56,53	49,73	79,6	63,78	78,45

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadro 6.14. População residente, segundo os países de proveniência (relativamente a 95/12/31), por países de naturalidade e sexo. (Cálculos da autora).

por sexo bastante diversa por regiões. Assim, no Norte, as mulheres eram um pouco mais da metade ao passo que no Centro, Lisboa, Algarve e Madeira havia o predomínio dos homens, não atingindo, no entanto, 60%. No Alentejo e Açores, os imigrantes do sexo masculino perfaziam quase dois terços, do total de naturais do Brasil. Por fim, em quase todas as regiões, os imigrantes do sexo masculino rondavam ou mesmo ultrapassavam largamente os três quartos dos naturais da Europa de Leste (quadro 4).

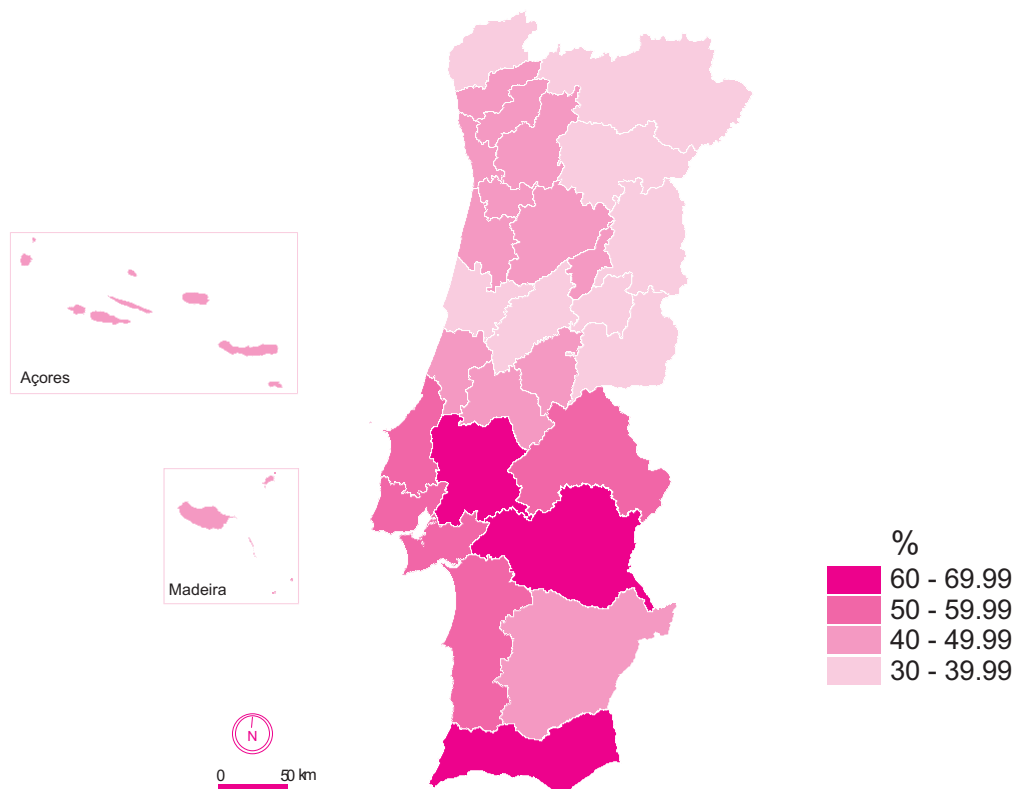
da Beira, Douro, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Baixo Mondego e Beira Interior Sul (quadro 2). Assim, a maioria dos imigrantes eram inactivos, provavelmente naturais de Portugal e reformados(as) ou domésticos(as).³⁷

Por outro lado, nas regiões de predomínio de imigrantes naturais do estrangeiro, ou seja, na Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e no Alentejo (com excepção do Baixo Alentejo), mais de metade da população que entrou no país nesse período estava empregada em Portugal quando foi recenseada.

³⁷ Para os imigrantes provenientes do estrangeiro após 1995 não há dados disponíveis sobre o principal meio de vida, nem estão discriminadas diversas categorias de inactivos, como são os(as) domésticos(as).

FIGURA 13

Empregados no total de imigrantes provenientes do estrangeiro após 31.12.1999 (NUTS III)



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

4.5.3 IDADE DOS EMPREGADOS

A população empregada proveniente do estrangeiro após 1999 era mais jovem do que o total da população empregada em Portugal. Porém, em geral, os imigrantes empregados nas regiões de maior predominância de imigrantes de nacionalidade portuguesa, ou seja, no Norte e Centro e Ilhas, eram mais idosos do que os imigrantes empregados nas regiões de predominância de imigrantes de nacionalidade estrangeira, ou seja, na Área Metropolitana de Lisboa e no Sul, com exceção do Alto e Baixo Alentejo (quadro 2). A relativa juventude dos empregados provenientes do estrangeiro, mesmo nas regiões tradicionais de emigração e

regresso, pode explicar-se, como já foi mencionado, pela importância, cada vez maior, da emigração de carácter temporário, que implica necessariamente regresso ao país mas, também, pelo peso que tinham os imigrantes naturais desses mesmos países. Esses dois grupos devem ser constituídos por jovens ou jovens adultos que se puderam inserir com menor dificuldade no mercado de trabalho, numa altura em que era alta a procura de mão-de-obra e baixa a taxa de desemprego.

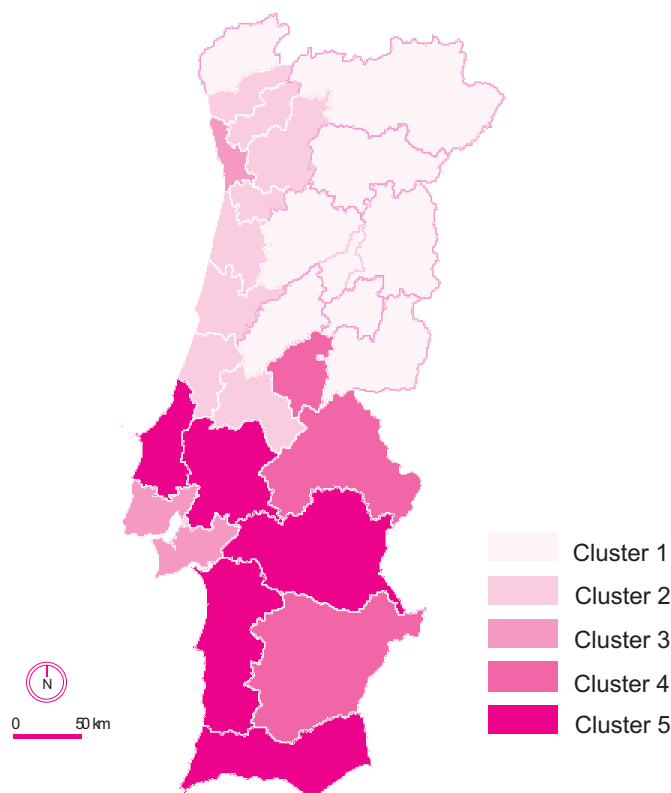
4.6 REGIÕES PORTUGUESAS SEGUNDO A IMIGRAÇÃO E DINÂMICA DEMOGRÁFICA

A análise dos resultados acima mencionados serviu para escolher alguns indicadores que foram utilizados numa análise de clusters visando agrupar as regiões de Portugal Continental segundo a imigração e a dinâmica demográfica.³⁸ Foram eles: percentagem de emigrantes regressados no total de imigrantes; percentagem de naturais da Europa Ocidental no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de naturais dos PALOPs no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de naturais do Brasil no total de imigrantes naturais do estrangeiro;

percentagem de naturais da Europa de Leste no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de homens no total de imigrantes naturais do estrangeiro; percentagem de empregados no total de imigrantes provenientes do estrangeiro após 1999; percentagem de empregados com menos de 40 anos no total de imigrantes empregados provenientes do estrangeiro após 1999; saldo migratório geral; índice de dependência dos idosos da população residente; densidade populacional. Obtiveram-se cinco grupos de regiões (figura 14 e quadro 5).

FIGURA 14

Clusters de regiões segunda a imigração e dinâmica demográfica



Fonte: (Adaptação da Autora) Censos 2001: Resultados Definitivos (Quadro 6.14), <http://www.ine.pt/censos2001>.

³⁸ As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores não foram incluídas por não haver, como já foi referido, dados sobre o saldo migratório geral para o último período intercensitário.

O *cluster* 1, que agrupa as regiões do interior Norte e Centro, com excepção do Pinhal Interior Sul, apresenta os maiores valores médios dos seguintes indicadores em relação aos outros clusters: emigrantes regressados e imigrantes naturais da Europa Ocidental e os segundos maiores valores do índice de dependência dos idosos.³⁹ Por outro lado, regista os valores mais baixos dos restantes grupos de imigrantes, de imigrantes do sexo masculino, de empregados e de empregados jovens e os segundos valores mais baixos do saldo migratório geral e da densidade populacional.

O *cluster* 2 que congrega as regiões do litoral Norte e Centro, excepto o Grande Porto e o Oeste, caracteriza-se pelos segundos valores mais elevados dos seguintes indicadores: emigrantes regressados, imigrantes naturais da Europa Ocidental e saldo migratório geral. Por outro lado, apresenta a segunda mais baixa percentagem de imigrantes do sexo masculino e o segundo mais baixo índice de dependência dos idosos.

O *cluster* 3 corresponde às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Destaca-se dos outros pelos valores mais elevados de imigrantes naturais dos PALOPs e do Brasil e da densidade populacional bem como pelas segundas maiores percentagens de imigrantes empregados e de empregados jovens. Por outro lado, regista as percentagens mais baixas de emigrantes regressados, de naturais da Europa Ocidental e Oriental, bem como o menor índice de dependência dos idosos.

O *cluster* 4, onde estão agrupadas duas das regiões do Alentejo (Alto e Baixo Alentejo) e uma região do interior Centro (Pinhal Interior Sul), é marcado pelo mais elevado índice de dependência dos idosos e, ao mesmo tempo, pelos segundos valores mais

altos de imigrantes do sexo masculino e naturais da Europa de Leste. Por outro lado, apresenta o valor mais baixo do saldo migratório geral e da densidade populacional.

Por fim, o *cluster* 5 junta o Algarve, o Oeste e as restantes regiões do Alentejo (Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Litoral). Diferencia-se dos outros clusters por registar, por um lado, as percentagens médias mais elevadas de imigrantes da Europa de Leste, do sexo masculino e de empregados, bem como o maior saldo migratório geral e a segunda maior percentagem de empregados jovens e, por outro, apresenta os segundos valores mais baixos de densidade populacional.

4.6.1 A IMIGRAÇÃO NA DINÂMICA POPULACIONAL

Como havia sido referido antes, a finalidade deste artigo é determinar a importância que os imigrantes provenientes do estrangeiro após 1995 teriam tido na dinâmica da população na década passada e, também, identificar grupos de regiões de acordo com essas características visando contribuir para o estudo da sustentabilidade demográfica do desenvolvimento regional. Nesse contexto, em seguida é apresentada a interpretação dos principais resultados da análise bivariada e multivariada dos indicadores utilizados.

As regiões do Norte e Centro,⁴⁰ espaços de emigração tradicional, tanto temporária como permanente para países da Europa Ocidental, eram, nos anos noventa, áreas de residência de emigrantes permanentes regressados, em idade de reforma e pré-reforma e de seus cônjuges e descendentes (provavelmente de nacionalidade portuguesa). É possível que o regresso de emigrantes temporários tenha sido, também, importante.⁴¹ Há, porém, uma

³⁹ Os valores médios de todas as variáveis para cada cluster estão contidos no quadro 5, no anexo.

⁴⁰ Excepto o Grande Porto e o Oeste.

⁴¹ Como já foi mencionado, não há dados sobre o regresso de emigrantes temporários.

dicotomia pronunciada entre o litoral e interior. O interior (*cluster 1*) caracterizou-se pelo decréscimo populacional cujo ritmo diminuiu em relação aos anos oitenta (quadro 1).⁴² Esta tendência favorável deu-se graças à atenuação do saldo migratório geral negativo ou mesmo à sua passagem para positivo mas que foi devida principalmente à contribuição da imigração, visto que o saldo das migrações internas⁴³ foi negativo ou em volta do zero⁴⁴ enquanto que numas regiões o saldo natural negativo chegou mesmo a aumentar e, em outras, passou de positivo para negativo. Por outro lado, o envelhecimento da população agravou-se bem como a relação entre população em idade pós-activa e activa (quadro 1). Ficou, ainda, demonstrado haver correlação positiva média da percentagem dos emigrantes regressados na população residente com (i) o índice de envelhecimento,⁴⁵ (ii) o índice de dependência dos idosos,⁴⁶ bem como correlação negativa média com o saldo natural.⁴⁷ Estas correlações não foram mais fortes, provavelmente por estarem sob a influência de variáveis intervenientes como, por exemplo, a presença relativamente importante de imigrantes naturais dos países europeus de emigração tradicional portuguesa, maioritariamente descendentes desses emigrantes, bem como de emigrantes temporários regressados e, por conseguinte, mais jovens do que a população residente. Assim, assume-se que o papel positivo da imigração no crescimento populacional foi ofuscado pelo seu efeito negativo no envelhecimento da população.

O litoral (*cluster 2*) era um espaço maioritariamente de urbanização difusa com taxas relativamente elevadas de crescimento populacional, destacando-

se o vigor demográfico de concelhos como Braga (16,1%), Guimarães (10,4%), Santa Maria da Feira (14,6%) no Norte e Aveiro (10,1%) e Leiria (16,1%) no Centro. Esse crescimento não foi somente devido aos saldos migratórios gerais positivos, incluindo o migratório interno mas, também, aos saldos naturais positivos, que foram registados em quase todas as regiões⁴⁸ (quadro 1). Consequentemente, o litoral apresentou excedentes de jovens em relação aos idosos e uma população em idade activa ainda pouco sobrecarregada com a população em idade pós-activa.⁴⁹ Logo, a imigração, principalmente de emigrantes regressados e seus cônjuges e descendentes, não foi o único factor que influenciou positivamente a dinâmica demográfica uma vez que foi acompanhada do crescimento natural e da entrada de população de outras regiões do país. Há, porém que diferenciar as regiões do litoral Norte das do Centro. Na primeiras, o crescimento natural foi o factor mais importante enquanto que nas regiões do litoral Centro foi a imigração que assumiu esse papel na dinâmica demográfica.

A Grande Lisboa e a Península de Setúbal e, em menor medida, o Grande Porto (*cluster 3*) são áreas preferidas para residência de imigrantes do estrangeiro, principalmente os naturais dos PALOPs e, em menor medida, do Brasil. A sua localização nessas regiões está em boa parte relacionada com a existência de redes sociais de apoio que caracterizam esses dois grupos de imigrantes, principalmente os primeiros. Por outro lado, a concentração de actividades económicas e da função habitacional, associada a altas densidades populacionais,

⁴² Nas regiões de Dão-Lafões e Cova da Beira chegou a haver um ligeiro crescimento demográfico.

⁴³ As considerações sobre a importância das migrações internas podem ser apenas pressupostos visto que, como já foi mencionado antes, só há dados sobre esses fluxos após 1995 e não para toda a década de noventa.

⁴⁴ Com excepção do Pinhal Interior Norte cujo saldo foi ligeiramente positivo.

⁴⁵ Coeficiente de Pearson = 0,50 (nível de significância 0,05).

⁴⁶ Coeficiente de Pearson = 0,53 (nível de significância 0,05).

⁴⁷ Coeficiente de Pearson = -0,57 (nível de significância 0,05).

⁴⁸ Salvo o Baixo Mondego e Médio Tejo.

⁴⁹ Excepto no Baixo Mondego e Médio Tejo.

condiciona o mercado de oferta e procura de mão-de-obra imigrante. Isso também explica a predominância de empregados, principalmente de jovens entre os imigrantes. Porém, nota-se que há uma proporção considerável de inactivos e um relativo equilíbrio entre sexos dos imigrantes, o que pode estar relacionado a uma mais intensa imigração de membros da família dos imigrantes dos PALOPs e do Brasil⁵⁰ devido a ser-lhes mais facilitada a legalização e aquisição de nacionalidade. Nessas regiões, foram registados índices de envelhecimento e de dependência dos idosos bastantes baixos (quadro 1). Logo, considera-se que esses grupos de imigrantes cujos fluxos se intensificaram a partir de 1975⁵¹ podem ter contribuído de forma positiva para a dinâmica populacional, directamente influenciando a relação entre a população em idade não activa e activa e, indirectamente, através da manutenção das taxas de natalidade acima das de mortalidade,⁵² atenuando o processo de envelhecimento. Estas constatações, no entanto, têm mais validade para a Grande Lisboa, onde a entrada de imigrantes do estrangeiro, juntamente com um saldo natural positivo fraco, compensou o saldo negativo das migrações internas, fazendo o crescimento efectivo passar de negativo para positivo. Por sua vez, o crescimento natural no Grande Porto e as migrações internas na Península de Setúbal partilharam com a imigração a influência positiva exercida na dinâmica populacional.

As regiões do Sul e duas do Centro, nomeadamente o Oeste e Pinhal Interior Sul, onde estão cada vez mais presentes os imigrantes naturais da Europa de Leste, têm em comum serem espaços de clara predominância de imigrantes do sexo masculino e

de empregados jovens. Deve-se destacar o Pinhal Interior Sul por ser o único a registar uma elevada percentagem de emigrantes regressados. Essas regiões apresentam, porém, diferenças bastante marcantes entre si quanto à dinâmica demográfica.

O Baixo e Alto Alentejo bem com o Pinhal Interior Sul (*cluster 4*) são espaços de acentuado decréscimo demográfico com as mais baixas densidades populacionais do país, resultado de elevados saldos naturais negativos, de índices de envelhecimento muito altos e de êxodo de população para outras regiões do país (quadro 1). Assim, o papel da imigração na dinâmica populacional não foi suficientemente forte para contrabalançar os efeitos negativos da actuação daqueles factores. Isto pode ser explicado, em parte, pelo pouco peso que os imigrantes ainda tinham na população residente.

As restantes regiões do Alentejo - Lezíria do Tejo, do Alentejo Litoral e Alentejo Central – Oeste e Algarve (*cluster 5*) têm em comum o facto de serem espaços de expansão demográfica, para o qual contribuiu apenas o saldo migratório geral uma vez que o crescimento natural foi negativo (quadro 1). No Oeste e Lezíria do Tejo, o papel positivo da imigração e das migrações internas na dinâmica populacional foi bastante semelhante. Por outro lado, a imigração destacou-se claramente no Alentejo Central, Alentejo Litoral e no Algarve. Nestas duas últimas regiões, além dos imigrantes de Leste, era, também, forte a presença de naturais da Europa Ocidental, predominando os nascidos em países que não eram os principais destinos da emigração tradicional portuguesa. Acrescente-se que nas

⁵⁰ No caso do Brasil, não se deve esquecer a importância que as mulheres sempre tiveram nas migrações, sendo uma particularidade não só desse país como de outros países da América Latina.

⁵¹ No caso dos naturais do Brasil, a imigração intensificou-se a partir dos anos oitenta, abrandou na primeira e voltou a acelerar na segunda metade da década de noventa.

⁵² Grande Porto: 11,4%o (natalidade) e 8,5%o (mortalidade); Grande Lisboa: 11,9%o (natalidade) e 9,8%o (mortalidade); Península de Setúbal: 11,9%o (natalidade) e 10,9%o (mortalidade).

regiões alentejanas desse grupo, à semelhança do cluster anterior, os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos elevados podem dever-se, em parte, à presença ainda fraca dos imigrantes na população residente, o que faz com que a sua influência na dinâmica demográfica não tenha sido considerável como no Oeste e, principalmente no Algarve, o qual registou a maior percentagem de imigrantes do estrangeiro na população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo demonstraram que a imigração desempenhou um papel importante na dinâmica demográfica da maior parte do território português. Ficou também assente que o papel dos principais grupos de imigrantes é bastante diverso entre as regiões.

Em regiões já em risco ou em processo de despovoamento, quase todas regiões do interior, a continuação da imigração de população portuguesa ou estrangeira inactiva, maioritariamente reformada, pode ter dois efeitos opostos: por um lado, poderá contribuir para a manutenção do saldo migratório positivo a curto e médio prazo e, por outro poderá agravar o índice de envelhecimento e dependência dos idosos. Pode, também, aumentar os custos sociais com a população idosa, principalmente nos cuidados de saúde. Deve-se assim tentar que esses custos sejam compensados pelos ganhos demográficos e socio-económicos dessa imigração.

Não se deve esquecer que muitos desses imigrantes têm hábitos de consumo urbano e, portanto, podem alargar o leque de serviços, principalmente aqueles ligados à terceira idade, o que poderia aumentar as oportunidades de emprego das populações locais, principalmente as mulheres e mesmo atrair outros imigrantes.

No entanto, para que a imigração tenha um papel destacado na sustentabilidade demográfica desses territórios seria essencial atrair e fixar imigrantes em idade activa, maioritariamente de grupos etários mais jovens e que, ficou também evidente, pertencem a dois grupos de imigrantes: os nascidos na Europa de Leste e na Europa Ocidental (descendentes maioritariamente de emigrantes portugueses). No caso destes últimos, é preocupante o facto de que em 2001 em Portugal, comparando com 1991, o número de nacionais naturais do estrangeiro chegou a diminuir ligeiramente,⁵³ o que leva a concluir que um número considerável deles pode ter emigrado. Por outro lado, os imigrantes do Leste europeu, actualmente o grupo mais numeroso de imigrantes estrangeiros, é constituído maioritariamente por adultos jovens casados cuja estadia parece ser de carácter temporário devido a razões familiares.⁵⁴ É de crer, portanto que, se for facilitada a reunificação familiar, esta imigração pode assumir um carácter mais permanente. Assim, a influência da imigração seria mais forte, conduzindo a um maior equilíbrio entre os grupos etários funcionais uma vez que aumentaria primeiro a população em idade activa e, mais tarde, a população mais jovem através do aumento da

⁵³ Em 1991, os nacionais nascidos no estrangeiro eram 347.795 e, em 2001, eram 347.636. Fonte: http://ine.pt/prodserv/censos/index_censos.htm.

⁵⁴ De acordo com dados de uma investigação sobre os imigrantes da Europa de Leste, a cargo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, divulgados no jornal Público, a 15 de Outubro de 2003, a idade média dos 735 entrevistados era de 37 anos, sendo que a maioria eram homens (71%) casados (75%) que declararam desejar regressar ao país de origem por terem lá deixado o cônjuge e/ou os filhos.

natalidade o que atenuaria o envelhecimento. Os efeitos dos fluxos imigratórios no rejuvenescimento da população são mais questionáveis visto que:

- primeiro, seria pouco provável o aumento assinalável da fecundidade já que os países de naturalidade desses imigrantes há muito estão na etapa da pós-transição demográfica, registando índices sintéticos de fecundidade muito abaixo de 2,1;⁵⁵
- segundo, seria necessário um volume de imigração muitas vezes maior (“Rosa, Seabra e Santos, 2003”), o que poderia ser do ponto de vista político bastante problemático;⁵⁶
- terceiro, o alargamento do território da UE até às fronteiras dos países principais de naturalidade dos imigrantes de Leste (i) pode incentivar ainda mais a emigração para os países fronteiriços da UE que desfrutarão dos fundos estruturais o que pressupõe o aumento dos investimentos públicos e privados e/ou (ii) pode trazer benefícios económicos com a deslocação de investimentos dos novos países membros para os países de origem dos emigrantes, aproveitando a mão de obra mais barata e qualificada e assim, contribuindo para a diminuição da pressão emigratória.⁵⁷

É quase que supérfluo afirmar que a fixação desses grupos de imigrantes e o seu conseqüente contributo para a sustentabilidade demográfica das regiões interiores só será possível concretizar-se com a aplicação de medidas que visem a

verdadeira integração dos imigrantes no tecido social e económico. No entanto, essa integração fica dependente da continuação e intensificação de políticas sociais e investimentos públicos e empresariais. Não se deve esquecer que, em fins dos anos noventa e no início do século XXI, a procura de mão-de-obra imigrante em algumas regiões do interior esteve ligada a um período de crescimento económico que se reflectiu em empreendimentos privados e, principalmente, em obras públicas, financiados em grande parte pelos fundos estruturais da UE,⁵⁸ bem como a alguns sectores económicos com carência sazonal de trabalhadores, como é o caso da hotelaria, restauração e agricultura comercial. Essa necessidade de mão-de-obra imigrante pode ser explicada, em parte, pelos baixos salários praticados nesses sectores em Portugal e que fizeram com que a mão-de-obra nacional continuasse a emigrar devido às oportunidades de auferir maiores rendimentos no estrangeiro, principalmente nos países da UE. Não se deve deixar de mencionar, também, que o volume e aplicação de investimentos privados e, principalmente, públicos estarão no futuro condicionados pelo nível do financiamento advindo dos fundos europeus do próximo Quadro Comunitário de Apoio que começará a vigor em 2007, numa UE alargada a 25 membros.

⁵⁵ Ucrânia: 1,1; Roménia: 1,3; Rússia: 1,3; Moldávia: 1,4. Fonte: Rosa, Seabra, Santos (2003).

⁵⁶ No Inquérito Social Europeu que abrangeu 22 países e 30 mil entrevistados, realizado em Portugal por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais, 56,1% de inquiridos responderam “deve deixar vir poucas” ou “não deve deixar vir ninguém” à pergunta: “Em que medida acha que Portugal deve deixar que pessoas da mesma raça ou grupo étnico do que a maioria portuguesa venham e fiquem a viver cá?” Quando foi colocada pergunta com o mesmo conteúdo mas sobre pessoas de raça ou grupo étnico diferente, a percentagem aumentou para 61,5%. (Fonte: Edição do Jornal Público de 7 de Dezembro de 2003. Site do Inquérito: www.europasocialsurvey.org).

⁵⁷ The Economist no número de 23 de Outubro de 2003, publica uma reportagem intitulada “Behind the Cristal Curtain” onde são apresentados exemplos já existentes de deslocação de empresas, por exemplo, da Alemanha e República Checa para a parte ocidental da Ucrânia e Bielorrússia.

⁵⁸ Num estudo recente, Chorincas (2003:83), combina a dinâmica populacional, do Ensino Superior e de investimentos empresariais (tendo por base a dinâmica demográfica dos anos 90 e os fundos dos QCA II e III) num indicador sintético de dinâmica regional e identifica sistemas e pólos territoriais de “dinâmica alta” no interior de Portugal que devem ter atraído a mão de obra imigrante.

Ainda há muito para se conhecer sobre a imigração para Portugal na viragem do milénio. Para colmatar essa lacuna, seria necessário obter dados sobre variáveis demográficas (por exemplo, idade) e socioeconómicas (por exemplos, nível de instrução) combinadas com as variáveis “naturalidade” e “nacionalidade” dos imigrantes, os quais não estão disponíveis nos Quadros dos Resultados Definitivos do Censo da População de 2001, na página do INE na Internet e no CD-ROM dos Censos 2001. O tratamento e análise desses dados permitiria a caracterização mais detalhada dos dois grupos principais da população proveniente do estrangeiro – os nacionais e os não nacionais. Estes procedimentos e a realização de investigação de campo em regiões do interior, os quais distinguiriam a imigração para as áreas urbanas e peri-urbanas da imigração para as áreas rurais⁵⁹ dariam maior profundidade e fiabilidade a estudos prospectivos sobre a importância da imigração na dinâmica demográfica e, conseqüentemente na sustentabilidade do desenvolvimento das regiões do interior de Portugal.

⁵⁹ Uma análise do crescimento efectivo das regiões do interior entre 1991-2001, apontou para, por um lado o crescimento de concelhos onde se localizam cidades médias e de seus concelhos limítrofes e, por outro, o declínio demográfico acentuado da maior parte dos concelhos, predominantemente rurais do interior (Roca e Pimentel, 2004 : 6).

BIBLIOGRAFIA

- Cepeda, F. J. (1991), *Emigrantes Regressados e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.
- Comissão Europeia (1995), *Europa 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.
- Chorincas, J. (2003), *Dinâmicas Regionais em Portugal: Demografia e Investimentos*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças.
- Gaag et al (2001), *Regional and International Migration and Foreign Population within the EU: a Feasibility Study*. (Eurostat Working Papers 3/2001/E/nº5)
- King, R. et al (1998), "International Retirement Migration in Europe" in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 91-112.
- Lemos, J. C.; Maia, C. (1995), *Atlas Demográfico do Continente*, Lisboa: Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico da DGOTDU, Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, MEPAT.
- Lutz, H.; Scherbov, S. (2002), "Can Immigration Compensate for Europe's Low Fertility? Laxemburg, IIASA. (Interim Report IR-02-052)
- Nobre, S. (1993), *Emigration, Retour et Agriculture dans un Village de Trás-os-Montes (Portugal)*, Montpellier, Institut Agrónomique Méditerranéen.
- Orzechowska, E. (2001), Replacement Migration as Policy Response to Ageing and Declining Populations of the European Union, in *European Association for Population Studies Conference*, 7-9 June, Helsinki. (www.vaestoliitto.fi/toimintayksikot/vaestontutkimuslaitos/eapskonferenssi/Papers)
- Portela, J.; Nobre, S. (2002), "Entre Pinela e Paris: Emigração e Regressos" in *Análise Social*, vol. XXXVI, N.º 161.
- Rato, H. (2001), "O Retorno dos Emigrantes" in *Janus 2001: Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL.
- Rees, P.; Kupiszewski, M. (2001), "Internal Migration and Population Change in Europe: Evidence on Urban Concentration /Deconcentration from Eighteen Countries", in *European Association for Population Studies Conference*, 7-9 June, Helsinki. (www.vaestoliitto.fi/toimintayksikot/vaestontutkimuslaitos/eapskonferenssi/Papers)
- Roca, M. N. O. (2000): "Migração de Regresso e Desenvolvimento Rural Sustentável: um Estudo de Caso no Alto Minho" in *Geolnova*, Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, N.º 1, pp. 33-50.
- Roca, M. N. O.; Pimentel, D. (2004): "Dinâmicas Populacionais e Desenvolvimento do Território nos Anos Noventa" in *Actas do IV Congresso da Geografia Portuguesa* (http://e-geo.fcsh.unl.pt/pt/00332_comunicacoes.html)
- Rosa, M.J.V.; Seabra, H.; Santos, T. (2004), *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa: o Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa, Observatório da Imigração (<http://www.oi.acime.gov.pt/>)
- Rodriguez, V. et al (1998), "European Retirees on the Costa del Sol: A Cross-National Comparison" in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 183-200. (Special Issue)
- Population Division (2000), *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Ageing Populations?*, New York, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat.
- VVAA (2003), *The Spatial Effects of Demographic Trends in Migration*, ESPON, European Spatial Planning Observation Network. (Second Interim Report) (http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_75.html)
- Wanner, P. (2000), "Le Poids Démographique de l'Immigration avec l'Étranger" in *Forum Suisse pour l'Étude des Migrations*.
- Williams, A. M.; Patterson, G. (1998), «An Empire Lost but a Province Gained: a Cohort Analysis of British International Retirement in Algarve» in *International Journal of Population Geography*, vol. 4, nº 2, pp. 135-156.

QUADRO 1

Alguns indicadores da dinâmica populacional das regiões portuguesas

NUTS III	Crescimento efectivo		Saldo natural		Saldo migratório geral		Saldo das migrações internas	Índice de envelhecimento		Índice de dependência dos idosos		Densidade populacional
	%											
	1981-1991	1991-2001	1981-1991	1991-2001	1981-1991	1991-2001	1996-2001	1991	2001	1991	2001	2001
NORTE												
Minho-Lima	-2,6	-0,1	2,7	-2,2	-5,3	2,1	-0,03	80,72	132,39	26,70	30,73	111,3
Cávado	7,4	11,2	9,3	6,6	-1,9	4,6	0,58	39,45	60,74	15,03	17,10	313,9
Ave	6,5	9,1	9,3	6,3	-2,9	2,8	0,12	37,94	60,32	13,60	16,35	406,6
Grande Porto	4,5	7,6	4,4	3,5	0,0	4,1	1,85	52,84	80,47	15,92	18,62	1 537,7
Tâmega	2,4	8,3	10,3	7,1	-7,9	1,1	-0,57	39,46	56,69	21,37	17,42	208,8
Entre Douro e Vouga	6,5	9,6	7,5	4,9	-1,0	4,7	0,72	46,66	70,86	15,26	18,09	319,2
Douro	-8,7	-7,2	-12,3	-1,7	3,6	-5,5	-1,95	73,06	128,04	24,75	30,98	53,1
Alto Trás-os-Montes	-13,7	-5,2	2,8	-4,2	-16,5	-1,0	-1,02	86,73	165,37	27,61	35,82	26,9
CENTRO												
Baixo Vouga	4,0	10,0	3,6	1,2	0,4	8,8	0,92	62,66	84,25	19,46	22,89	216,1
Baixo Mondego	-0,3	3,3	0,5	-1,2	-0,8	4,5	-1,56	84,65	135,63	22,67	27,65	165,8
Pinhal Litoral	3,3	11,6	4,1	2,0	-0,8	9,7	1,10	63,39	97,14	19,10	23,40	144,5
Pinhal Interior Norte	-8,3	-0,5	-2,3	-6,3	-6,0	5,7	1,62	121,84	163,04	35,32	38,11	53,1
Dão-Lafões	-4,3	1,1	3,1	-1,6	-7,4	2,7	0,44	78,99	125,13	26,78	30,44	82,4
Pinhal Interior Sul	-16,1	-11,7	-4,2	-8,5	-11,9	-3,2	-1,00	164,52	257,10	43,42	54,56	23,4
Serra da Estrela	-5,2	-7,7	0,2	-5,4	-5,4	-2,2	-1,11	104,52	175,42	32,28	38,26	57,3
Beira Interior Norte	-8,9	-3,1	-1,3	-6,8	-7,6	3,3	0,04	123,41	188,65	35,72	41,50	28,4
Beira Interior Sul	-6,0	-3,4	-4,4	-6,8	-1,6	3,3	-0,99	160,06	228,99	39,44	45,39	20,8
Cova da Beira	-6,7	0,4	-0,2	-2,9	-6,5	3,3	0,54	99,70	153,39	28,17	32,99	68,2
Médio Tejo	-3,0	2,1	0,0	-3,0	-3,0	5,1	-0,64	96,94	142,75	26,92	32,38	97,9
Oeste	1,4	9,3	0,6	-1,2	0,8	10,5	2,70	79,00	115,02	22,64	26,84	157,6
LISBOA												
Grande Lisboa	-1,1	2,3	1,2	1,3	-2,3	1,0	-1,50	72,48	107,34	18,32	22,73	1 740,3
Península de Setúbal	9,5	10,8	3,2	1,9	6,3	9,0	2,10	56,47	93,42	15,11	20,38	454,7
ALENTEJO												
Lezíria do Tejo	-0,5	3,2	-0,8	-3,2	0,3	6,3	1,50	94,75	165,02	25,34	29,93	56,4
Alentejo Litoral	-4,5	1,1	-0,9	-4,7	-3,6	5,7	-0,40	91,46	195,79	25,87	33,13	18,6
Alto Alentejo	-5,3	-6,0	-2,7	-6,5	-2,6	0,4	-0,70	132,44	160,54	35,47	42,75	20,0
Alentejo Central	-4,0	0,1	-1,1	-3,5	-2,9	3,6	0,30	105,29	175,92	28,72	35,17	23,7
Baixo Alentejo	-10,0	-5,7	-1,8	-6,7	-8,2	1,1	-1,10	115,64	127,51	32,70	38,39	15,5
ALGARVE												
	5,4	14,8	-1,7	-1,8	7,3	16,6	1,70	96,94	115,02	26,70	27,90	79,9

Fonte: (Adaptação da Autora) Censo1 2001 – Resultados Preliminares, Lisboa: INE, 2001 (Série Destaques); Quadro 1.02, Quadro 6.10, Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>); Retratos territoriais (http://www.ine.pt/prod_serv/retrato/retrato.asp). Índice de envelhecimento, Índice de dependências dos idosos: cálculos da autora.

QUADRO 2

Naturalidade dos imigrantes provenientes do estrangeiro, imigrantes do sexo masculino, imigrantes empregados e idade dos imigrantes empregados. Imigração após 1995 e após 1999 (%)

NUTS III	Imigração do estrangeiro/ total imigração		Imigração naturais de Portugal/imigração prov. estrangeiro		Imigração naturais do estrangeiro/imigração prov. estrangeiro		Imigrantes provenientes do estrangeiro/ população residente	Imigrantes do sexo masculino	Imigrantes empregados/ Imigrantes provenientes do estrangeiros	Imigrantes empregados com menos de 40 anos/total imigrantes empregados
	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1996-2001	1999-2001	
NORTE										
Minho-Lima	51,77	48,77	69,89	70,46	30,11	29,54	3,24	52,30	32,06	64,53
Cávado	36,44	38,67	60,22	57,13	39,78	42,87	2,22	53,11	42,81	70,48
Ave	31,43	31,95	64,39	61,35	35,61	38,65	1,65	52,77	42,90	71,00
Grande Porto	12,21	15,68	47,51	47,22	52,49	52,78	1,18	54,72	48,05	70,05
Tâmega	24,82	26,79	65,51	61,44	34,49	38,56	1,18	51,74	43,57	70,45
Entre Douro e Vouga	29,33	28,89	63,47	58,44	36,53	41,56	2,13	53,45	46,49	67,00
Douro	40,85	39,12	74,81	72,44	25,19	27,56	2,41	51,56	36,69	64,38
Alto Trás-os-Montes	48,3	44,39	71,12	69,57	28,88	30,43	3,28	50,54	33,63	66,98
CENTRO										
Baixo Vouga	31,33	31,23	58,97	56,58	41,03	43,42	2,57	52,77	46,55	66,28
Baixo Mondego	31,32	31,33	57,54	52,88	42,46	47,12	2,12	52,08	39,46	67,56
Pinhal Litoral	22,05	22,35	61,25	56,5	42,02	49,84	3,58	53,63	47,01	68,86
Pinhal Interior Norte	44,52	44,68	57,98	50,16	38,75	43,5	1,77	52,31	37,38	64,65
Dão-Lafões	43,77	44,32	68,49	65,38	31,51	34,62	3,21	52,11	40,34	67,50
Pinhal Interior Sul	29,96	31,5	64,36	54,05	35,64	45,95	1,65	57,45	49,84	74,03
Serra da Estrela	45,01	40,64	73,07	72,92	26,93	27,08	2,94	51,74	42,17	62,84
Beira Interior Norte	36,92	35,26	69,13	62,57	30,87	37,43	2,62	53,08	37,25	65,54
Beira Interior Sul	27,69	27,12	67,47	66,8	32,53	33,2	1,9	53,80	39,65	55,66
Cova da Beira	37,8	37,02	70,67	70,11	29,33	29,89	2,17	50,88	35,42	65,62
Médio Tejo	30,93	31,54	59,74	53,13	40,26	46,87	2,52	53,90	45,81	64,08
Oeste	25,49	30,9	46,37	33,91	53,63	66,09	2,38	56,92	59,43	74,71
LISBOA										
Grande Lisboa	24,19	30,47	17,77	16,71	82,23	83,29	3,19	52,61	59,02	77,86
Península de Setúbal	20,41	25,73	24,01	22,73	75,99	77,27	2,64	53,76	54,92	77,73
ALENTEJO										
Lezíria do Tejo	21,1	26,58	42,38	30,45	57,62	69,55	1,69	59,61	64,08	72,92
Alentejo Litoral	20,76	25,12	36,48	30,65	63,52	69,35	1,45	57,59	57,36	74,60
Alto Alentejo	17,19	20,79	50,8	40,31	49,2	69,69	0,93	52,66	54,15	69,00
Alentejo Central	21,13	22,63	45,06	30,78	54,94	69,22	1,41	61,76	69,03	68,05
Baixo Alentejo	28,28	26,93	56,67	30,65	43,23	69,35	1,85	59,73	49,05	65,22
ALGARVE										
	37,05	43,53	22,05	16,16	77,95	83,84	4,45	58,79	61,08	73,09
MADEIRA										
	38,3	38,03	59,29	60,76	40,71	39,24	2,74	52,83	45,25	70,67
AÇORES										
	20,49	20,46	61,38	59,52	38,62	40,48	1,12	57,83	44,82	70,61

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>) (Cálculos da autora)

QUADRO 3

Imigração por países de naturalidade após 1995 e após 1999 (%)

NUTS III	TOTAL		Naturais da Europa Ocidental		Naturais dos PALOPs		Naturais do Brasil		Naturais da Europa Oriental		Naturais de outros países não europeus	
	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001	1996-2001	1999-2001
NORTE												
Minho-Lima	100,00	100,00	71,25	68,22	4,42	2,88	6,95	10,31	4,38	5,87	13,00	12,71
Cávado	100,00	100,00	53,32	44,38	12,08	10,19	12,80	18,10	9,84	18,03	11,96	9,29
Ave	100,00	100,00	68,25	54,33	4,34	3,93	9,79	13,56	9,96	20,95	7,65	7,22
Grande Porto	100,00	100,00	33,25	26,09	19,40	16,43	22,48	29,86	7,84	13,58	17,03	14,04
Tâmega	100,00	100,00	64,12	43,31	4,74	3,73	9,80	13,67	15,30	29,34	6,04	9,94
Entre Douro e Vouga	100,00	100,00	33,25	39,04	5,39	4,47	11,30	11,63	12,79	27,74	20,46	17,11
Douro	100,00	100,00	50,05	67,26	8,61	7,16	6,31	7,51	7,34	15,74	4,38	2,33
Alto Trás-os-Montes	100,00	100,00	73,35	61,55	8,84	9,05	7,57	11,29	5,39	11,55	6,57	6,56
CENTRO												
Baixo Vouga	100,00	100,00	33,35	25,05	10,67	8,33	12,41	17,42	13,39	25,81	30,18	23,81
Baixo Mondego	100,00	100,00	42,96	37,23	23,84	19,58	12,05	17,72	8,66	15,48	12,48	9,98
Pinhal Litoral	100,00	100,00	55,63	41,61	7,59	6,67	10,90	16,83	15,35	28,79	10,42	6,09
Pinhal Interior Norte	100,00	100,00	55,63	41,61	7,69	6,67	10,90	16,83	15,35	28,79	10,42	6,09
Dão-Lafões	100,00	100,00	61,12	50,86	11,91	9,88	9,59	12,35	8,22	18,02	9,16	8,89
Pinhal Interior Sul	100,00	100,00	62,14	55,46	11,38	9,61	10,07	11,89	8,28	16,77	8,38	6,27
Serra da Estrela	100,00	100,00	68,95	36,62	11,15	6,34	7,46	11,27	6,87	41,55	6,57	4,22
Beira Interior Norte	100,00	100,00	61,65	42,93	5,91	4,56	12,46	17,75	15,25	31,41	4,73	3,35
Beira Interior Sul	100,00	100,00	62,94	35,88	7,45	9,41	9,94	12,94	12,21	31,76	7,45	10,00
Cova da Beira	100,00	100,00	66,78	35,14	6,71	4,53	10,74	17,69	7,55	16,46	8,22	6,17
Médio Tejo	100,00	100,00	52,01	38,13	9,61	8,80	7,20	9,55	19,30	35,19	11,88	8,32
Oeste	100,00	100,00	25,57	15,68	11,69	8,55	19,54	25,64	33,09	43,53	10,11	6,60
LISBOA												
Grande Lisboa	100,00	100,00	10,78	10,06	50,53	40,14	18,39	27,47	10,27	14,55	10,02	7,77
Península de Setúbal	100,00	100,00	9,72	7,15	49,43	38,02	25,72	38,34	8,89	12,07	6,23	4,42
ALENTEJO												
Lezíria do Tejo	100,00	100,00	21,53	12,98	7,97	9,41	19,53	23,27	38,85	50,30	12,11	4,03
Alentejo Litoral	100,00	100,00	44,73	32,45	16,50	15,23	9,03	12,58	23,67	35,10	4,63	5,47
Alto Alentejo	100,00	100,00	45,97	33,62	9,43	11,30	18,35	25,51	17,67	26,38	3,19	3,19
Alentejo Central	100,00	100,00	26,24	19,67	14,35	6,09	18,22	18,42	36,36	52,35	2,92	3,46
Baixo Alentejo	100,00	100,00	44,72	43,44	13,98	7,47	11,48	13,80	16,11	25,11	13,70	10,18
ALGARVE												
	100,00	100,00	39,96	30,28	10,26	7,99	9,83	14,05	30,82	41,23	9,13	6,44
MADEIRA												
	100,00	100,00	21,32	20,51	4,14	3,94	7,36	10,34	6,63	10,60	60,55	54,60
AÇORES												
	100,00	100,00	17,51	11,51	14,54	14,88	18,75	27,58	11,10	17,86	38,09	28,17

Fonte: (Adaptação da Autora) Quadros 6.13 e 6.14, Resultados Definitivos dos Censos 2001 (<http://www.ine.pt/censos2001>). (Cálculos da autora).

QUADRO 5Valores médios dos indicadores em cada *cluster*

Variáveis	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	Cluster 5
Emigrantes regressados (%)	67,96	60,04	29,76	57,31	41,14
Imigrantes naturais da Europa Ocidental	66,84	52,46	17,92	46,58	31,61
Imigrantes naturais dos PALOPs	8,49	9,80	39,79	11,48	12,15
Imigrantes naturais do Brasil	9,01	10,78	22,20	13,24	15,23
Imigrantes naturais da Europa Oriental	8,39	13,07	9,00	19,50	32,56
Imigrantes do sexo masculino	52,04	53,30	52,79	56,61	58,93
Imigrantes empregados	39,52	44,32	53,99	47,85	62,19
Imigrantes empregados com menos de 40 anos	64,19	68,16	75,35	69,42	72,67
Saldo migratório geral	1,30	5,54	3,70	-0,57	8,54
Índice de dependência dos idosos	36,02	21,91	20,58	45,23	30,59
Densidade populacional	55,72	234,10	1244,23	19,63	67,24

Fonte: (Adaptação da Autora) Análise de clusters, método de Ward

A AGLOMERAÇÃO E A MOBILIDADE INTER-REGIONAL DO FACTOR TRABALHO EM PORTUGAL

Vítor João Pereira Martinho - Instituto Politécnico de Viseu - E-mail: vitortinho@esav.ipv.pt

RESUMO:

O objectivo deste trabalho é o de analisar a relação entre a aglomeração inter-indústrias, intra-indústria e inter-regional e a procura de trabalho pelas empresas, em Portugal, esperando-se, à partida, que haja mais procura de trabalho onde a aglomeração é maior. Para isso, estruturou-se este estudo em cinco partes. Na primeira parte faz-se uma breve introdução, onde são referidas algumas contribuições teóricas, relacionadas com as áreas da aglomeração que geralmente estão associadas à Nova Geografia Económica; na segunda parte é apresentado o modelo utilizado nas estimações efectuadas, onde se relaciona o emprego relativo de cada indústria transformadora numa determinada região, com factores explicativos como os custos de transporte, as ligações “backward and forward” e as economias de aglomeração; na terceira parte são examinados os dados estatísticos considerados, referentes à indústria transformadora, tendo em conta a desagregação efectuada para Portugal pela base de dados REGIO do EUROSTAT, às 7 regiões (NUTs II) nacionais e para um período de 1986 a 1994; na quarta parte são exibidas as estimações realizadas com o modelo descrito anteriormente; e na quinta parte são enunciadas as principais ilações obtidas com a realização deste trabalho. De referir, como conclusão sumária, que os resultados são consistentes com os desenvolvimentos teóricos da Nova Geografia Económica, ou seja, a procura de trabalho é maior onde as empresas têm melhores condições para se aglomerarem que é onde os custos de transporte são menores e onde há forte ligações “backward and forward” e fortes economias de aglomeração.

Palavras-chave: Nova Geografia Económica, Aglomeração, Trabalho, Região, Indústria transformadora.

ABSTRACT:

This work analyses the relationship among the agglomeration inter-industries, intra-industry and inter-regional and the labour demand by the firms, in Portugal, being waited, that there is more labour demand where the agglomeration is larger. For that, this study was structured in five parts. In the first part it is made an abbreviation introduction, where some theoretical contributions are referred, related with the areas of the agglomeration that are usually associated to the New Economic Geography; in the second part the used model in the effectuated estimates is presented, where links the relative job of each manufacturing industry in a certain region, with explanatory factors as the transport costs, the linkages “backward and forward” and the agglomeration economies; in the third part the considered statistical data are examined, to the manufacturing industry, tends in bill the disaggregation effectuated for Portugal by the REGIO database of the EUROSTAT, to the 7 national regions (NUTs II) and for a period from 1986 to 1994; in the fourth part are exhibited the estimates obtained with the model described previously; and in the fifth are enunciated the main conclusions obtained with the realization of this work. Of referring, as summary conclusion, that the results are solid with the theoretical developments of the New Economic Geography, in other words, the labour demand is larger where the firms have better conditions for agglomerate that it is where the transport costs are smaller and where has strong linkages “backward and forward” and strong agglomeration economies.

Keywords: New Economic Geography, Agglomeration, Labour, Region, Manufacturing Industry.

1. INTRODUÇÃO

Relacionado com o processo de aglomeração muito se tem vindo a escrever e dos mais variados pontos de vista, ou seja, nuns casos sobre as suas causas e noutros sobre o processo em si. Trabalhos como os de Florence (1948), Perloff et al. (1960), Fuchs (1962), Krugman (1991), Ellison and Glaeser (1997) e Dumais et al. (1997), por exemplo, têm procurado examinar o fenómeno da concentração geográfica da actividade económica, com base nos custos de transporte e de comunicação.

Neste trabalho, porém, vamo-nos concentrar na relação entre a aglomeração e a procura de trabalho regional pelas empresas industriais, analisando o efeito de três forças de aglomeração: custos de transporte que encorajam as empresas a colocarem-se com as suas actividades em regiões com relativos baixos custos no acesso a mercados externos; as ligações “backward and forward”¹ que dão às empresas um incentivo para se colocarem perto dos seus compradores e fornecedores; e as economias de aglomeração (efeitos “spillover”) que tendem a reforçar a concentração da actividade económica, ou seja, as empresas beneficiam por estarem juntas, mesmo que não tenham relações comerciais entre si, podendo beneficiar, por exemplo, de experiências acumuladas por outras empresas. Considera-se, portanto, que estas três forças criam as condições necessárias para que haja aglomeração, através de processos de crescimento com características circulares e cumulativas², e que onde há aglomeração há maior procura de trabalho por parte das empresas (Hanson, 1998).

Relativamente aos custos de transporte, Krugman (1991), por exemplo, mostrou que a interacção entre economias de escala ao nível da empresa e custos de transporte podem explicar a formação das cidades. Krugman and Livas (1992), por outro lado, mostraram que o tamanho e localização das cidades é condicionado pelo grau de abertura de toda a economia³. Finalmente, Rauch (1993), constatou que os custos de transporte determinam o volume de comércio inter-regional e entre países. Os custos de transporte ajudam a indagar sobre a aglomeração inter-regional, uma vez que, uma das finalidades da aglomeração da população e da actividade económica numa determinada região é a poupança de custos de transporte e de comunicação.

Sobre as ligações “backward and forward” consideradas neste trabalho, de salientar o facto de Venables (1996) e Krugman and Venables (1995), terem formalizado os conceitos de Hirschman (1958), onde as relações verticais entre indústrias criam um modelo de interdependência na localização da indústria. Neste seguimento a expansão de uma indústria contribui para a expansão de outras indústrias, no mesmo local, que estejam relacionadas comercialmente com esta, quer a jusante, ou seja, as empresas que trocam bens intermédios entre si beneficiam do factor proximidade, uma vez que, poupam em custos de transporte e de comunicação. Portanto, esta é uma forma mais simplista de encarar este tipo de ligações, ou seja, só entre indústrias⁴, uma vez que, em grande parte dos trabalhos relacionados com a Geografia Económica as ligações “backward and forward” representam as forças centrípetas⁵, consideradas de uma forma mais abrangente e não só entre indústrias relacionadas

¹ As ligações “forward” atraem mais compradores e as ligações “backward” como consequência atraem mais vendedores.

² Um pouco na linha do defendido por Myrdal (1957).

³ De referir, também, outros trabalhos ao nível da economia urbana, tais como, Muth (1963), Mills (1980), Henderson (1974, 1988), Fujita (1988a), Berliant and Wang (1993), Berliant and Konishi (1994), Rivera-Batiz (1988), Fujita and Thisse (1996).

⁴ Captando-se efeitos de complementaridade entre indústrias que trocam bens intermédios entre si.

⁵ Estas forças resultam do facto de os compradores e os vendedores procurarem estar na mesma localização para reduzirem os custos de transporte.

comercialmente a montante e a jusante. Com estas ligações “backward and forward” pretende-se analisar a aglomeração inter-indústrias.

As economias de aglomeração são o resultado da existência de externalidades que ligam a produtividade dos agentes à aglomeração local dos recursos. As externalidades dinâmicas, associadas a conhecimentos “spillovers” ou “learning by doing”, aparecem vincadamente em teorias recentes de crescimento económico (Romer, 1986, 1990; Lucas, 1988; Young, 1991). Considerando que tais externalidades estão localizadas, a actividade económica torna-se geograficamente concentrada ao longo do tempo. Estudos recentes encontraram evidências que a concentração da actividade económica é consistente com externalidades dinâmicas localizadas (Glaeser et al., 1992; Jaffe et al., 1993; Henderson et al., 1995). Com as economias de aglomeração procura-se estudar a concentração intra-indústria, considerando-se que a indústria é uma área da actividade económica importante na criação de externalidades e que quanto maior é o peso da indústria num determinado local maior é a aglomeração.

No caso da liberalização do comércio entre países, por exemplo, as três forças referidas poderão passar a operar em sentidos opostos, ou seja, os custos de transporte a puxarem as empresas para junto da fronteira, onde está o grande mercado e as outras duas forças a manterem a concentração junto de grandes cidades, uma vez que, é aí que a aglomeração é maior e as ligações “backward and forward” e as economias de aglomeração são mais fortes. Wei (1993) verificou que na China as cidades que crescem mais depressa são as que têm um grande sector de exportação. Muitas destas cidades estão localizadas em áreas costeiras perto de Hong Kong. A abertura ao comércio internacional traz transformações profundas na economia, principalmente na repartição óptima dos recursos.

Para reforçar o que foi indicado anteriormente, de referir, também, que as recentes teorias sobre a localização da actividade económica têm três elementos em comum, rendimentos crescentes à escala, custos de transporte e de comunicação e custos de congestionamento. Para Fujita (1988b) e Krugman (1991), as economias de escala são internas às empresas. Para Henderson (1974) e Rauch (1989) as economias de escala são externas às empresas. Com economias internas, as empresas economizam em custos de transporte e em custos de produção por se localizarem perto de grandes mercados. Com economias externas, as empresas beneficiam de conhecimentos “spillovers” por se localizarem perto de outras empresas nessa indústria. Por outro lado, para compensar os empregados de altos custos familiares ou de questões de congestionamento em regiões aglomeradas, as empresas têm de pagar aos empregados salários relativamente mais altos. Rivera-Batiz (1988), Krugman and Venables (1995) e Venables (1996), consideram, ainda, a produção dentro de cada indústria, como contendo estádios intermédios, cada um dos quais é caracterizado por rendimentos crescentes à escala. Ou seja, em face de haverem custos de transporte, as empresas preferem localizar-se perto de outras empresas suas fornecedoras ou compradoras de bens intermédios. A complementaridade entre decisões de localização de empresas com relações comerciais a montante ou a jusante, leva a que todas as empresas de certas indústrias se aglomerem em uma ou poucas regiões.

O aspecto novo sobre a aglomeração industrial, neste trabalho, prende-se com o facto de as empresas partilharem ligações “backward and forward” entre si na troca de bens intermédios, na forma referida anteriormente, e não só forças centrípetas com os seus empregados que são também consumidores, como, usualmente, se refere na maior parte dos trabalhos realizados sobre estes assuntos.

2. O MODELO DE ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A AGLOMERAÇÃO E A PROCURA DE TRABALHO REGIONAL

Para se analisar a relação entre a aglomeração inter-indústrias, intra-indústria e inter-regional e a procura de trabalho regional, procurou-se desenvolver uma equação que relacione a procura de trabalho regional relativa pelas empresas (representada pelo emprego em cada indústria transformadora portuguesa numa dada região nacional, relativamente ao emprego total nessa indústria em Portugal) com os três factores explicativos da aglomeração antes referidos, ou seja, custos de transporte e de comunicação, ligações “backward and forward” e economias de aglomeração.

Desta forma, começou-se por analisar, na primeira equação, a procura de trabalho na região i e indústria j usando uma abordagem que se baseia na função do lucro, seguindo os procedimentos de Hanson (1998). Nas equações seguintes, assume-se que há custos de transporte positivos que tomam a forma “iceberg” de Samuelson, ou seja, de cada unidade de output enviada da região i para outra, só uma fracção t_{ij} chega ao destino, devido a perdas verificadas nas operações de transporte. As equações do modelo são as seguintes:

$$L_{ij} = - \frac{\partial \Pi_j(R_{ij}, t_{ij}P_j, \xi_{ij})}{\partial w_{ij}}, \quad (1)$$

procura de trabalho na região i e indústria j

Nesta equação, L_{ij} é o emprego na região i e na indústria j , $\Pi(\cdot)$ é a função lucro dependente de R_{ij} que é um vector dos preços de factores para ij , de P_j que é o preço nacional do output da indústria j e de ξ_{ij} que é um vector dos efeitos externos, tais como, economias de aglomeração ou ligações “backward

and forward” e w_{ij} é o salário.

$$\Delta \ln(L_{ijt}) = \alpha + \theta \Delta \ln(w_{ijt}) + \sum_{h=1}^H \rho_h \Delta \ln(R_{ijt}^h) + \gamma \Delta \ln(t_{ijt}P_{jt}) + \phi \Delta \ln(\xi_{ijt}), \quad (2)$$

procura de trabalho na região i e indústria j em taxas de crescimento, onde:

$$\Delta \ln(\xi_{ijt}) = a + \sum_{l=1}^L b_l \ln(x_{ijt-1}^l) + \varepsilon_{ijt}, \quad (2.1)$$

crescimento nos efeitos externos

Um problema típico é empiricamente identificar ou distinguir os efeitos externos, num determinado momento no tempo, dos não observáveis recursos fixos específicos do local. Para evitar o problema de identificação criado pelos factores fixos, estudou-se o crescimento do emprego industrial a nível regional, na segunda equação, porque se os efeitos externos são dinâmicos, eles têm implicações para o crescimento que os factores fixos não têm. Nesta segunda equação, Δ é o operador de diferenças, R_{ij}^h são os preços de factores, com excepção do trabalho e h representa os diferentes factores de produção. Considerou-se, também, que para uns dados preços de factores e output, o crescimento nos efeitos externos, nomeadamente, ligações “backward and forward” e economias de aglomeração, aumenta o emprego de trabalho industrial regional. Considerando a lógica das ligações “backward and forward” e das economias de aglomeração, assumiu-se, na equação (2.1), que o crescimento nos efeitos externos pode ser expresso como função dos níveis iniciais de concentração industrial, onde x_{ijt-1}^l ⁶ é a concentração de recursos, traduzida na última equação pela concentração de empregados, que originam efeitos externos e ε_{ijt} é um termo de erro.

⁶ O (l) representa os diversos efeitos externos que poderão ser considerados.

$$\Delta \ln \left(\frac{L_{ijt}}{L_{jt}} \right) = \theta \Delta \ln \left(\frac{w_{ijt}}{\bar{w}_{jt}} \right) + \gamma \Delta \ln \left(\frac{t_{ijt}}{\bar{t}_{jt}} \right) + \sum_{l=1}^L \beta_l \ln \left(\frac{x_{ijt-1}^l}{\bar{x}_{jt-1}^l} \right) + \varepsilon_{ijt} - \bar{\varepsilon}_{jt}, \quad (3)$$

equação preliminar da procura de trabalho relativa

Para identificar factores que são específicos de cada localização que afectam o crescimento do emprego industrial regional, pode-se apresentar a segunda equação em termos de desvios a partir da média ponderada da indústria nacional, ou seja, cada variável explicativa é considerada para cada indústria transformadora numa dada região nacional relativa à média nacional nessa indústria. Assim, supondo o trabalho como o único factor para o qual o preço varia entre regiões, tomando os desvios considerados a partir de alterações na indústria nacional, é possível eliminar o preço do output e todos os preços de factores não trabalho da expressão, construindo-se a terceira equação. Nesta equação qualquer variável com a designação genérica K_{ij} é obtida pelo seguinte somatório em i (índice da região) $K_{jt} = \sum_{i \in I} K_{ijt}$ e qualquer média ponderada com a designação geral Z é obtida por $\bar{Z}_{jt} = \sum_{i \in I} \omega_{ijt} Z_{ijt}$, sendo o ω_{ijt} a ponderação que determina o peso dos empregados em cada indústria e numa determinada região no total dos empregados dessa indústria a nível nacional e é obtido da seguinte forma $\omega_{ijt} = L_{ijt} / \sum_{i \in I} L_{ijt}$.

$$\Delta \ln \left(\frac{L_{ijt}}{L_{jt}} \right) = \phi_0 + \phi_1 \ln \left(\frac{\text{Re } m_{ijt-1} / L_{ijt-1}}{\text{Re } m_{jt-1} / L_{jt-1}} \right) + \phi_2 \ln \left(\frac{T_{ij}}{\sum_i \omega_{ijt} T_{ij}} \right) + \phi_3 \ln \left(\frac{L_{ikt-1} / L_{ijt-1}}{L_{kt-1} / L_{jt-1}} \right) + \phi_4 \ln \left(\frac{L_{ijt-1} / L_{it-1}}{L_{jt-1} / L_{t-1}} \right) + \phi_5 \ln \left(\frac{\sum_{h \neq j} (L_{iht-1} / L_{it-1})^2}{\sum_{h \neq j} (L_{ht-1} / L_{t-1})^2} \right) + \varepsilon_{ijt} - \bar{\varepsilon}_{jt}, \quad (4)$$

equação do crescimento relativo do emprego

Tendo em conta a equação (3) especificou-se o crescimento relativo do emprego nesta última equação, ou seja, o crescimento do emprego de cada indústria transformadora portuguesa numa determinada região relativamente ao emprego total nessa indústria em Portugal, que representa a procura de trabalho regional relativa por parte das empresas industriais portuguesas. Esta procura de trabalho relativa é função das condições iniciais em cada indústria regional relativamente à indústria nacional, onde i é o índice da região, j o de cada uma das indústrias transformadoras, a operar em Portugal, consideradas na amostra utilizada, k o total da indústria transformadora e h o total da indústria transformadora com excepção de j . Consideram-se as variáveis explicativas desfasadas de um período para se analisar a influência de cada factor explicativo num determinado período na procura de trabalho do ano seguinte e para evitar simultaneidade.

O primeiro termo da equação é o salário nominal de cada indústria transformadora em cada região relativamente ao salário nominal dessa indústria a nível nacional. O salário foi medido como a remuneração anual por empregado. Espera-se que a procura de emprego seja maior onde a diferenciação dos salários no ano anterior era maior, isto porque, os salários são maiores onde há maior aglomeração, pela necessidade de compensar os empregados pelos custos de congestionamento. Por outro lado, onde houver maior aglomeração há maior procura de trabalho.

O segundo termo tem a ver com os custos de transporte e de comunicação. Esta variável corresponde ao total de fluxo de mercadorias de cada região a outra considerada como referência (por ser, por exemplo, um local de aglomeração) relativamente à média ponderada do total de fluxo de mercadorias

de todas as regiões à mesma região de referência. Portanto, neste trabalho os custos de transporte são representados pelo fluxo de mercadorias entre as regiões nacionais. Desta forma, como se espera uma relação negativa entre os custos de transporte e a procura de trabalho (dado que, altos custos de transporte funcionam contra a aglomeração) e como se sabe que há uma relação inversa entre custos de transporte e fluxo de mercadorias, espera-se nas estimações efectuadas neste trabalho um sinal positivo para o coeficiente desta variável.

O terceiro, quarto e quinto termos, da (4^a) equação, reflectem o crescimento nos efeitos externos que por hipótese é uma função dos níveis iniciais da concentração industrial, traduzida pelo número de empregados, como se referiu anteriormente.

Assim, o terceiro termo representa uma causa de efeitos externos que são as ligações “backward and forward”, medidas, neste caso, através do rácio entre o número de empregados no total da indústria transformadora de cada região (L_{ikt-1}) e o número de empregados em cada uma das indústrias transformadoras consideradas nessa região (L_{jt-1}), relativamente ao mesmo rácio considerado não para cada região, mas a nível nacional. Com base nesta variável, pretende-se medir o grau de proximidade das indústrias que se relacionam comercialmente a montante e a jusante, considerando-se que quanto mais próximas estas estiverem maior é a aglomeração, as ligações “backward and forward” e a procura de trabalho industrial a nível regional. Espera-se, portanto, um efeito positivo para estas ligações.

O quarto termo, na equação, representa uma segunda causa de efeitos externos, a aglomeração dentro da indústria, medido através do rácio entre o número de empregados em cada indústria transformadora numa

dada região (L_{jt-1}) e o número total de empregados em toda a economia dessa região (L_{it-1}), relativamente ao mesmo rácio considerado a nível nacional. Esta variável mede o peso da indústria no total da economia, considerando-se que quanto maior este for maiores são as economias de aglomeração e a procura de trabalho. Espera-se assim, também, um efeito positivo para este termo. Glaeser et al. (1992) descrevem este termo, como uma medida da especialização industrial, dado que, controla situações em que a indústria regional é grande porque a região é grande.

O quinto termo, da equação (4), representa uma terceira causa de efeitos externos que é a densidade (diversidade) industrial, medido pelo somatório do rácio ao quadrado entre o número de empregados no total da indústria transformadora (excepto a que está a ser analisada) de uma dada região (L_{iht-1}) e o total de empregados em toda a economia dessa região (L_{it-1}) relativamente ao mesmo somatório considerado a nível nacional. Considera-se que quanto mais uniforme é a distribuição regional (nacional) do emprego entre indústrias, menor é a soma do quadrado regional (nacional) e maior é a aglomeração. Espera-se, assim, um sinal negativo para este efeito.

3. OS DADOS ESTATÍSTICOS UTILIZADOS

Tendo em conta as variáveis do modelo apresentado, anteriormente, utilizaram-se dados estatísticos temporais das cinco regiões de Portugal Continental, da base de dados regional das estatísticas do Eurostat (Regio da Eurostat Statistics 2000)⁷, relativos aos empregados assalariados, a nível regional e nacional, na indústria transformadora e

⁷ Dado que, os resultados obtidos nas estimações, quando se utilizam as sete regiões portuguesas são menos satisfatórios, o que se percebe dadas as características das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou seja, são duas regiões isoladas, o que implica altos custos de transporte e de comunicação nas relações com outras regiões. Por outro lado, a utilização de uma desagregação regional mais fina que as NUTs II foi impossível, dada a escassez de dados estatísticos para este período.

no total dos sectores de actividade económica, às remunerações nominais na indústria transformadora e ao fluxo de mercadorias de cada uma das regiões de Portugal Continental para Lisboa e Vale do Tejo. Considera-se esta região, à partida, como um potencial local de aglomeração, dadas as suas características, nomeadamente, o facto de ter os maiores salários, de ser das regiões onde há mais empregados na indústria transformadora e de ser a região associada com maiores fluxos de mercadorias. As remunerações nominais são, unicamente, as da indústria transformadora⁸, dado o realce que é dado ao sector de produtos manufacturados, uma vez que, é dos sectores que produz maioritariamente produtos transaccionáveis. O fluxo de mercadorias regionais pretende ser uma “proxy” aos custos de transporte, dado ser esta uma forma indirecta de os medir, tal como admitem os autores desta abordagem teórica. Em face de se ter considerado dados desagregados para 9 indústrias transformadoras a operar em Portugal e uma série temporal de 1986 a 1994, conseguiu-se um total de 405 observações, em painel. A análise dos dados é efectuada com o recurso a Quadros que são apresentadas no Anexo I.

O emprego de cada uma das regiões relativamente ao de Portugal Continental, na indústria transformadora, no Norte é maior na indústria têxtil (Quadro 2), com alguma diferença em relação às restantes indústrias transformadoras, no Centro é maior nos produtos minerais (Quadro 2), também de forma marcada, em Lisboa e Vale do Tejo nos produtos químicos (Quadro 2), no Alentejo é pouco claro, embora recentemente a indústria dos metais tenha os melhores valores (Quadro 2) e no Algarve é maior na indústria dos produtos alimentares (Quadro 2).

As remunerações nominais de cada indústria a nível regional relativas às remunerações de cada indústria a nível nacional, analisando o Quadro 3, no Norte são maiores na indústria têxtil, embora haja alguma uniformidade, no Centro a indústria do papel tem os melhores valores, em Lisboa e Vale do Tejo há grande uniformidade, tal como no Alentejo, no Algarve os valores são menos claros.

Analisando a variação do fluxo de mercadorias de cada uma das regiões para Lisboa e Vale do Tejo, através do Quadro 3, verifica-se que, à excepção do fluxo de mercadorias dentro da própria região Lisboa e Vale do Tejo, o maior fluxo vem do Centro e do Alentejo, portanto, as regiões mais próximas.

Os efeitos externos resultantes das ligações “backward and forward” (medidos através do rácio entre o número de empregados no total da indústria transformadora e o número de empregados em cada uma das indústrias transformadoras consideradas) entre as diferentes indústrias transformadoras, no Norte têm valores, mais ou menos, uniformes (Quadro 4), no Centro os valores da indústria química destacam-se das restantes indústrias (Quadro 4), em Lisboa e Vale do Tejo são os da indústria têxtil que se destacam, tal como, no Alentejo e no Algarve (Quadro 4), embora os valores desta última região sejam exagerados. De referir que, os valores para estas ligações são mais uniformes em Lisboa e Vale do Tejo, o que demonstra a existência de relações entre indústrias mais intensas nesta região.

Os efeitos externos resultantes da especialização industrial (ou economias de aglomeração, medidos através do rácio entre o número de empregados em cada indústria transformadora e o número total de

⁸ Foram considerados dados desagregados para cada uma das indústrias transformadoras consideradas na classificação desta base de dados, ou seja, a indústria dos metais, a dos produtos minerais, a dos produtos químicos, a dos equipamentos e bens eléctricos, a dos equipamentos de transporte, a dos produtos alimentares, a têxtil, a do papel e a dos produtos diversos, sempre por esta ordem.

empregados em toda a economia considerada), no Norte vêm da indústria têxtil (Quadro 4), Centro vêm dos produtos minerais (Quadro 4), em Lisboa e Vale do Tejo vêm dos produtos químicos (Quadro 4), no Alentejo é um pouco incerto, embora recentemente a indústria dos metais tenha os melhores valores (Quadro 4), no Algarve vêm da indústria dos produtos alimentares (Quadro 4). Em termos globais, esta variável apresenta, também, valores muito uniformes em Lisboa e Vale do Tejo e dos mais altos.

Analisando os efeitos externos resultantes da igual distribuição, ou não, do emprego entre indústrias (medidos pelo somatório do rácio ao quadrado entre o número de empregados no total da indústria transformadora, excepto a que está a ser analisada, e o total de empregados em toda a economia considerada), através do Quadro 5, verifica-se que há uniformidade entre todas as indústrias com excepção para a indústria têxtil, o que seria de esperar, dado que está praticamente toda concentrada no Norte. De referir que, Lisboa e Vale do Tejo tem dos mais baixos valores para esta variável, indício de grande uniformidade na distribuição da indústria nesta região.

Pelo exposto nesta análise dos dados de referir que Lisboa e Vale do Tejo apresenta os melhores valores na procura de trabalho industrial a nível regional e os melhores valores para as variáveis explicativas da aglomeração inter-regional, inter-indústria e intra-indústria. Esta região é, assim, pela análise dos dados um local de aglomeração da actividade económica e da população.

4. AS ESTIMAÇÕES EFECTUADAS

Efectuou-se um conjunto de estimações com a Equação (4) apresentada anteriormente, com os dados em painel e utilizando métodos de estimação com variáveis “dummies”⁹, com diferenças e com efeitos aleatórios. No entanto, o teste de Hausman indica que os melhores resultados são os das estimações com efeitos fixos. Apresentam-se, por isso, no Quadro seguinte, os resultados obtidos nas estimações com variáveis “dummies” e com diferenças, até para servir de comparação. Contudo, explorar-se-ão, sobretudo, os resultados obtidos nas estimações com variáveis “dummies”, uma vez que, são muito semelhantes aos obtidos com diferenças e contêm mais informação. De referir, ainda, que a variável dependente não foi considerada em taxa de crescimento, uma vez que, desta forma os resultados obtidos eram estatisticamente mais fracos.

⁹ Foram consideradas 45 “dummies”, uma para cada indivíduo, uma vez que, os dados dizem respeito a 5 regiões e 9 indústrias transformadoras. No Quadro 1 cada linha refere-se a uma indústria para as 5 regiões consideradas e cada coluna refere-se a uma região para as 9 indústrias, sempre pela ordem antes referida. Desta forma, a sexta linha de “dummies” corresponde à indústria alimentar que não se utilizaram para evitar problemas de multicolinearidade. Optou-se por excluir estas “dummies” por serem as que mais pioravam estatisticamente os resultados das estimações (tendo em conta o esperado e os coeficientes obtidos nas estimações efectuadas com os outros métodos), possivelmente por ser uma indústria com especificidades próprias, uma vez que depende da agricultura a montante.

QUADRO 1

Estimação da equação do emprego relativo

$$\ln\left(\frac{L_{ijt}}{L_{jt}}\right) = \phi_0 + \phi_1 \ln\left(\frac{Re m_{ijt-1} / L_{ijt-1}}{Re m_{jt-1} / L_{jt-1}}\right) + \phi_2 \ln\left(\frac{T_{ij}}{\sum_i \omega_{ijt} T_{ij}}\right) + \phi_3 \ln\left(\frac{L_{ikt-1} / L_{ijt-1}}{L_{kt-1} / L_{jt-1}}\right) + \phi_4 \ln\left(\frac{L_{ijt-1} / L_{it-1}}{L_{jt-1} / L_{t-1}}\right) + \phi_5 \ln\left(\frac{\sum_{h \neq j} (L_{iht-1} / L_{it-1})^2}{\sum_{h \neq j} (L_{ht-1} / L_{t-1})^2}\right) + \varepsilon_{ijt} - \bar{\varepsilon}_{jt}$$

	LSDV ⁽¹⁾					D ⁽²⁾
	D₁⁽³⁾	D₂⁽³⁾	D₃⁽³⁾	D₄⁽³⁾	D₅⁽³⁾	
	-0,970 ⁽⁴⁾ (-0,379) ⁽⁵⁾	-1,575 ⁽⁴⁾ (-0,616) ⁽⁵⁾	-1,470 ^{(4)*} (-0,575) ⁽⁵⁾	6,782 ⁽⁴⁾ (2,579) ⁽⁵⁾	(b)	
	D₆⁽³⁾	D₇⁽³⁾	D₈⁽³⁾	D₉⁽³⁾	D₁₀⁽³⁾	
	-0,620 ⁽⁴⁾ (-0,242) ⁽⁵⁾	-0,576 ⁽⁴⁾ (-0,225) ⁽⁵⁾	-1,910 ⁽⁴⁾ (-0,748) ⁽⁵⁾	-8,344 ^{(4)*} (-3,229) ⁽⁵⁾	-4,204 ⁽⁴⁾ (-1,634) ⁽⁵⁾	
	D₁₁⁽³⁾	D₁₂⁽³⁾	D₁₃⁽³⁾	D₁₄⁽³⁾	D₁₅⁽³⁾	
	1,967 ⁽⁴⁾ (0,768) ⁽⁵⁾	-3,757 ⁽⁴⁾ (-1,465) ⁽⁵⁾	-1,344 ⁽⁴⁾ (-0,526) ⁽⁵⁾	-0,100 ⁽⁴⁾ (-0,039) ⁽⁵⁾	-10,038 ^{(4)*} (-2,553) ⁽⁵⁾	
	D₁₆⁽³⁾	D₁₇⁽³⁾	D₁₈⁽³⁾	D₁₉⁽³⁾	D₂₀⁽³⁾	
	0,658 ⁽⁴⁾ (0,257) ⁽⁵⁾	0,792 ⁽⁴⁾ (0,310) ⁽⁵⁾	-3,394 ⁽⁴⁾ (-1,327) ⁽⁵⁾	-4,587 ^{(4)**} (-1,763) ⁽⁵⁾	-2,234 ⁽⁴⁾ (-0,868) ⁽⁵⁾	
	D₂₁⁽³⁾	D₂₂⁽³⁾	D₂₃⁽³⁾	D₂₄⁽³⁾	D₂₅⁽³⁾	
	0,986 ⁽⁴⁾ (0,385) ⁽⁵⁾	-0,780 ⁽⁴⁾ (-0,305) ⁽⁵⁾	-2,052 ⁽⁴⁾ (-0,803) ⁽⁵⁾	0,149 ⁽⁴⁾ (0,058) ⁽⁵⁾	-1,317 ⁽⁴⁾ (-0,512) ⁽⁵⁾	
	D₂₆⁽³⁾	D₂₇⁽³⁾	D₂₈⁽³⁾	D₂₉⁽³⁾	D₃₀⁽³⁾	
	(c)	(c)	(c)	(c)	(c)	
	D₃₁⁽³⁾	D₃₂⁽³⁾	D₃₃⁽³⁾	D₃₄⁽³⁾	D₃₅⁽³⁾	
	0,223 ⁽⁴⁾ (0,087) ⁽⁵⁾	-2,587 ⁽⁴⁾ (-1,009) ⁽⁵⁾	-3,329 ⁽⁴⁾ (-1,303) ⁽⁵⁾	-8,367 ^{(4)*} (-3,240) ⁽⁵⁾	-13,384 ^{(4)*} (-3,314) ⁽⁵⁾	
	D₃₆⁽³⁾	D₃₇⁽³⁾	D₃₈⁽³⁾	D₃₉⁽³⁾	D₄₀⁽³⁾	
	-0,073 ⁽⁴⁾ (-0,029) ⁽⁵⁾	-0,685 ⁽⁴⁾ (-0,268) ⁽⁵⁾	-1,420 ⁽⁴⁾ (-0,556) ⁽⁵⁾	-5,311 ^{(4)*} (-2,049) ⁽⁵⁾	-1,921 ⁽⁴⁾ (-0,747) ⁽⁵⁾	
	D₄₁⁽³⁾	D₄₂⁽³⁾	D₄₃⁽³⁾	D₄₄⁽³⁾	D₄₅⁽³⁾	
	0,881 ⁽⁴⁾ (0,344) ⁽⁵⁾	-1,352 ⁽⁴⁾ (-0,529) ⁽⁵⁾	-3,327 ⁽⁴⁾ (-1,302) ⁽⁵⁾	-6,699 ^{(4)*} (-2,591) ⁽⁵⁾	-7,784 ^{(4)*} (-3,025) ⁽⁵⁾	
	Φ_1					Φ_1
	0,119 ^{(4)*} (2,086) ⁽⁵⁾					0,122 ^{(4)*} (2,212) ⁽⁵⁾
	Φ_2					Φ_2
	0,018 ^{(4)**} (1,879) ⁽⁵⁾					0,012 ⁽⁴⁾ (1,286) ⁽⁵⁾
	Φ_3					Φ_3
	1,301 ^{(4)*} (3,241) ⁽⁵⁾					1,127 ^{(4)*} (2,918) ⁽⁵⁾
	Φ_4					Φ_4
	0,731 ^{(4)*} (1,989) ⁽⁵⁾					0,661 ^{(4)**} (1,867) ⁽⁵⁾
	Φ_5					Φ_5
	-0,759 ^{(4)*} (-4,357) ⁽⁵⁾					-0,744 ^{(4)*} (-4,525) ⁽⁵⁾
R ² ajustado	0,987					0,217
Teste de Hausman Qui-quadrado	7777,548 ^(a)					

(1) Estimação com 45 variáveis “dummies”, uma para cada indústria transformadora; (2) Estimação com diferenças; (3) Variáveis “Dummies”; (4) Valor do coeficiente; (5) T – estatístico; * Coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 5%; ** Coeficiente estatisticamente significativo ao nível de 10%; (a) Rejeita-se a hipótese dos efeitos aleatórios; (b) Não se considerou esta “dummy”, uma vez que, não estão disponíveis dados estatísticos para esta indústria-região; (c) Não se consideraram estas “dummies” para evitar problemas de multicolinearidade.

Tendo em conta os resultados obtidos nas estimações efectuadas e apresentados no Quadro anterior, de referir, relativamente aos coeficientes das variáveis “dummies”, que só os da indústria dos metais em Lisboa e Vale do Tejo (D_3), da indústria dos minerais no Alentejo (D_9), da indústria química no Algarve (D_{15}), da indústria dos equipamentos e bens eléctricos no Alentejo (D_{19}), da indústria têxtil no Alentejo e no Algarve (D_{34} e D_{35}), da indústria do papel no Alentejo (D_{39}) e da indústria dos produtos diversos no Alentejo e no Algarve (D_{44} e D_{45}) é que apresentam significância estatística. Indício de que será nestas indústrias-região que haverá maiores diferenças estruturais. De salientar, contudo, o facto de as variáveis “dummies” das diferentes indústrias-região apresentarem significância estatística, sobretudo, no Alentejo e no Algarve, o que demonstra o que já se tinha verificado, ou seja, estas duas regiões apresentam diferenças nas estruturas económicas significativas em relação às outras três, nomeadamente, o facto de o Alentejo ter pouca actividade económica e o Algarve ter, sobretudo, turismo.

Por outro lado, a equação do emprego relativo (emprego em cada indústria transformadora portuguesa numa dada região nacional relativamente ao emprego nessa indústria em Portugal Continental) apresenta resultados bastante satisfatórios em termos da significância estatística dos coeficientes das variáveis “não dummies” e do grau da precisão do ajustamento (a autocorrelação dos erros é um aspecto que vale a pena aprofundar em trabalhos posteriores). De salientar o facto de praticamente todos os coeficientes das variáveis “não dummies” apresentarem elasticidades inferiores à unidade, com excepção para o das ligações “backward and forward”, o que indica a importância destas ligações na explicação do emprego relativo. Analisando o resultado da estimação, para as variáveis “não dummies” verifica-se, tal como seria de esperar, em face dos desenvolvimentos da Nova Geografia

Económica, que há uma relação positiva entre o emprego relativo e as remunerações nominais relativas (remunerações industriais regionais relativas às remunerações industriais nacionais); o efeito positivo confirma-se, também, em relação às ligações “backward and forward” (rácio entre o número de empregados no total da indústria transformadora de cada região e o número de empregados em cada uma das indústrias transformadoras consideradas nessa região, relativamente ao mesmo rácio considerado não para cada região, mas a nível nacional) e em relação às economias de aglomeração (rácio entre o número de empregados em cada indústria transformadora numa dada região e o número total de empregados em toda a economia dessa região, relativo ao mesmo rácio considerado a nível nacional). Por outro lado, confirma-se a relação negativa entre os custos de transporte e a procura de emprego relativa (considerando-se que custos de transporte e fluxos de mercadorias variam na razão inversa) e o rácio da distribuição do emprego entre indústrias (somatório do rácio ao quadrado entre o número de empregados no total da indústria transformadora (excepto a que está a ser analisada) de uma dada região e o total de empregados em toda a economia dessa região relativamente ao mesmo somatório considerado a nível nacional). De salientar, por último, que todos os coeficientes são estatisticamente significativos para 5% e para 10% e o alto valor do grau de precisão do ajustamento.

5. CONCLUSÕES

Tendo em conta a análise estatística dos dados efectuada, verifica-se que, relativamente às regiões, o que podemos afirmar com segurança é que, por um lado, o Norte especializou-se, praticamente, na indústria têxtil e, por outro, Lisboa e Vale do Tejo possui uma grande diversidade de indústrias, mas apresenta os melhores valores para os factores

explicativos da procura de trabalho regional pelas empresas industriais.

Complementando a análise dos dados e os resultados das estimações, de referir, também, que os custos de transporte têm importância, dado que, além da significância estatística do coeficiente associado a esta variável, as regiões mais próximas de Lisboa e Vale do Tejo têm o maior fluxo de mercadorias para esta região. Há, ainda, ligações “backward and forward” entre as diferentes indústrias transformadoras, há economias de aglomeração (efeitos “spillover”) entre as empresas industriais e há uma distribuição, mais ou menos uniforme, do emprego entre as diferentes indústrias.

Neste seguimento, constata-se que os resultados são consistentes com os desenvolvimentos da Nova Geografia Económica que dão ênfase aos custos de transporte, os quais estão na base de um conjunto de outras variáveis explicativas, tais como, as ligações “backward and forward”, ou seja, compradores e fornecedores procuram estar juntos de modo a economizarem nos custos de transporte e as economias de aglomeração. De referir que Alfred Marshall, em 1920, já tinha feito referência a este tipo de ligações, quando na modelização dos rendimentos crescentes que explicam a concentração espacial, propôs uma tripla classificação que se apresenta a seguir. Na terminologia moderna, ele defendia que as localidades industriais aparecem em face de efeitos “spillovers”, de vantagens de mercados especializados e de ligações “backward” e “forward” associadas com os grandes mercados locais. Embora, todas estas três forças estejam claramente a operar no mundo real, a Nova Geografia Económica tem geralmente ignorado as primeiras duas, essencialmente, porque são difíceis de modelar de uma forma explícita.

Por último, em face do exposto, de salientar que Lisboa e Vale do Tejo é um potencial local de aglomeração da população e da actividade económica (como se suponha), uma vez que, o fluxo de mercadorias é maior nas regiões mais próximas desta região, o emprego relativo é maior onde no período anterior os salários eram mais altos (sabendo-se que é em Lisboa e Vale do Tejo que os salários são mais altos), além das características inter-indústrias e inter-indústria descritas.

BIBLIOGRAFIA

- Berliant, M. and Wang, P. (1993). Endogenous formation of a city without agglomerative externalities or market imperfections: *Marketplaces in a regional economy. Regional Science and Urban Economics* (23), pp. 121-144.
- Berliant, M. and Konishi, H. (1994). The endogenous formation of a city: *Population agglomeration and marketplaces in a location-specific production economy. Mimeo.*
- Dumais, G.; Ellison, G. and Glaeser, E. (1997). *Geographic concentration as a dynamic process. Mimeo.*
- Fujita, M. (1988a). A monopolistic competition model of spatial agglomeration: *Differentiated product approach. Regional Science and Urban Economics* (18), pp. 87-124.
- Fujita, M. (1988b). *Monopolistic competition and urban systems. European Economic Review* (37), pp. 308-315.
- Florence, S. (1948). *Investment, location and size of plant.* Cambridge University Press.
- Fuchs, V. (1962). *Changes in the location of manufacturing in the United States since 1929.* Yale University Press.
- Glaeser, E.; Kallal, H.; Sheinkman, J. and Shleifer, A. (1992). *Growth in cities.* Journal of Political Economy (100), pp. 1126-1152.
- Hanson, G. (1998). *Regional adjustment to trade liberalization. Regional Science and Urban Economics* (28), pp. 419-444.
- Henderson, J.V. (1974). *The sizes and types of cities. American Economic Review* (64), pp. 640-656.
- Henderson, J.V. (1988). *Urban Development.* Oxford University Press.
- Henderson, J.V.; Kuncoro, A. and Turner, M. (1995). *Industrial development and cities. Journal of Political Economy* (103), pp. 1067-1081.
- Hirschman, A.O. (1958). *The strategy of economic development.* Yale University Press, New Haven.
- Jaffe, A.; Trajtenberg, M. and Henderson, R. (1993). *Geographic localization of knowledge spillovers as evidenced by patent citations.* Quarterly Journal of Economics (108), pp. 577-598.
- Krugman, P. (1991). *Increasing returns and economic geography. Journal of Political Economy* (99), pp. 483-499.
- Krugman, P. and Livas, R. (1992). *Trade policy and the third world metropolis.* NBER Working Paper N° 4238.
- Krugman, P. and Venables, A.J. (1995). *Globalization and the inequality of nations.* Quarterly Journal of Economics (110), pp. 857-880.
- Lucas, R.E. (1988). *On the mechanics of economic development. Journal of Monetary Economics* (22), pp. 3-42.
- Mills, E. (1980). *Urban Economics, 2nd Ed.* Scott, Foresman.
- Muth, R.F. (1963). *Cities and Housing.* University of Chicago Press.
- Myrdal, G. (1957). *Economic Theory and Under-developed Regions.* Duckworth, London.
- Perloff, H.; Dunn, E.; Lampard, E. and Muth, R. (1960). *Regions, resources and economic growth.* Johns Hopkins Press.
- Rauch, J.E. (1989). Increasing returns and the pattern of trade. *Journal of International Economics* (26), pp. 359-369.
- Rauch, J.E. (1993). *Comparative advantage, geographic advantage and the volume of trade.* Economic Journal (101), pp. 1230-1244.
- Rivera-Batiz, F.L. (1988). *Increasing returns, monopolistic competition and agglomeration economies in consumption and production.* Regional Science and Urban Economics (18), pp. 125-153.
- Romer, P. (1986). *Increasing returns and long-run growth. Journal of Political Economy* (94), pp. 1002-1037.
- Romer, P. (1990). Endogenous technological change. *Journal of Political Economy* (98), pp. S71-S101.
- Venables, A.J. (1996). *Equilibrium locations of vertically – linked industries.* International Economic Review (37), pp. 341-360.
- Wei, S. (1993). *Open door policy and China's rapid growth: evidence from city-level data.* NBER Working Paper N° 4602.
- Young, A. (1991). *Learning by doing and the dynamic effects of international trade.* Quarterly Journal of Economics (106), pp. 369-406.

QUADRO 2

Emprego relativo de cada uma das indústrias transformadoras, por região, de 1986 a 1994

Região	Anos	MT	MI	PQ	EE	ET	AL	TE	PA	PD
Norte	1986	0,45	0,23	0,16	0,44	0,22	0,34	0,77	0,37	0,57
	1987	0,4	0,2	0,15	0,39	0,19	0,31	0,75	0,3	0,52
	1988	0,35	0,23	0,15	0,44	0,19	0,33	0,76	0,33	0,55
	1989	0,38	0,25	0,21	0,45	0,25	0,35	0,79	0,33	0,57
	1990	0,38	0,23	0,21	0,41	0,26	0,3	0,77	0,32	0,51
	1991	0,39	0,22	0,24	0,38	0,29	0,31	0,78	0,32	0,52
	1992	0,39	0,23	0,25	0,4	0,32	0,32	0,77	0,33	0,54
	1993	0,34	0,23	0,23	0,42	0,23	0,34	0,78	0,34	0,57
	1994	0,39	0,21	0,23	0,44	0,26	0,33	0,78	0,33	0,58
Centro	1986	0,2	0,36	0,1	0,12	0,22	0,18	0,13	0,12	0,18
	1987	0,21	0,36	0,1	0,13	0,22	0,17	0,14	0,15	0,19
	1988	0,21	0,36	0,09	0,13	0,23	0,18	0,14	0,16	0,19
	1989	0,25	0,34	0,09	0,14	0,22	0,17	0,12	0,15	0,17
	1990	0,21	0,37	0,07	0,17	0,24	0,18	0,12	0,15	0,19
	1991	0,21	0,36	0,07	0,18	0,22	0,18	0,11	0,15	0,2
	1992	0,23	0,37	0,08	0,19	0,21	0,18	0,11	0,16	0,19
	1993	0,2	0,4	0,08	0,18	0,22	0,19	0,11	0,17	0,19
	1994	0,2	0,4	0,09	0,2	0,25	0,19	0,11	0,16	0,19
Lisboa e Vale do Tejo	1986	0,34	0,32	0,71	0,41	0,55	0,39	0,09	0,5	0,23
	1987	0,38	0,34	0,73	0,46	0,58	0,43	0,11	0,53	0,26
	1988	0,43	0,33	0,74	0,4	0,57	0,4	0,1	0,49	0,24
	1989	0,34	0,33	0,68	0,38	0,52	0,4	0,09	0,5	0,22
	1990	0,36	0,33	0,67	0,38	0,46	0,45	0,1	0,5	0,26
	1991	0,34	0,35	0,64	0,4	0,45	0,43	0,1	0,5	0,25
	1992	0,32	0,32	0,62	0,36	0,44	0,41	0,11	0,49	0,24
	1993	0,37	0,3	0,64	0,35	0,52	0,39	0,11	0,47	0,21
	1994	0,34	0,33	0,62	0,33	0,46	0,39	0,1	0,48	0,21
Alentejo	1986	0,02	0,07	0,03	0,02	0,01	0,06	0,01	0,01	0,02
	1987	0,02	0,07	0,03	0,02	0,01	0,06	0,01	0,01	0,02
	1988	0,01	0,06	0,02	0,02	0,01	0,06	0,01	0,01	0,01
	1989	0,03	0,06	0,02	0,02	0,01	0,05	0,01	0,01	0,02
	1990	0,05	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	0,01	0,01	0,01
	1991	0,06	0,05	0,04	0,03	0,03	0,05	0,01	0,01	0,02
	1992	0,06	0,06	0,05	0,04	0,03	0,05	0,01	0,01	0,02
	1993	0,08	0,04	0,04	0,03	0,03	0,05	0,01	0,01	0,02
	1994	0,07	0,04	0,05	0,02	0,03	0,05	0,01	0,01	0,01
Algarve	1986		0,02		0,01	0,00	0,03		0,01	0,01
	1987		0,02		0,01	0,00	0,02		0,01	0,01
	1988		0,02		0,01	0,00	0,03		0,01	0,01
	1989		0,02		0,01	0,00	0,02		0,01	0,01
	1990		0,03	0,00	0,01	0,01	0,04	0,00	0,01	0,01
	1991		0,02	0,00	0,01	0,01	0,04	0,00	0,01	0,01
	1992		0,02	0,00	0,01	0,01	0,04	0,00	0,01	0,01
	1993		0,02	0,00	0,01	0,00	0,03	0,00	0,01	0,01
	1994		0,02	0,00	0,01	0,01	0,04	0,00	0,01	0,01

Nota: MT, MI, PQ, EE, ET, AL, TE, PA e PD, representam, respectivamente, as indústrias transformadoras dos metais, dos produtos minerais, dos produtos químicos, dos equipamentos e bens eléctricos, dos equipamentos de transporte, dos produtos alimentares, dos têxteis, do papel e dos produtos diversos.

QUADRO 3

Salário relativo de cada uma das indústrias transformadoras e fluxo de mercadorias, por região, de 1986 a 1994

Região	Salário relativo										Fluxo de mercadorias								
	Anos	MT	MI	PQ	EE	ET	AL	TE	PA	PD	MT	MI	PQ	EE	ET	AL	TE	PA	PD
Norte	1986	0,84	0,91	0,79	0,94	0,83	0,92	0,99	0,84	0,94	0,28	0,21	0,17	0,25	0,21	0,21	0,55	0,23	0,35
	1987	0,86	0,90	0,78	0,93	0,79	0,90	1,09	0,80	0,96	0,06	0,06	0,03	0,05	0,04	0,05	0,17	0,04	0,08
	1988	0,85	0,88	0,78	0,95	0,80	0,89	0,99	0,83	0,96	0,04	0,05	0,02	0,04	0,03	0,04	0,15	0,04	0,07
	1989	0,88	0,87	0,83	0,93	0,83	0,90	0,99	0,81	0,96	0,06	0,06	0,03	0,05	0,04	0,05	0,19	0,04	0,08
	1990	0,80	0,79	0,69	0,93	0,73	0,92	1,00	0,80	0,90	0,07	0,07	0,04	0,06	0,05	0,05	0,20	0,05	0,09
	1991	0,89	0,81	0,74	0,94	0,76	0,88	1,00	0,80	0,89	0,07	0,07	0,04	0,06	0,06	0,06	0,21	0,05	0,10
	1992	0,77	0,81	0,77	0,96	0,79	0,90	0,99	0,77	0,94	0,08	0,08	0,04	0,07	0,06	0,06	0,20	0,06	0,10
	1993	0,78	0,76	0,67	0,93	0,73	0,88	0,99	0,77	0,95	0,05	0,06	0,03	0,05	0,03	0,05	0,15	0,04	0,08
	1994	0,81	0,84	0,67	0,93	0,76	0,90	0,99	0,80	0,95	0,04	0,04	0,02	0,04	0,03	0,04	0,13	0,03	0,06
Centro	1986	0,93	0,99	0,98	0,81	0,87	0,94	0,98	1,25	0,95	0,53	0,39	0,32	0,47	0,40	0,39	1,03	0,44	0,66
	1987	0,86	0,99	0,97	0,78	0,85	0,95	1,08	1,22	0,95	0,14	0,15	0,07	0,12	0,09	0,12	0,41	0,10	0,19
	1988	0,92	1,01	0,90	0,79	0,83	0,95	0,97	1,20	0,94	0,13	0,17	0,08	0,14	0,10	0,14	0,49	0,12	0,23
	1989	0,93	1,00	0,91	0,84	0,88	0,95	0,97	1,17	0,94	0,14	0,15	0,08	0,13	0,10	0,12	0,48	0,10	0,21
	1990	0,87	0,98	1,03	0,88	0,88	0,87	1,00	1,24	1,04	0,18	0,19	0,10	0,17	0,14	0,14	0,52	0,13	0,23
	1991	0,83	0,98	0,79	0,91	0,86	0,94	0,99	1,29	1,20	0,15	0,14	0,08	0,13	0,11	0,12	0,42	0,10	0,19
	1992	0,92	0,99	0,83	0,86	0,88	0,92	1,01	1,17	1,05	0,16	0,16	0,09	0,15	0,12	0,13	0,41	0,11	0,21
	1993	0,84	1,00	0,84	0,88	0,90	0,88	0,98	1,16	0,99	0,16	0,19	0,10	0,17	0,12	0,16	0,50	0,13	0,27
	1994	0,87	1,00	0,94	0,87	0,94	0,89	1,17	1,17	1,00	0,15	0,15	0,08	0,15	0,11	0,13	0,46	0,11	0,23
Lisboa e Vale do Tejo	1986	1,25	1,09	1,05	1,12	1,12	1,12	1,06	1,06	1,19	1,97	1,43	1,18	1,73	1,46	1,44	3,82	1,62	2,44
	1987	1,23	1,08	1,04	1,11	1,12	1,11	0,22	0,99	1,16	2,51	2,68	1,36	2,11	1,69	2,22	7,60	1,83	3,50
	1988	1,16	1,10	1,06	1,12	1,13	1,13	1,08	1,06	1,13	2,21	2,82	1,34	2,42	1,71	2,37	8,22	1,98	3,85
	1989	1,16	1,09	1,06	1,13	1,13	1,14	1,08	1,08	1,14	2,76	2,80	1,46	2,49	1,87	2,37	9,21	1,93	4,07
	1990	1,21	1,13	1,07	1,15	1,22	1,13	1,00	1,06	1,17	2,62	2,78	1,47	2,46	2,06	2,13	7,68	1,91	3,45
	1991	1,16	1,10	1,10	1,13	1,23	1,15	1,00	1,05	1,10	2,71	2,67	1,53	2,40	2,10	2,24	7,91	1,93	3,58
	1992	1,27	1,10	1,08	1,14	1,21	1,15	1,02	1,12	1,08	2,89	2,87	1,58	2,62	2,17	2,30	7,27	1,98	3,70
	1993	1,14	1,15	1,12	1,15	1,16	1,19	1,08	1,12	1,14	2,52	2,98	1,53	2,68	1,85	2,42	7,85	2,04	4,29
	1994	1,15	1,09	1,12	1,18	1,18	1,17	0,86	1,08	1,15	2,80	2,82	1,59	2,85	2,11	2,43	8,85	2,01	4,46
Alentejo	1986	1,03	0,92	1,16	1,03	1,00	0,94	1,20	1,22	0,90	6,61	4,80	3,95	5,81	4,91	4,83	12,83	5,44	8,18
	1987	1,08	0,93	1,20	1,10	1,24	0,94	1,63	3,91	0,37	0,13	0,14	0,07	0,11	0,09	0,12	0,40	0,10	0,18
	1988	1,19	0,95	0,99	1,15	1,32	0,90	1,28	1,14	0,94	0,09	0,11	0,05	0,09	0,07	0,09	0,32	0,08	0,15
	1989	1,27	1,00	1,16	1,07	1,18	0,86	1,18	1,20	1,13	0,11	0,12	0,06	0,10	0,08	0,10	0,38	0,08	0,17
	1990	1,55	1,19	1,36	0,86	1,02	0,89	1,08	1,13	0,92	0,12	0,13	0,07	0,12	0,10	0,10	0,36	0,09	0,16
	1991	1,39	1,23	1,48	0,79	1,01	0,79	0,98	1,08	0,81	0,13	0,13	0,08	0,12	0,10	0,11	0,39	0,10	0,18
	1992	1,36	1,23	1,52	0,84	1,10	0,83	1,12	0,65	0,88	0,16	0,15	0,09	0,14	0,12	0,12	0,39	0,11	0,20
	1993	1,63	1,20	1,35	1,11	1,10	0,84	1,00	0,68	0,89	0,11	0,13	0,07	0,12	0,08	0,11	0,35	0,09	0,19
	1994	1,67	1,12	1,20	0,96	0,92	0,76	1,26	1,13	0,96	0,09	0,09	0,05	0,09	0,07	0,08	0,28	0,06	0,14
Algarve	1986		1,02		0,69	0,68	0,81		0,65	0,97	0,07	0,05	0,04	0,06	0,05	0,05	0,13	0,05	0,08
	1987		1,03		0,84	0,67	0,80		0,74	0,92	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,05	0,01	0,02
	1988		0,74		0,84	0,63	0,88		0,49	1,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,05	0,01	0,02
	1989		1,23		0,81	0,75	0,83		0,64	0,96	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,01	0,02
	1990		1,12	0,55	0,94	0,55	0,83	0,32	0,66	0,92	0,02	0,02	0,01	0,02	0,01	0,01	0,05	0,01	0,02
	1991		1,05	0,45	0,69	0,74	0,87	0,47	0,57	0,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1992		1,09	0,52	0,72	0,69	0,81	1,15	0,67	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1993		1,11	0,38	0,71	0,67	0,85	1,30	0,78	1,09	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	0,02
	1994		1,03	0,49	0,61	0,66	0,85	0,57	0,66	0,95	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03	0,01	0,02

Nota: MT, MI, PQ, EE, ET, AL, TE, PA e PD, representam, respectivamente, as indústrias transformadoras dos metais, dos produtos minerais, dos produtos químicos, dos equipamentos e bens eléctricos, dos equipamentos de transporte, dos produtos alimentares, dos têxteis, do papel e dos produtos diversos.

QUADRO 4

Ligações “Backward and forward” e economias de aglomeração para cada uma das indústrias transformadoras, por região, de 1986 a 1994

Região	Anos	MT	MI	PQ	EE	ET	AL	TE	PA	PD
Norte	1986	3,27	3,34	3,30	3,45	3,30	3,51	1,25	3,29	3,34
	1987	3,46	3,54	3,49	3,67	3,49	3,72	1,16	3,48	3,55
	1988	3,29	3,36	3,31	3,46	3,32	3,55	1,23	3,31	3,37
	1989	3,38	3,46	3,40	3,55	3,41	3,64	1,26	3,40	3,46
	1990	3,25	3,36	3,28	3,57	3,27	3,42	1,08	3,27	3,32
	1991	3,28	3,40	3,30	3,66	3,31	3,45	1,04	3,31	3,36
	1992	3,25	3,37	3,27	3,61	3,27	3,42	1,13	3,28	3,31
	1993	3,31	3,44	3,33	3,64	3,33	3,48	1,22	3,33	3,36
	1994	3,38	3,52	3,40	3,71	3,41	3,56	1,25	3,41	3,43
Centro	1986	0,96	0,84	0,97	1,00	0,95	0,92	1,49	0,97	0,93
	1987	1,06	0,94	1,07	1,09	1,05	1,04	1,54	1,06	1,03
	1988	1,04	0,92	1,05	1,07	1,03	1,00	1,62	1,04	1,00
	1989	0,91	0,80	0,92	0,92	0,90	0,87	1,56	0,91	0,88
	1990	0,97	0,79	0,98	0,95	0,96	0,96	1,73	0,98	0,94
	1991	0,98	0,79	0,99	0,92	0,97	0,96	1,81	0,98	0,95
	1992	1,04	0,83	1,05	0,96	1,03	1,02	1,95	1,04	1,01
	1993	1,05	0,79	1,06	0,99	1,04	1,02	2,04	1,05	1,02
	1994	1,07	0,82	1,08	1,00	1,06	1,04	2,12	1,07	1,05
Lisboa e Vale do Tejo	1986	0,32	0,31	0,30	0,25	0,30	0,26	0,90	0,31	0,32
	1987	0,34	0,33	0,32	0,27	0,32	0,27	0,96	0,33	0,34
	1988	0,33	0,32	0,30	0,27	0,31	0,26	0,92	0,32	0,33
	1989	0,30	0,29	0,28	0,25	0,29	0,23	0,88	0,29	0,30
	1990	0,38	0,37	0,36	0,29	0,37	0,32	1,00	0,37	0,38
	1991	0,39	0,37	0,36	0,28	0,38	0,33	0,98	0,37	0,38
	1992	0,35	0,34	0,33	0,27	0,35	0,30	0,85	0,34	0,35
	1993	0,34	0,32	0,31	0,26	0,32	0,29	0,82	0,32	0,34
	1994	0,31	0,29	0,29	0,24	0,30	0,26	0,78	0,29	0,31
Alentejo	1986	0,37	0,29	0,37	0,38	0,38	0,17	1,13	0,38	0,39
	1987	0,39	0,31	0,39	0,39	0,39	0,17	1,15	0,39	0,40
	1988	0,28	0,24	0,28	0,28	0,29	0,11	0,84	0,28	0,30
	1989	0,27	0,21	0,27	0,27	0,27	0,13	0,83	0,27	0,27
	1990	0,21	0,17	0,20	0,19	0,21	0,16	0,56	0,21	0,22
	1991	0,22	0,19	0,22	0,19	0,23	0,17	0,61	0,23	0,23
	1992	0,27	0,22	0,27	0,21	0,27	0,22	0,73	0,28	0,28
	1993	0,23	0,21	0,23	0,20	0,24	0,16	0,64	0,24	0,24
	1994	0,20	0,18	0,20	0,19	0,21	0,14	0,56	0,21	0,22
Algarve	1986	0,13	0,12	0,13	0,14	0,13	0,03	0,41	0,13	0,13
	1987	0,11	0,10	0,11	0,11	0,11	0,04	0,34	0,11	0,10
	1988	0,13	0,11	0,13	0,14	0,13	0,04	0,40	0,13	0,12
	1989	0,08	0,06	0,08	0,08	0,08	0,03	0,25	0,08	0,08
	1990	0,12	0,10	0,12	0,12	0,12	0,05	0,34	0,12	0,11
	1991	0,11	0,10	0,11	0,10	0,11	0,04	0,30	0,11	0,11
	1992	0,13	0,11	0,13	0,13	0,13	0,05	0,35	0,13	0,13
	1993	0,11	0,09	0,11	0,11	0,11	0,04	0,30	0,11	0,11
	1994	0,12	0,10	0,12	0,12	0,12	0,05	0,34	0,12	0,12

Nota: MT, MI, PQ, EE, ET, AL, TE, PA e PD, representam, respectivamente, as indústrias transformadoras dos metais, dos produtos minerais, dos produtos químicos, dos equipamentos e bens eléctricos, dos equipamentos de transporte, dos produtos alimentares, dos têxteis, do papel e dos produtos diversos.

QUADRO 5

Densidade industrial de cada uma das indústrias transformadoras, por região, de 1986 a 1994

Região	Anos	MT	MI	PQ	EE	ET	AL	TE	PA	PD
Norte	1986	3,27	3,34	3,30	3,45	3,30	3,51	1,25	3,29	3,34
	1987	3,46	3,54	3,49	3,67	3,49	3,72	1,16	3,48	3,55
	1988	3,29	3,36	3,31	3,46	3,32	3,55	1,23	3,31	3,37
	1989	3,38	3,46	3,40	3,55	3,41	3,64	1,26	3,40	3,46
	1990	3,25	3,36	3,28	3,57	3,27	3,42	1,08	3,27	3,32
	1991	3,28	3,40	3,30	3,66	3,31	3,45	1,04	3,31	3,36
	1992	3,25	3,37	3,27	3,61	3,27	3,42	1,13	3,28	3,31
	1993	3,31	3,44	3,33	3,64	3,33	3,48	1,22	3,33	3,36
	1994	3,38	3,52	3,40	3,71	3,41	3,56	1,25	3,41	3,43
Centro	1986	0,96	0,84	0,97	1,00	0,95	0,92	1,49	0,97	0,93
	1987	1,06	0,94	1,07	1,09	1,05	1,04	1,54	1,06	1,03
	1988	1,04	0,92	1,05	1,07	1,03	1,00	1,62	1,04	1,00
	1989	0,91	0,80	0,92	0,92	0,90	0,87	1,56	0,91	0,88
	1990	0,97	0,79	0,98	0,95	0,96	0,96	1,73	0,98	0,94
	1991	0,98	0,79	0,99	0,92	0,97	0,96	1,81	0,98	0,95
	1992	1,04	0,83	1,05	0,96	1,03	1,02	1,95	1,04	1,01
	1993	1,05	0,79	1,06	0,99	1,04	1,02	2,04	1,05	1,02
	1994	1,07	0,82	1,08	1,00	1,06	1,04	2,12	1,07	1,05
Lisboa e Vale do Tejo	1986	0,32	0,31	0,30	0,25	0,30	0,26	0,90	0,31	0,32
	1987	0,34	0,33	0,32	0,27	0,32	0,27	0,96	0,33	0,34
	1988	0,33	0,32	0,30	0,27	0,31	0,26	0,92	0,32	0,33
	1989	0,30	0,29	0,28	0,25	0,29	0,23	0,88	0,29	0,30
	1990	0,38	0,37	0,36	0,29	0,37	0,32	1,00	0,37	0,38
	1991	0,39	0,37	0,36	0,28	0,38	0,33	0,98	0,37	0,38
	1992	0,35	0,34	0,33	0,27	0,35	0,30	0,85	0,34	0,35
	1993	0,34	0,32	0,31	0,26	0,32	0,29	0,82	0,32	0,34
	1994	0,31	0,29	0,29	0,24	0,30	0,26	0,78	0,29	0,31
Alentejo	1986	0,37	0,29	0,37	0,38	0,38	0,17	1,13	0,38	0,39
	1987	0,39	0,31	0,39	0,39	0,39	0,17	1,15	0,39	0,40
	1988	0,28	0,24	0,28	0,28	0,29	0,11	0,84	0,28	0,30
	1989	0,27	0,21	0,27	0,27	0,27	0,13	0,83	0,27	0,27
	1990	0,21	0,17	0,20	0,19	0,21	0,16	0,56	0,21	0,22
	1991	0,22	0,19	0,22	0,19	0,23	0,17	0,61	0,23	0,23
	1992	0,27	0,22	0,27	0,21	0,27	0,22	0,73	0,28	0,28
	1993	0,23	0,21	0,23	0,20	0,24	0,16	0,64	0,24	0,24
	1994	0,20	0,18	0,20	0,19	0,21	0,14	0,56	0,21	0,22
Algarve	1986	0,13	0,12	0,13	0,14	0,13	0,03	0,41	0,13	0,13
	1987	0,11	0,10	0,11	0,11	0,11	0,04	0,34	0,11	0,10
	1988	0,13	0,11	0,13	0,14	0,13	0,04	0,40	0,13	0,12
	1989	0,08	0,06	0,08	0,08	0,08	0,03	0,25	0,08	0,08
	1990	0,12	0,10	0,12	0,12	0,12	0,05	0,34	0,12	0,11
	1991	0,11	0,10	0,11	0,10	0,11	0,04	0,30	0,11	0,11
	1992	0,13	0,11	0,13	0,13	0,13	0,05	0,35	0,13	0,13
	1993	0,11	0,09	0,11	0,11	0,11	0,04	0,30	0,11	0,11
	1994	0,12	0,10	0,12	0,12	0,12	0,05	0,34	0,12	0,12

Nota: MT, MI, PQ, EE, ET, AL, TE, PA e PD, representam, respectivamente, as indústrias transformadoras dos metais, dos produtos minerais, dos produtos químicos, dos equipamentos e bens eléctricos, dos equipamentos de transporte, dos produtos alimentares, dos têxteis, do papel e dos produtos diversos.



A REGIÃO NORTE DE PORTUGAL E A PREFERÊNCIA DA PROCURA TURÍSTICA: LITORAL VERSUS INTERIOR

Paula Fernandes - Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança - E-mail: pof@ipb.pt

Ana Monte - Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança - E-mail: apmonte@ipb.pt

José Castro - Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Mirandela - E-mail: castrogeo@ipb.pt

RESUMO:

Este artigo procura analisar a evolução da preferência da procura turística nas diferentes sub-regiões que integram a Região Norte de Portugal. Para este efeito calculou-se o Índice de Preferência comparando o destino do Litoral face ao Interior, no período de 1997 a 2001 e tendo como enquadramento teórico a Teoria do Sentimento do Investidor.

Desta análise concluiu-se que, o Índice de Preferência indicia que os turistas preferem o destino turístico Litoral ao Interior, no período considerado. Quando se procedeu ao cálculo do Índice de Preferência tendo em conta a nacionalidade dos turistas, verificou-se que tanto os estrangeiros como os nacionais têm revelado uma progressiva preferência pelo Interior em detrimento do Litoral, indiciando que o Interior tem vindo a exercer uma crescente atracção sobre os mesmos, pelo que o Litoral poderá estar a perder competitividade face ao Interior.

Palavras-chave: Turismo, Dormidas, Hóspedes, Destinos Turísticos, Índice de Preferência e Teoria do Sentimento do Investidor.

ABSTRACT:

This article aims to analyse the evolution of preferences regarding tourism demand in the various sub regions that make up the Northern Region of Portugal. To achieve this, the Preferential Index has been calculated using the Investor Sentiment Theory as a theoretical framework. This analysis has done through a comparison of Coastal and Inland destinations, during the period of 1997 to 2001.

The conclusion reached after this analysis is that the Preferential Index enables us to state that tourists prefer Coastal to Inland destinations for this period. Nevertheless after calculating the Preferential Index bearing in mind the tourists' nationality, there has been a progressive preference of both national and foreign tourists towards Inland destinations in detriment of Coastal areas. In other words, it is possible to assume that competitiveness of Coastal regions is diminishing in relation to the Inland.

Keywords: Tourism, Nights Spent, Guest, Tourism Destinations, Preferential Index and Investor Sentiment Theory.

1. INTRODUÇÃO

Portugal desde sempre foi promovido, em termos turísticos, como um país de sol, mar e de praias de areia fina que existem em abundância no país. Todo o desenvolvimento do turismo concentrou-se, principalmente, na exploração destes atractivos, em detrimento do turismo do interior e dos valores turísticos em que estas regiões são ricas: termalismo, cultura, gastronomia, paisagens, entre outros. No entanto, nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma gradual mudança nas atitudes e comportamentos dos turistas¹ (essencialmente nacionais), que associada a um maior investimento promocional de outros destinos turísticos vem conduzindo a uma maior procura desses destinos.

Tendo em consideração estes factos, procurou-se com este trabalho analisar em que medida um determinado destino turístico é mais preferido relativamente aos restantes e de que modo estes se comportam perante a evolução da procura turística na Região Norte de Portugal. Para tal, utilizou-se como medida de avaliação da procura turística o Índice de Preferência calculado com base nas variáveis Dormidas² e Hóspedes³, segundo o tipo de nacionalidade e por NUT III⁴, para o período de 1997-2001. Este índice teve como filosofia de cálculo a Teoria do Sentimento do Investidor formulada por De Long, Shleifer, Summers e Waldmann, em 1990. Saliente-se que as conclusões, que serão apresentadas ao longo do trabalho, apenas são indicativas da tendência que se tem vindo a assistir nos últimos anos, atendendo ao período em análise.

Relativamente à organização do estudo, começa-se por apresentar de uma forma sucinta a distribuição espacial do Turismo na Região Norte de Portugal, por NUT III; de seguida desenvolve-se o quadro conceptual do método de cálculo do Índice de Preferência utilizado na aplicação empírica e resultados desta. Por último, apresenta-se uma síntese das principais conclusões deste estudo.

2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO TURISMO NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL POR NUT III

A análise da evolução da procura turística nos diferentes destinos turísticos que integram o Norte de Portugal, neste estudo designados por NUT III, revela alguns resultados interessantes que devem ser destacados. Convém salientar, desde já, que as sub-regiões que compõem a NUT III são: Alto Trás-os-Montes (ATM); Ave; Cávado; Douro; Entre Douro e Vouga (EDV); Grande Porto (GP); Minho Lima (ML) e Tâmega (ver Fig. A.1, em Anexo).

Para uma melhor percepção da distribuição espacial do turismo nas sub-regiões já referidas, deve ter-se em consideração que estas oferecem uma gama de diversificação e diferenciação das atracções turísticas. Por outro lado, a procura exige que a região mantenha a sua identidade e características próprias. Neste contexto, o estudo vai recair na análise da evolução das dormidas, hóspedes e quotas de mercado.

¹ Dado que toda a análise vai ter como base de cálculo as Dormidas e Hóspedes, optou-se por adoptar a palavra Turista uma vez que se entende que é todo o visitante temporário que permanece pelo menos uma noite num alojamento colectivo ou particular, no local visitado (Montejano, 1991; Cunha, 1997 e 2001; Viegas, 1997 e OMT, 1998).

² Entende-se por Dormidas a permanência num estabelecimento que fornece alojamento, considerada em relação a cada indivíduo, e por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte (INE, 1998).

³ Indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência tantas vezes quantos períodos que nele permanecer (novas inscrições) (INE, 1998).

⁴ Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, nível III.

QUADRO 1

Número de Dormidas e de Hóspedes segundo o Tipo de Nacionalidade, por NUT III

	2001		2000		1999		1998		1997	
	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes
R. NORTE	3 046 000	1 663 640	3 012 673	1 673 367	2 994 353	1 674 471	2 922 069	1 612 086	2 658 937	1 456 891
Estrangeiros	1 197 071	561 747	1 148 038	546 157	1 126 058	549 376	1 157 401	568 680	1 032 425	515 695
Nacionais	1 848 929	1 101 893	1 864 635	1 127 210	1 868 295	1 125 095	1 764 668	1 043 406	1 626 512	941 196
ML	219 642	124 921	227 020	128 349	244 696	144 784	241 285	139 767	272 185	139 451
Estrangeiros	63 547	31 674	65 553	32 709	67 503	36 479	64 738	34 827	79 743	37 614
Nacionais	156 095	93 247	161 467	95 640	177 193	108 305	176 547	104 940	192 442	101 837
CAVADO	396 865	217 109	400 717	214 194	421 208	214 671	357 097	173 512	338 380	163 205
Estrangeiros	149 687	68 070	138 741	64 588	148 607	66 556	144 445	57 207	131 595	53 770
Nacionais	247 178	149 039	261 976	149 606	272 601	148 115	212 652	116 305	206 785	109 435
AVE	198 154	104 184	213 025	104 980	209 623	116 168	216 176	121 059	158 431	82 811
Estrangeiros	77 694	35 443	75 858	34 095	68 448	33 753	76 353	39 805	62 978	32 110
Nacionais	120 460	68 741	137 167	70 885	141 175	82 415	139 823	81 254	95 453	50 701
GP	1 600 279	825 224	1 544 526	807 274	1 559 870	833 641	1 619 610	857 846	1 415 698	761 006
Estrangeiros	777 347	357 587	748 664	348 268	737 897	353 295	780 041	383 441	676 465	344 318
Nacionais	822 932	467 637	795 862	459 006	821 973	480 346	839 569	474 405	739 233	416 688
TAMEGA	75 487	45 473	79 082	48 740	71 401	46 627	71 633	43 625	73 957	43 894
Estrangeiros	17 653	8 711	17 291	8 814	19 058	9 811	20 608	9 853	21 129	10 703
Nacionais	57 834	36 762	61 791	39 926	52 343	36 816	51 025	33 772	52 828	33 191
EDV	78 152	49 699	77 630	49 155	73 934	46 762	70 442	43 299	66 973	39 297
Estrangeiros	26 546	11 569	25 131	10 615	22 765	10 483	24 945	11 050	23 740	10 731
Nacionais	51 606	38 130	52 499	38 540	51 169	36 279	45 497	32 249	43 233	28 566
DOURO	233 464	145 402	221 757	151 005	176 386	125 188	144 523	102 888	137 354	94 038
Estrangeiros	52 903	28 103	46 467	26 372	30 794	19 215	23 598	15 473	18 235	12 266
Nacionais	180 561	117 299	175 290	124 633	145 592	105 973	120 925	87 415	119 119	81 772
ATM	243 957	151 628	248 916	169 670	237 235	146 630	201 303	130 090	195 959	133 189
Estrangeiros	31 694	20 590	30 333	20 696	30 986	19 784	22 673	17 024	18 540	14 183
Nacionais	212 263	131 038	218 583	148 974	206 249	126 846	178 630	113 066	177 419	119 006

Fonte: Elaboração Própria baseada nos dados do INE.

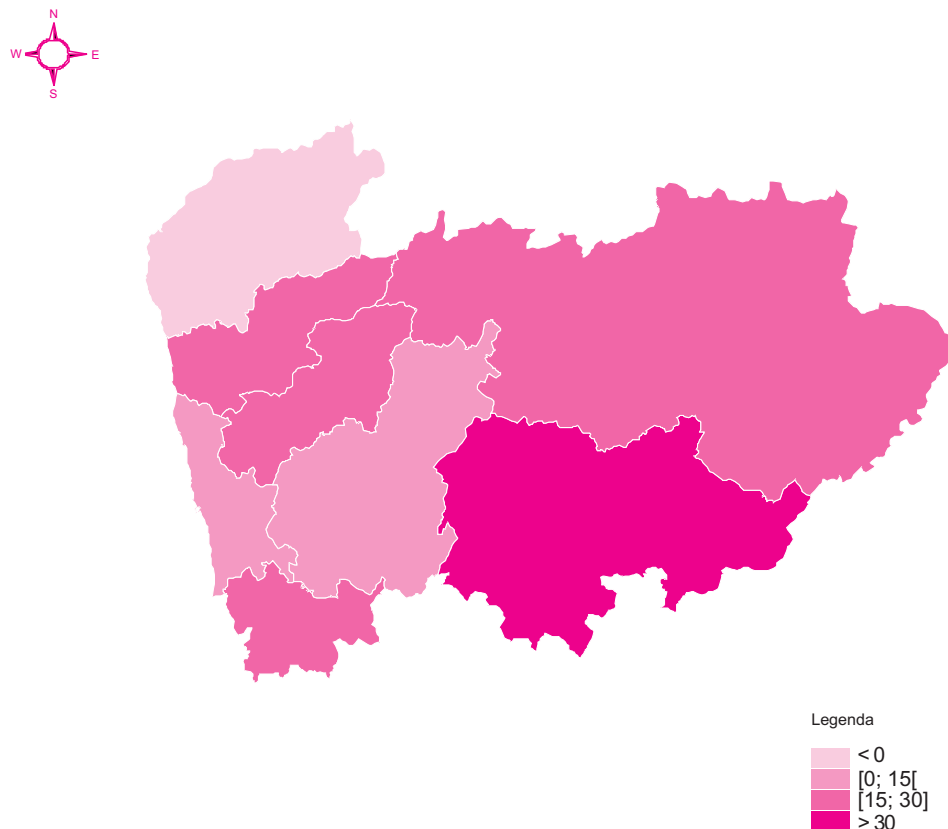
Tendo por referência o Quadro 1, Figuras 1 e 2 e Quadro A.1 em anexo, observa-se que, de 1997 para 2001, o destino Minho Lima foi o que registou maior variação negativa quer em termos de dormidas quer de hóspedes. Os resultados evidenciam ainda que, em termos de dormidas, os destinos Alto Trás-os-Montes, Ave e Douro apresentaram a maior variação positiva, salientando-se este último com uma variação

de 70%. Em relação aos hóspedes, os destinos que tiveram maior variação positiva foram Entre Douro e Vouga, Ave, Cávado e Douro. Mais uma vez este com a taxa de variação mais elevada (55%).



FIGURA 1

Taxa de Variação das Dormidas, em %, 1997-2001

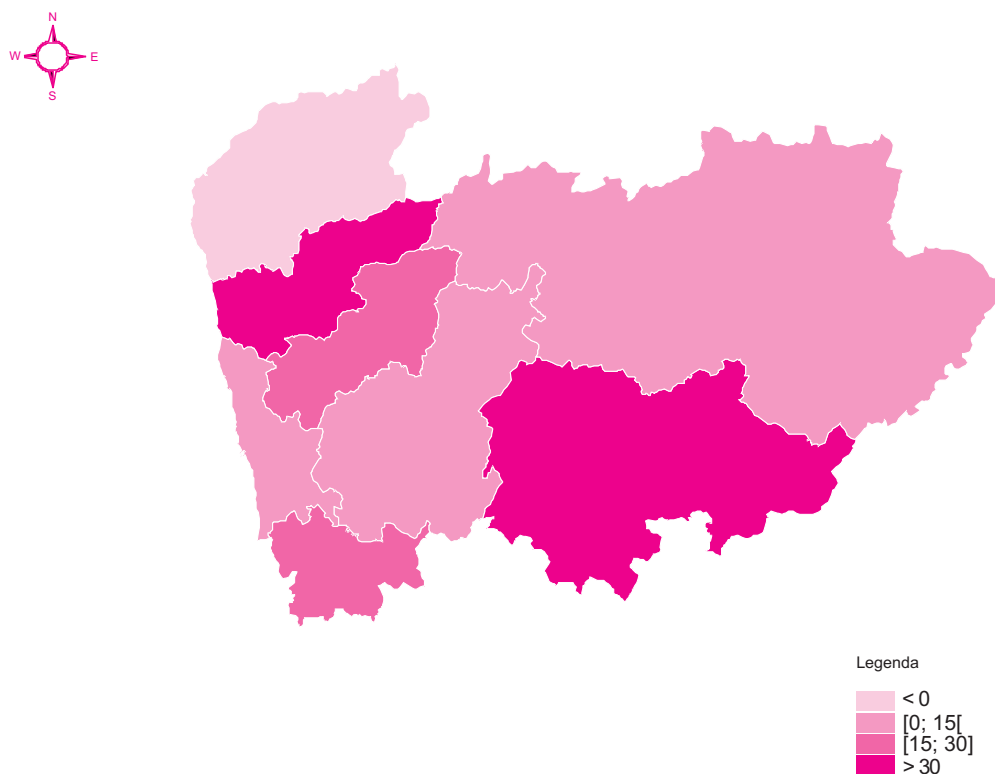


Constata-se também, fazendo uma análise por mercados interno/externo (Nacionais versus Estrangeiros), uma maior dependência em qualquer um dos destinos turísticos relativamente ao mercado interno. No entanto, principalmente de 2000 para 2001, os aumentos mais expressivos registaram-se nas entradas de estrangeiros com exceção do destino Minho Lima que apresentou uma quebra. Atendendo ao horizonte temporal em análise, 1997-2001, são os destinos Minho Lima e Tâmega que

assinalaram uma diminuição, no que diz respeito às dormidas de estrangeiros. Os destinos Douro, Ave, Alto Trás-os-Montes e Cávado registaram um aumento bastante significativo quer ao nível do número de dormidas de estrangeiros quer ao nível do número de dormidas dos nacionais. (Ver Quadro 1). A repartição da Quota de Mercado entre os destinos da Região Norte (Quadro 2) evidencia um peso

FIGURA 2

Taxa de Variação dos Hóspedes, em %, 1997-2001



determinante do destino Grande Porto, por si só responsável por mais de metade das dormidas registadas, seguindo-se os destinos Cávado, Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho Lima. De 2000 para 2001, os destinos que tiveram um aumento da quota de mercado foram Douro e Grande Porto. Observando a evolução das quotas de mercado dos destinos turísticos, verificou-se que as mesmas se mantiveram relativamente estáveis ao longo dos

anos em análise. Cabe ainda referir que, entre 1997 e 2001, os destinos em que a taxa de variação foi positiva e significativa face aos restantes foram Douro, Alto Trás-os-Montes e Ave, como se pode observar na Figura 3 e Quadro A.1 em Anexo.

Desta análise, poder-se-á concluir que o factor que melhor caracteriza o turismo é a sua faculdade de permitir a satisfação das necessidades de

QUADRO 2

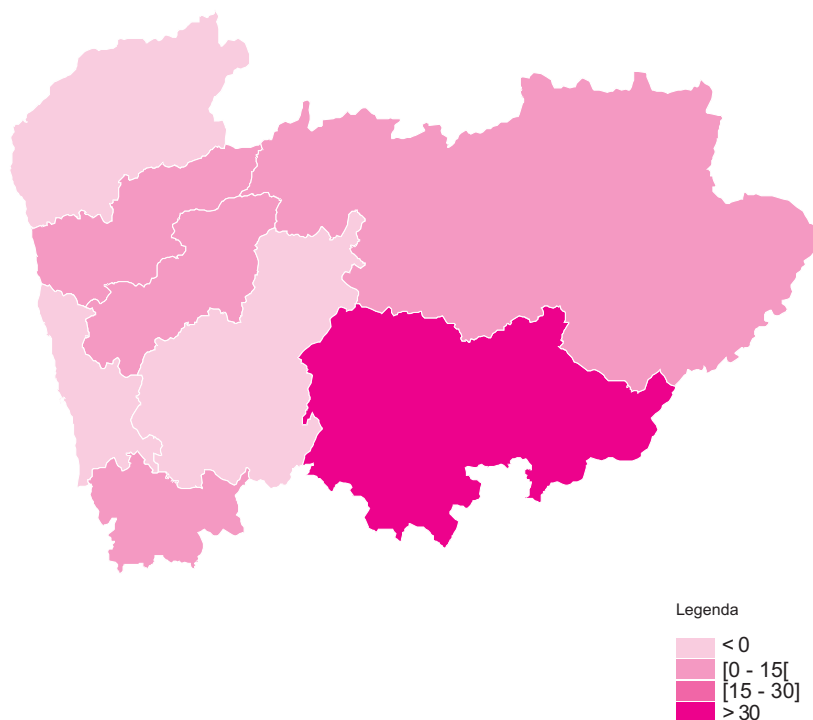
Evolução das Quotas de Mercado por NUT III, em %

NUT III	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Minho-Lima	10,2%	8,3%	8,2%	7,5%	7,2%
Cávado	12,7%	12,2%	14,1%	13,3%	13,0%
Ave	6,0%	7,4%	7,0%	7,1%	6,5%
Grande Porto	53,2%	55,4%	52,1%	51,3%	52,5%
Tâmega	2,8%	2,5%	2,4%	2,6%	2,5%
Entre Douro e Vouga	2,5%	2,4%	2,5%	2,6%	2,6%
Douro	5,2%	4,9%	5,9%	7,4%	7,7%
Alto Trás-os-Montes	7,4%	6,9%	7,9%	8,3%	8,0%

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

FIGURA 3

Taxa de Variação das Quotas de Mercado, em %, 1997-2001



diversidade e de diferenciação, dado que a procura destas sempre foi uma das características do comportamento humano, pois desde sempre o Homem procurou descobrir novos locais, novas paisagens, novas culturas, etc. No presente estudo, embora se verifique uma concentração regional significativa também se tem vindo a assistir a uma

alteração das atitudes e comportamentos dos turistas. Muitas vezes, essas alterações leva a que os turistas se desloquem por motivos diversos e, conseqüentemente, procurem locais atractivos e diferenciados oferecidos pelos diferentes destinos turísticos da Região Norte de Portugal.

3. A EVOLUÇÃO DA PREFERÊNCIA DA PROCURA TURÍSTICA NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

Depois de se ter efectuado uma breve análise à distribuição espacial do Turismo na Região Norte de Portugal, por NUT III, seguidamente vai apresentar-se o método de cálculo do Índice de Preferência⁵, com vista a determinar a tendência ou preferência da procura turística para certos destinos da Região Norte de Portugal. Este método tem como enquadramento teórico a Teoria do Sentimento do Investidor, a qual tem tido desenvolvimentos científicos e aplicações práticas no contexto das finanças empresariais. Esta teoria pretende demonstrar como o sentimento do investidor (optimismo/pessimismo) afecta a procura de acções e o seu preço. Por analogia, no contexto turístico, o optimismo/pessimismo dos turistas traduzir-se-á na maior ou menor procura de um destino turístico levando assim a medir o grau de preferência por cada um.

3.1 APRESENTAÇÃO DO MÉTODO DE CÁLCULO

A Teoria do Sentimento do Investidor, formulada por De Long, Shleifer, Summers e Waldmann (1990), postula que os desfasamentos (desconto/prémio⁶) entre o preço de mercado e o valor patrimonial de um activo existem em resultado do risco adicional enfrentado pelos investidores devido à existência de *noise traders*⁷. Este grupo de investidores, que actuam de forma “quase” irracional, impõem um risco adicional de revenda nos activos que transaccionam

devido à incerteza quanto às suas opiniões que irão condicionar as estratégias e a rentabilidade esperada dos investidores racionais e, conseqüentemente, dificultar o ajustamento entre o preço de mercado e o valor patrimonial. Este risco, também conhecido por “*noise traders risk*”, é uma função do optimismo/pessimismo destes investidores face à evolução do mercado e em particular do activo que estão a transaccionar, sobreavaliando-o ou subavaliando-o.

Este modelo foi testado nos Fundos de Investimento Fechados, por vários autores⁸. Segundo esta teoria, se os *noise traders* estão optimistas procurarão mais acções dos fundos de investimento fechados do que em média, elevando o preço das suas acções e conseqüentemente o desconto⁹ diminuirá; quando estão mais pessimistas, a procura das acções diminuirá, pelo que a pressão sob o preço de mercado será menor, logo o desconto aumenta.

Assim, por analogia, aplicando estes conceitos ao Turismo, poder-se-á dizer que a procura de um determinado destino turístico está relacionada com a promoção que esse mesmo destino tem junto do seu público alvo, não só com o desenvolvimento de infraestruturas turísticas que o suportem mas também com a aptência dos turistas por esse destino. Esta aptência, será semelhante ao dos *noise traders risk* na medida em que o seu optimismo/pessimismo depende da interpretação “errónea” ou não das informações enviadas pelo mercado.

⁵ Este Índice foi desenvolvido por Cepeda, Fernandes e Monte (2001), apresentado pela primeira vez, no XI Encuentro Cuba - México de Estadística inserido na Conferência Internacional CIMAF'2001, ocorrida em La Habana - Cuba.

⁶ Entende-se por desconto a diferença algébrica negativa entre o preço de mercado e o valor patrimonial. Por prémio, a diferença algébrica positiva entre o preço de mercado e o valor patrimonial.

⁷ Os *noise traders* são investidores que introduzem “confusão” no mercado, distorcendo o valor de mercado dos activos, baseando-se em sentimentos irracionais (por exemplo por palpites, percepções distorcidas da situação de mercado,...).

⁸ Para uma revisão bibliográfica sobre esta Teoria e a sua aplicabilidade nos Fundos de Investimento Fechados consultar Lee, Shleifer e Thaler (1991); Brauer (1993); Cheung, Kwan e Lee (1997); Elton, Gruber e Busse (1998) e Monte (2000).

⁹ Verificando-se o inverso caso estejamos em presença de prémio. Ou seja, se os *noise traders* estão optimistas, haverá maior procura das acções desse activo pressionando em alta o seu preço de mercado, fazendo com que o prémio aumente.

A medição do optimismo/pessimismo do turista face a determinado destino, isto é, o Índice de Preferência poderá ser induzido pela relação entre a Permanência Média desse destino face a outros. Esta indica quantos dias permanece, em média, cada turista (nacional/estrangeiro) num destino turístico. De acordo com Cunha (2001:84), esta medida representa a *“evolução do número de dias que os turistas permanecem, em média, num país ou numa região é um importante elemento de análise do comportamento da procura na medida que nos fornece indicações, não só sobre a capacidade de retenção dessa região ou país, mas também sobre as preferências dos turistas”*. Por outro lado, ainda segundo o mesmo autor (2001:85), *“é um elemento a ter em conta na estratégia de marketing na medida em que é muito variável conforme a nacionalidade dos turistas, as suas profissões, idades, classes de rendimento e motivos da viagem”*. Pelo anteriormente referido, optou-se pela utilização da Permanência Média por se considerar ser a medida que melhor poderá avaliar cada destino em termos de grau de preferência face a outros e a sua evolução temporal.

Para o efeito, o Índice de Preferência vem dado por:

$$S = \frac{PM_i}{PM_j} \quad (1)$$

sendo i, j os destinos turísticos e $PM_{i,j}$ a permanência média no destino turístico (i, j), dada pela relação (Cunha; 1997:35 e 2001:87):

$$PM_{i,j} = \frac{N^\circ \text{ de Dormidas Totais}_{i,j}}{N^\circ \text{ de Hóspedes}_{i,j}} \quad (2)$$

Assim,

se $S = 1$, ambos os destinos têm igual preferência;
se $S > 1$, o destino i é preferido ao destino j , ou seja, os turistas estarão mais optimistas relativamente ao

destino i que o j (valorizam mais a região i);
se $S < 1$, o destino j é preferido ao destino i , ou seja, os turistas estarão mais pessimistas relativamente ao destino i que o j (valorizam mais a região j).

Através deste Índice poder-se-á avaliar em que medida um determinado destino turístico é preferido relativamente aos restantes e de que forma os mesmos se comportam perante a evolução do turismo em geral do país, zonas promocionais, regiões, etc.

3.2 REGIÃO NORTE DE PORTUGAL: LITORAL VERSUS INTERIOR

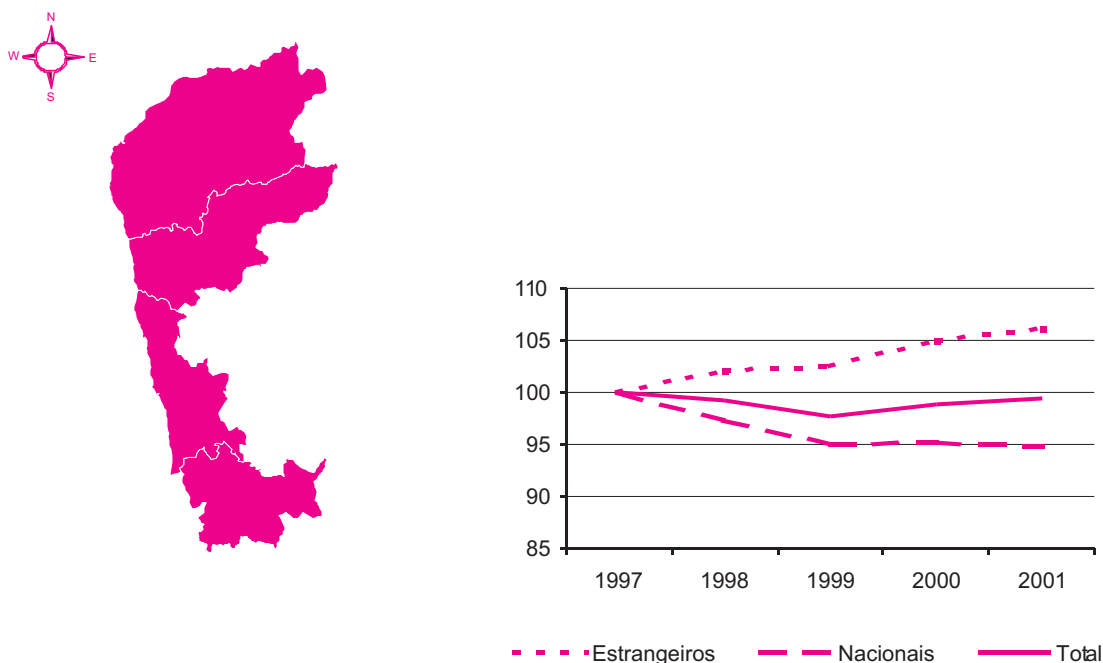
No ponto anterior foi apresentada a metodologia a aplicar para o cálculo do Índice de Preferência (S), e uma vez que o objectivo deste trabalho assenta em verificar qual é o destino turístico, Litoral ou Interior, que absorve mais turistas e determinar a sua evolução, houve a necessidade de dividir a Região Norte de Portugal em dois destinos turísticos. Esta divisão teve como suporte um outro estudo desenvolvido por Cepeda, Fernandes e Monte (2001) onde e uma vez que se tornou difícil obter dados estatísticos desagregados para determinados concelhos quer do Interior quer do Litoral optou-se por considerar as NUT III. Desta forma, considerou-se como Litoral as NUT III que fazem fronteira com a costa e as restantes NUT III como Interior. Seguindo esta linha de raciocínio o destino turístico Litoral engloba as NUT III: Minho Lima, Cávado, Grande Porto e Entre Douro e Vouga e o Interior as NUT III: Ave, Tâmega, Alto Trás-os-Montes e Douro.

Para se analisar qual o destino turístico preferido pelas correntes turísticas, para o período de análise, determinou-se a permanência média (Quadros A.2 e A.3, em Anexo) e a sua evolução (Quadro A.4, em Anexo), segundo o tipo de nacionalidade e para uma melhor percepção teve-se como suporte de cálculo o método dos números índices simples e como ano base 1997. Os resultados obtidos indiciam que a

permanência média dos turistas na Região Norte de Portugal tem-se mantido estável. Contudo e atendendo à comparação entre os turistas nacionais e estrangeiros para a Região Norte, constata-se que enquanto os primeiros têm vindo a permanecer menos tempo na região, já o mesmo não se verifica para os segundos, embora quer a diminuição quer o aumento não sejam muito significativos.

FIGURA 4

Evolução da Permanência Média no Destino Turístico Litoral, em %



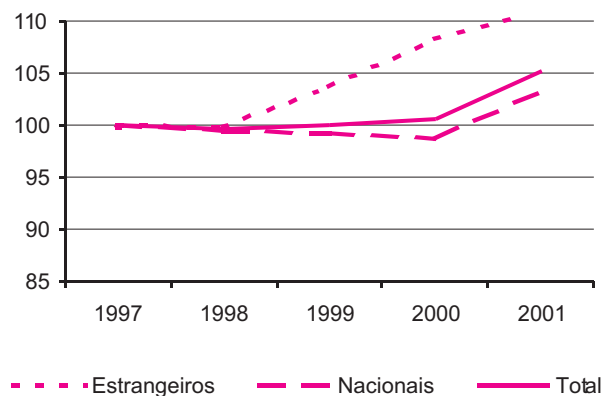
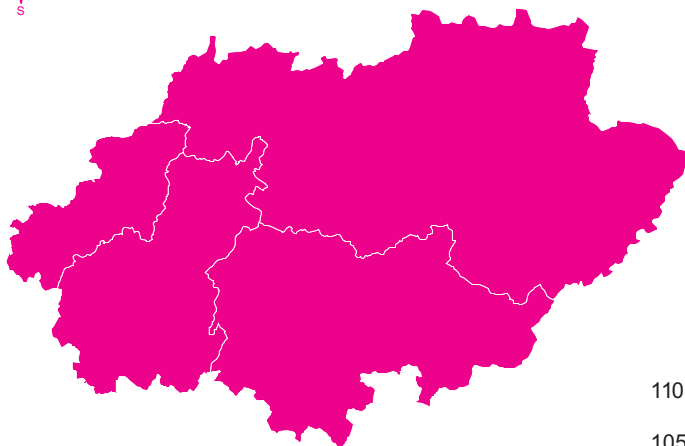
Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

Comparando o destino Litoral e o destino Interior, tendo por base de análise os Quadros referidos no parágrafo anterior e as Figuras 4 e 5, constata-se que os turistas estão tendencialmente a permanecer menos tempo no Litoral e mais no Interior. No que respeita à evolução da permanência média por destino turístico - Litoral/Interior - e por nacionalidade, verifica-se que, quer no Litoral quer no Interior, os turistas estrangeiros estão a aumentar a sua permanência média. Quanto aos nacionais, estes estão a diminuir ligeiramente no Litoral e a aumentar gradualmente no Interior.

Da análise da Figura 6 e Quadro A.5 (em Anexo) salienta-se, para os diferentes anos, a preferência dos turistas pelo Litoral, pois o indicador apresenta valores superiores à unidade, condição necessária para se afirmar que os turistas preferem o destino turístico $i = \text{Litoral}$ ao destino turístico $j = \text{Interior}$. Assim, na sequência do que se apresentou poder-se-á dizer que a distribuição espacial do turismo na Região Norte de Portugal, em termos de procura, revela nítidas assimetrias e desequilíbrios a que não é alheio o facto de o turismo se ter baseado, essencialmente, no aproveitamento dos factores naturais que respondem à procura do sol e mar.

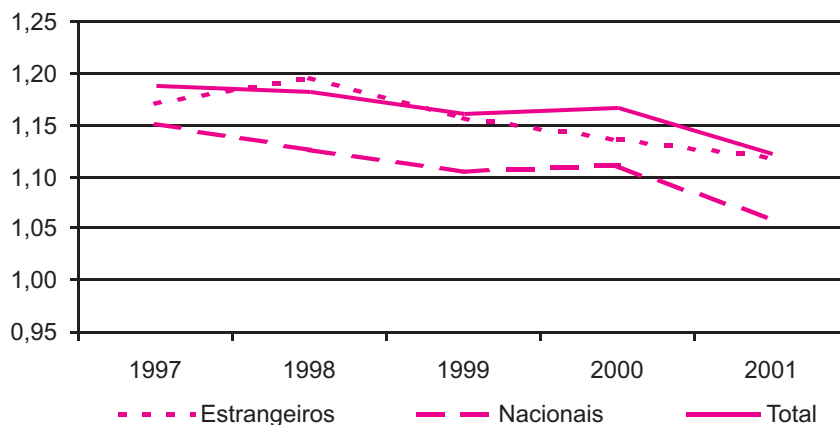
FIGURA 5

Evolução da Permanência Média no Destino Turístico Interior, em %



Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

FIGURA 6
Índice de Preferência: Litoral versus Interior



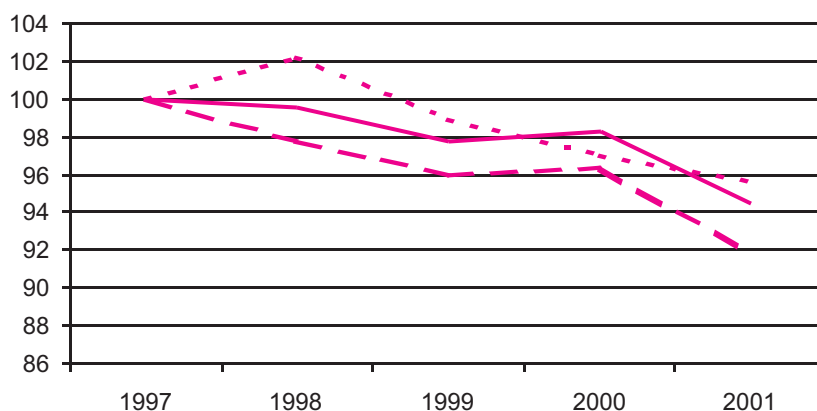
Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

A Figura 7 e Quadro A.6, em anexo, evidenciam que a evolução do Índice, para cada tipo de turista, tem vindo a diminuir levando a acreditar que o comportamento dos turistas, já observado no parágrafo anterior, tende a modificar-se. Por outro lado, as anteriores considerações poderão indicar que cada vez mais os turistas procuram a tranquilidade do campo, riquezas termais, a cultura, a redescoberta da natureza, entre outros factores, que são atractivos apregoados pelo destino Interior. Em consequência, poder-se-á dizer que o Interior tem vindo a exercer uma atracção

mais eficaz sobre os turistas enquanto que o Litoral poderá estar a perder capacidade de atracção sobre os mesmos.

A evolução do Índice de Preferência reflecte um aumento em 1998 para os turistas estrangeiros, o qual pode vir sustentado pelo facto de, nesse ano, Portugal ter sido palco da exposição mundial - EXPO'98 - o que poderá ter constituído um pólo adicional de atracção e promoção turística a nível nacional. As diferenças no comportamento dos

FIGURA 7
Evolução do Índice de Preferência, em %



Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

turistas nacionais, face à realidade portuguesa, poderão ser explicadas pelo facto da permanência média tender a diminuir, em resultado de cada vez mais o turista fragmentar os períodos de férias¹⁰. Esse comportamento poderá levá-lo a deslocar-se dentro do país, em reflexo também de uma maior promoção do turismo interno por parte das instituições competentes, nomeadamente a Direcção Geral do Turismo, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, entre outras, através de campanhas de *marketing* nos *mass-media* e Operadores Turísticos.

4. CONCLUSÕES

A distribuição espacial do turismo na Região Norte de Portugal, em termos de procura, espelha as disparidades entre o Litoral e o Interior, pelo facto do turismo se ter baseado, fundamentalmente, no aproveitamento exaustivo dos factores naturais que respondem à procura dos produtos turísticos: sol e mar. Deste modo, poder-se-á dizer que o desenvolvimento turístico, na região em análise, se acentuou no litoral em detrimento do interior criando dualidades nefastas que originaram assimetrias a nível económico e turístico, nestes destinos.

Embora correspondendo às motivações dominantes da procura, poder-se-á concluir que se marginalizou o aproveitamento de outros recursos, nomeadamente o termalismo ou a cultura. Actualmente, vem-se assistindo a um gradual aumento da preferência pelas regiões do interior que poderá ter o seu fundamento nos seguintes aspectos:

- numa maior promoção da região e da sua imagem como destino de qualidade, diferenciada e competitiva, face a outras regiões, assente na tradição, no artesanato, na cultura, história, gastronomia, ruralidade, etc.;
- na divulgação de alguns destinos turísticos de extrema importância para a região, como por exemplo o Parque Natural do Douro Internacional e o Douro Vinhateiro, este último recentemente classificado como Património Mundial, pela UNESCO;
- na existência de determinadas iniciativas culturais, recreativas e festas populares diversificadas, as quais podem ser um factor de acompanhamento do desenvolvimento turístico, com efeitos no aumento da atracção e da permanência no local;
- na promoção de feiras comerciais temáticas, tendo estas contribuído para a divulgação de alguns produtos regionais, sem e com denominação de origem, atraindo turistas de outras regiões.

Da aplicação do Índice de Preferência e de todo o estudo efectuado, observou-se que os turistas têm vindo a preferir o destino turístico Litoral ao Interior. Quando se efectuou a análise comparativa, atendendo ao tipo de turista, verificou-se que estes têm revelado um aumento progressivo da preferência pelo Interior em detrimento do Litoral, depreendendo-se que, mais recentemente, o Interior terá vindo a exercer uma crescente atracção sobre os turistas face ao Litoral.

Neste trabalho, porém, não se analisou o comportamento do Índice de Preferência inter-NUT III e segundo a nacionalidade, o que poderá constituir uma via de investigação futura. Outra linha de investigação, poderá assentar num estudo mais aprofundado das principais razões que levam os turistas a escolher um determinado destino turístico e em particular que justifiquem o comportamento evidenciado no presente trabalho.

¹⁰ Os turistas têm vindo a preferir fazer viagens mais vezes ao ano mas de menor duração.

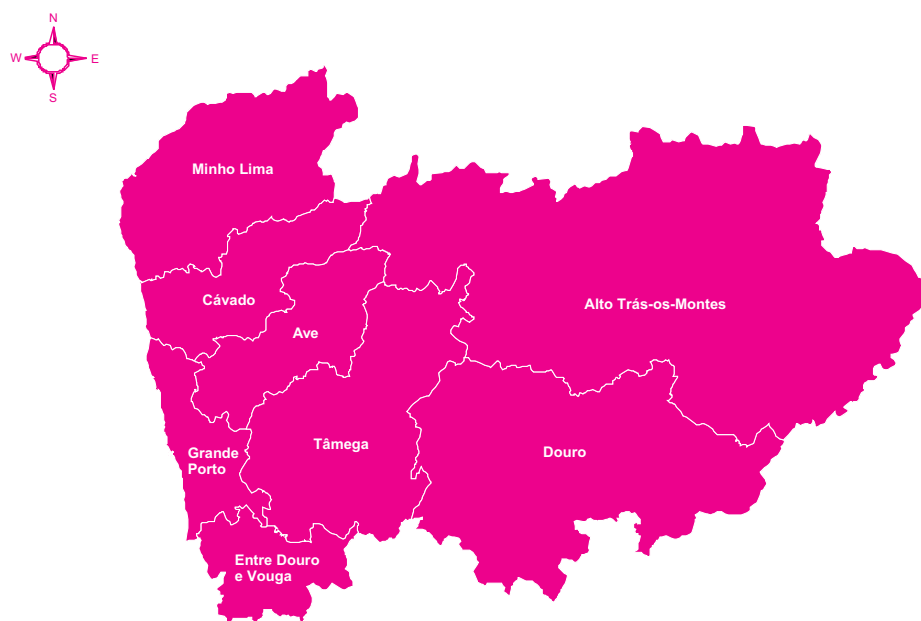
BIBLIOGRAFIA

- Brauer, Gregory A.; (1993); "Investor Sentiment and the Closed-end Fund Puzzle: a 7 Percent Solution"; *Journal of Financial Services Research*; 7(3); September; pp. 199/216..
- Cepeda, Francisco J.T.; Fernandes, Paula O. e Monte, Ana P.; (2001); "Índice de Preferência pelos Destinos Turísticos-Região Norte de Portugal"; *Conferência Internacional CIMAF'2001-XI Encuentro Cuba - México de Estadística*; La Habana, Cuba.
- Cheung, Sherman; Kwan, Clarence C.Y. and Lee, Jason; (1997); "The Noise Trader Hypothesis: The Case of Closed-end Country Funds"; *Research in Finance (Edited by Andrew H. Chen)*; Vol. 15; pp. 115/136.
- Cunha, Licínio; (1997); "*Economia e Política do Turismo*"; Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- Cunha, Licínio; (2001); "*Introdução ao Turismo*"; Editorial Verbo, Portugal.
- De Long, Bradford; Shleifer, Andrei; Summers, Lawrence and Waldmann, Robert; (1990); "Noise Trader Risk in Financial Markets"; *In Journal of Political Economy*; 98; August; pp. 703/738.
- Elton, Edwin J.; Gruber, Martin J. and Busse, Jeffrey A.; (1998); "Do Investors Care About Sentiment"; *The Journal of Business*; 71(4); October; pp. 447/500.
- INE; *Anuários Estatísticos da Região Norte de 1998 a 2002*; Lisboa
- Lee, Charles M.C.; Shleifer, Andrei and Thaler, Richard H.; (1991); "Investor Sentiment and the Closed-end Fund Puzzle"; *The Journal of Finance*; 46(1); March; pp. 75/109.
- Monte, Ana Paula C.; (2000); "*Sobre os Descontos/Prémios dos Fundos de Investimento Fechados no Contexto da Teoria do Sentimento do Investidor*"; Dissertação de Mestrado; Universidade do Minho.
- Montejano, Jordi M.; (1991); "*Estructura del Mercado Turístico*"; Editorial Sintesis, S.A.; Madrid.
- OMT; (1998); "*Introducción al Turismo*"; Organización Mundial del Turismo; Madrid; España.
- Viegas, M^a M. V. de Arrais; (1997); "As Estatísticas do Turismo e a Uniformização de Conceitos"; *INE*; Lisboa.



FIGURA A.1

Região Norte de Portugal - Divisão por NUT III



QUADRO A.1

Taxa de Variação para o período de 1997/2001

NUT III	Quota de Mercado	Dormidas	Hóspedes
Minho-Lima	-30%	-19%	-10%
Cávado	2%	17%	33%
Ave	9%	25%	26%
Grande Porto	-1%	13%	8%
Tâmega	-11%	2%	4%
Entre Douro e Vouga	2%	17%	26%
Douro	48%	70%	55%
Alto Trás-os-Montes	9%	24%	14%

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

QUADRO A.2

Número de Dormidas e de Hóspedes por Destino Turístico, Segundo o Tipo de Nacionalidade

	2001		2000		1999		1998		1997	
	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes
Litoral	2 294 938	1 216 953	2 249 893	1 198 972	2 299 708	1 239 858	2 288 434	1 214 424	2 093 236	1 102 959
Estrangeiros	1 017 127	468 900	978 089	456 180	976 772	466 813	1 014 169	486 525	911 543	446 433
Nacionais	1 277 811	748 053	1 271 804	742 792	1 322 936	773 045	1 274 265	727 899	1 181 693	656 526
Interior	751 062	446 687	762 780	474 395	694 645	434 613	633 635	397 662	565 701	353 932
Estrangeiros	179 944	92 847	169 949	89 977	149 286	82 563	143 232	82 155	120 882	69 262
Nacionais	571 118	353 840	592 831	384 418	545 359	352 050	490 403	315 507	444 819	284 670
Região Norte	3 046 000	1 663 640	3 012 673	1 673 367	2 994 353	1 674 471	2 922 069	1 612 086	2 658 937	1 456 891
Estrangeiros	1 197 071	561 747	1 148 038	546 157	1 126 058	549 376	1 157 401	568 680	1 032 425	515 695
Nacionais	1 848 929	1 101 893	1 864 635	1 127 210	1 868 295	1 125 095	1 764 668	1 043 406	1 626 512	941 196

Fonte: INE, Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

QUADRO A.3

Permanência Média Segundo o Tipo de Nacionalidade, em nº de dias

	2001	2000	1999	1998	1997
Litoral	1,89	1,88	1,85	1,88	1,90
Estrangeiros	2,17	2,14	2,09	2,08	2,04
Nacionais	1,71	1,71	1,71	1,75	1,80
Interior	1,68	1,61	1,60	1,59	1,60
Estrangeiros	1,94	1,89	1,81	1,74	1,75
Nacionais	1,61	1,54	1,55	1,55	1,56
Região Norte	1,83	1,80	1,79	1,81	1,83
Estrangeiros	2,13	2,10	2,05	2,04	2,00
Nacionais	1,68	1,65	1,66	1,69	1,73

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

QUADRO A.4

Evolução da Permanência Média por Regiões e Tipo de Nacionalidade, em %

	2001	2000	1999	1998	1997
Litoral	99,4	98,9	97,7	99,3	100
Estrangeiros	106,2	105,0	102,5	102,1	100
Nacionais	94,9	95,1	95,1	97,3	100
Interior	105,2	100,6	100,0	99,7	100
Estrangeiros	111,0	108,2	103,6	99,9	100
Nacionais	103,3	98,7	99,1	99,5	100
Região Norte	100,3	98,6	98,0	99,3	100
Estrangeiros	106,4	105,0	102,4	101,7	100
Nacionais	97,1	95,7	96,1	97,9	100

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

QUADRO A.5

Índice de Preferência: Litoral *versus* Interior

Anos	Turistas		
	Total Geral	Estrangeiros	Nacionais
1997	1,19	1,17	1,15
1998	1,18	1,20	1,13
1999	1,16	1,16	1,10
2000	1,17	1,14	1,11
2001	1,12	1,12	1,06

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

QUADRO A.6

Evolução do Índice de Preferência, em %

Anos	Turistas		
	Total Geral	Estrangeiros	Nacionais
1997	100,00	100,00	100,00
1998	99,60	102,20	97,80
1999	97,70	98,90	95,90
2000	98,30	97,00	96,40
2001	94,50	95,70	91,90

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.



AUTO-SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM LISBOA

Lucília Batalha Duarte Gaspar - INE/DRAGA - E-mail: lucilia.gaspar@cm-odivelas.pt

RESUMO:

A cidade é caracterizada por ser um espaço anisomórfico em termos quer dos grupos sociais quer da localização das actividades humanas. As constantes mudanças sociais e económicas ocorridas ao longo dos tempos e em especial na última década, levaram à reorganização do espaço interno das cidades, introduzindo novas formas de organização e incentivando à reflexão sobre a evolução das morfologias urbanas. Desta forma, este estudo pretende demonstrar a distribuição, na cidade de Lisboa, das novas formas de exclusão sócio-espacial; a auto-segregação, que surge em oposição à tradicional segregação imposta. Estas formas de ocupação e apropriação do espaço urbano, por parte das classes sócio-económicas mais abastadas traduz e influencia a reconfiguração, em curso, do espaço lisboeta.

Palavras-chave: Segregação voluntária, Auto-exclusão sócio-espacial, Espaços de elite.

ABSTRACT:

The city is characterized for being a heterogeneous space both in terms of social groups and in human activities. Constant social and economical changes, which occurred especially in the last decade, reorganized the cities internal space, introducing new forms of organization and urban morphology. This study demonstrates, for the city of Lisbon, new social and spatial exclusion forms and self-segregation, which comes in opposite to the traditional imposed segregation rules. This urban space occupation and appropriation, by the higher social classes, influences and reflects Lisbon's urban space remodeling.

Keywords: Volunteer segregation, self-exclusion social and spatial, elite space.

1. INTRODUÇÃO

A cidade como motor do crescimento económico, tem um papel cada vez mais importante no desenvolvimento das nações. A globalização veio reforçar este facto, uma vez que a prosperidade económica de cada país é medida pelo poder das suas redes metropolitanas. No entanto, a crescente complexidade e modernização económica das cidades é acompanhada de disfunções ao nível da organização sócio-espacial e da coesão social.

A nível europeu as cidades conhecem cada vez mais uma segregação dos extremos sociais, onde existe a dualidade entre áreas ocupadas pelas populações mais abastadas (auto-segregação) e áreas onde se concentram as populações com rendimentos mais baixos, que surgem frequentemente sob a forma de bairros de habitação social (segregação imposta)¹. Por outro lado, verifica-se a periferização da classe média com uma homogeneização dos seus bairros habitacionais.

Em Portugal, só nas últimas décadas, a auto-segregação tomou maior expressão nas novas formas de organização urbana.

Os regimes políticos e as estruturas sócio-económicas têm tido grande importância na organização interna da cidade, no entanto, em nenhum momento se verificou uma completa homogeneização social; muito pelo contrário, o tempo acentuou a segregação sócio-espacial e o zonamento interno. Se sempre existiram áreas de elite e áreas onde predominavam as classes mais baixas, eram estas que sofriam de exclusão, sendo marginalizadas social e espacialmente. Agora coexistem dois tipos de exclusão sócio-espacial; a *segregação imposta* às classes sociais mais baixas e

a auto-segregação, como opção, das classes sociais média/alta e alta. Estas novas formas estão a alterar o funcionamento das cidades modernas, levando à necessidade de repensar os modelos de estruturação do espaço urbano.

Este novo tipo de ocupação do espaço, que se manifesta, nomeadamente, através dos condomínios fechados, da gentrificação e dos *lofts*, altera significativamente a estrutura interna da cidade. Áreas degradadas, áreas recuperadas no centro histórico, novas áreas de expansão ou antigas áreas industriais ou de armazéns, com a implantação destas novas formas de habitação, lazer e ocupação, ficam revalorizadas, tornando-se, por isso, novamente atractivas, sendo este um dos aspectos positivos deste processo.

No entanto, a crescente segregação sócio-espacial traz graves problemas ao ordenamento do território urbano, podendo em última análise, fazer com que a cidade do futuro seja composta por um conjunto de espaços segregados. Em Portugal, não existe legislação específica para os condomínios fechados, que pelas suas singulares características, nomeadamente pela apropriação de espaços públicos e pelo elevado nível de isolamento, têm grandes impactos na organização da cidade e das comunidades urbanas.

2. METODOLOGIA

Procedeu-se à descrição e análise das diferentes formas de segregação sócio-espacial na cidade de Lisboa, que resultam dos diversos modos de ocupação e apropriação do espaço urbano, ilustradas com fotografias de forma a facilitar a visualização das diferentes tipologias construtivas.

¹ Mesmo que a segregação por parte das classes menos favorecidas seja aparentemente voluntária, ela só o é porque essas populações têm dificuldade em se integrar na restante comunidade, preferindo viver em zonas degradadas ou sem condições, mas onde têm uma identidade, quer seja cultural, social ou financeira, pelo que consideraremos "segregação imposta".

Para localizar as áreas de elite, utilizaram-se dois estudos existentes; um denominado Microzonas realizado pela Marktest e o outro designado por Tipologia Sócio-económica para a Área Metropolitana de Lisboa, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

As Microzonas inserem-se no âmbito dos estudos geodemográficos, que classificam edifícios, famílias e indivíduos, comércio, empresas e equipamentos pela sua localização a um nível de análise muito desagregado (conjunto de quarteirões). Este estudo teve como principal objectivo definir um zonamento para a cidade de Lisboa, de forma a criar um sistema de informação direccionado para o marketing. Como metodologia para a criação das Microzonas, a Marktest partiu do princípio de que o factor proximidade contribui para a semelhança no comportamento dos indivíduos; utilizou as variáveis base dos censos 91, com algumas actualizações; conjuntamente com os inquéritos realizados (sobretudo no que respeita a hábitos e estilos de vida), permitiu a elaboração de clusters, criando assim pequenas zonas (conjunto de subsecções² do INE) agrupadas pelas suas semelhanças. Por fim, o trabalho de campo validou os resultados.

A Tipologia Sócio-económica para a Área Metropolitana de Lisboa tem como principal objectivo a criação de um mosaico sócio-económico para as subsecções estatísticas da Área Metropolitana de Lisboa (e também do Porto) de forma a permitir compreender a distribuição dos diferentes padrões sócio-económicos existentes nestas áreas. Para a criação da tipologia, o INE utilizou os dados resultantes dos censos 91 (informação disponível não

publicada), que permitiram fazer uma caracterização quer do parque habitacional, quer da estrutura sócio-económica da população residente. A elaboração da tipologia passou por duas etapas diferenciadas. Numa primeira fase foi realizada uma análise factorial sobre um conjunto de variáveis base, com o objectivo de obter um número relativamente reduzido de factores (novas variáveis, que sistematizam a maior parte da informação inicial). Posteriormente, com base nestes factores procedeu-se a uma classificação das subsecções, com o objectivo de criar classes (*clusters*) homogéneas.

Estes estudos mostram o zonamento da cidade de Lisboa segundo a categoria sócio-económica da população, o que permite identificar a distribuição das diferentes classes sociais. A actualização da informação, baseada nos Censos 2001 foi feita ao nível da freguesia.

Para a localização dos condomínios fechados, dos alojamentos ocupados por gentrifiers e dos *lofts*, recorremos à pesquisa em bases de dados do mercado imobiliário; esta informação foi completada através da lista de condomínios fechados gentilmente cedida pelo Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, referente ao estudo sobre “condomínios habitacionais fechados e efeitos na organização do território”, coordenado pela Prof. Doutora Maria Júlia Ferreira. Para uma cobertura mais exhaustiva, procedeu-se ao contacto com as 53 Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, entidades que conhecem bem o terreno e, porque participaram recentemente na operação Censos 2001, dispõem de informação relativamente actualizada.

² Subsecção: pequena área homogénea de construção ou não, existente dentro da secção estatística; corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, e ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais.

3. FORMAS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NAS CIDADES

A diferenciação da cidade em classes sociais existe desde longa data; numa primeira fase (pré-industrial), apesar de existirem espaços de segregação dentro da cidade (mourarias, judiarias, bairros dos cristãos-novos, etc.), a maior parte da população residente, quer ricos quer pobres, coabitavam em lugares muito próximos, principalmente devido à fraca mobilidade existente. As diferenças verificadas entre as habitações dos mais abastados e dos mais pobres eram sobretudo o seu tamanho e o seu mobiliário interior.

Numa segunda fase (industrial e pós-industrial), o aparecimento de novas profissões e de novas classes sócio-económicas a elas associadas leva a que a diferenciação entre classes tome contornos até então desconhecidos. Esta situação começa a ter grande impacto a nível do território, uma vez que se dá a separação espacial entre classes.

Esta segregação sócio-espacial assume duas formas distintas: a imposta e a voluntária. As classes mais favorecidas tendem a afastar-se das áreas que começam a ficar congestionadas e degradadas em busca de zonas que lhes permitam uma melhor qualidade de vida. Este facto faz com que se agrupem segundo as semelhanças sócio-económicas, criando as designadas áreas de elite. Em oposição, a classe mais pobre tende a ocupar os espaços deixados pelas primeiras. As suas condições económicas não lhes permitem escolher locais com melhor qualidade pelo que se sujeitam a viver em condições de grande precaridade e mesmo insalubridade.

A industrialização levou ao aparecimento de inúmeras destas áreas onde as condições de vida do proletariado eram miseráveis. A ideia de que os homens podiam viver num mundo mais justo e em que todos tivessem acesso a condições dignas de existência, começava a ganhar consistência e, pela primeira vez, esta ideia passou do campo da filosofia e da religião para o campo da política. Assim, a questão social ligada ao Estado começou a passar pela erradicação da pobreza dos proletários e dos explorados.

Se é verdade que se deram importantes passos para que as situações de pobreza fossem resolvidas ou atenuadas, nomeadamente com o desenvolvimento do Estado Providência (na Europa), também é verdade que a pobreza sobreviveu até aos nossos dias.

Embora a exclusão social imposta seja um tema de bastante interesse e tenha grandes reflexos na estrutura interna das cidades, não será objecto de aprofundamento neste estudo, uma vez que o seu âmbito é direccionado para a auto-exclusão sócio-espacial como “nova” forma de organização interna da cidade.

Vamos fazer de seguida a caracterização das áreas tradicionais de elite e das formas de auto-exclusão mais recentes, como é o caso dos condomínios fechados, da gentrificação ou dos *lofts*.

4. SEGREGAÇÃO E ELITISMO NA CIDADE DE LISBOA

A organização da cidade de Lisboa é o espelho da evolução da sua estrutura urbana e reflecte os diferentes contextos sócio-económicos e as políticas urbanas desenvolvidas nas últimas décadas.

A maior ou menor concentração de classes sociais mais abastadas em determinados espaços da cidade tem reflexos na análise das condições sociais e habitacionais de determinadas freguesias, fazendo com que estas apresentem um carácter mais ou menos elitista.

Sendo nossa intenção caracterizar as freguesias de Lisboa com o objectivo de identificar as que demonstram maior apetência para o elitismo, escolhemos as variáveis estatísticas, de entre as disponíveis nos dados provisórios dos censos 2001, que melhor podem descrever esse fenómeno. Assim, em termos de edificado tivemos em conta:

- *Densidade dos edifícios e de alojamentos.*
- *Idade dos edifícios: 1981-1991 e 1991-2001.*
- *Alojamentos de residência habitual.*
- *Alojamentos clássicos.*
- *Alojamentos ocupados pelo proprietário.*

Em termos populacionais foi escolhida a seguinte informação:

- *Densidade de famílias e indivíduos.*
- *População residente com habilitações ao nível do ensino superior.*
- *População residente com mais de 65 anos.*
- *População residente com idades entre os 0–14 anos.*

À excepção das densidades, que foram calculadas relativizando os valores com a área de cada freguesia, todos os dados foram convertidos para percentagens de forma a reduzir a tendência natural de associação entre os valores mais elevados e as maiores áreas. Como resultado obtivemos a cartografia que nos permite especular acerca das freguesias possuidoras de mais áreas de elite.

Após a análise deste conjunto de indicadores seleccionou-se os que melhor poderiam caracterizar uma freguesia onde se verificasse o predomínio de classes mais favorecidas tendo, no entanto, em conta que este tipo variáveis levaria maioritariamente à localização de “novas elites”³. Desta forma, procedemos à elaboração de query's, com os seguintes parâmetros:

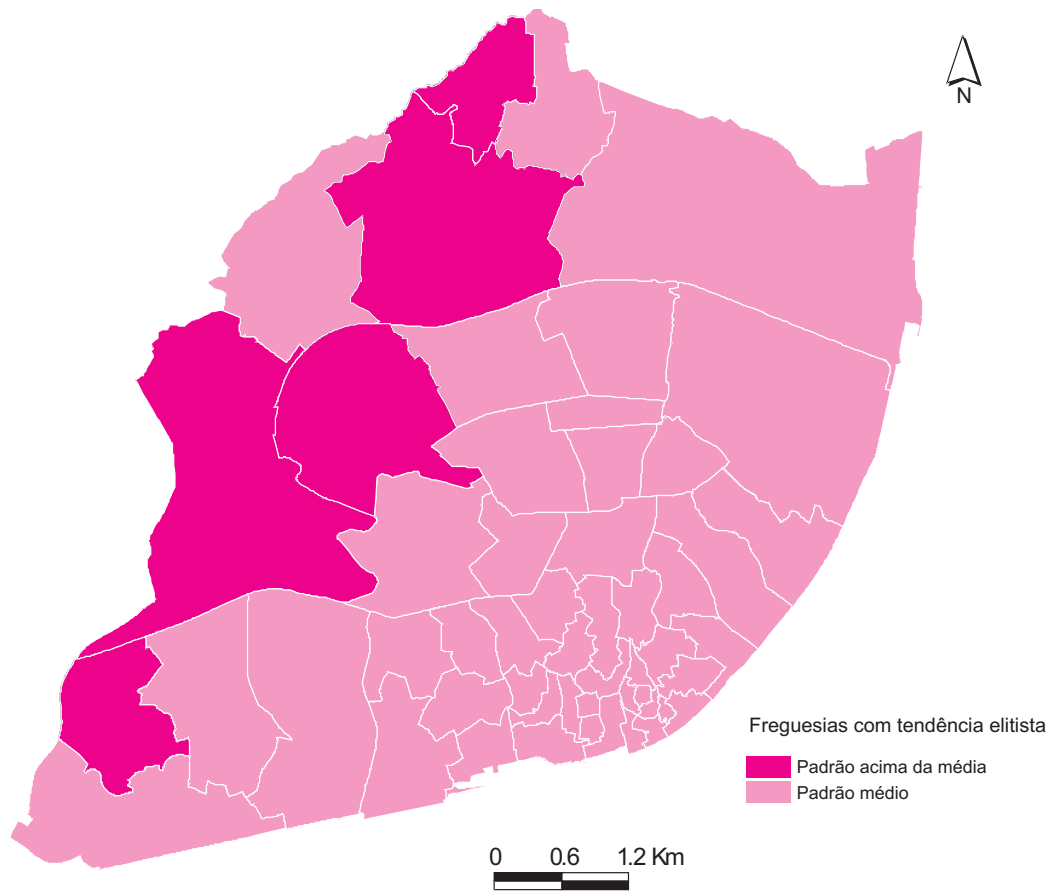
- Alojamentos ocupados pelo proprietário: percentagem superior a 40
- População residente com ensino superior: percentagem superior a 20
- População residente com idade superior a 65 anos: percentagem inferior a 21

Como resultado obtivemos cinco freguesias que se destacaram pelo número de pessoas pertencentes aos estratos sócio-económicos mais favorecidos; Ameixoeira, Lumiar, S. Domingos de Benfica, Benfica e S. Francisco Xavier. Ao analisarmos a distribuição das áreas de elite, através dos estudos da Marktest e do INE (fig. 2), confirmamos que nestas freguesias se encontram grandes áreas de elite, o que indicia a sua tendência elitista.

³ Classe criada pela Marktest, que abrange sobretudo áreas de novas construções e onde predomina a ocupação de uma população jovem (ver 4.1).

FIGURA 1

Freguesias com tendência elitista-2001



Fonte: Censos 2001; Limites Administrativos: INE.

Apesar de todos os espaços destinados a alojar as classes sócio-económicas mais favorecidas serem designados, por áreas de elite, não significa que estes sejam semelhantes entre si. Estas áreas são compostas por diversas formas e tipos de construção e diferentes modos de apropriação e utilização do espaço urbano. Atendendo a que esta diversidade promove a diferenciação física e social, é possível fazer a tipificação e a localização destes espaços na cidade de Lisboa.

4.1 ÁREAS DE ELITE TRADICIONAIS

Elite designa um pequeno grupo que num conjunto mais vasto - político, económico, militar, social, religioso e cultural - é tido como superior pelas suas funções de direcção, de mando, de orientação ou de simples representação. As elites são uma constante das sociedades históricas, de difícil caracterização sócio-cultural ou histórico-cultural, uma vez que os critérios divergem conforme o posicionamento dos seus analistas.

Na verdade, todas as formas de auto-exclusão sócio-espacial aqui estudadas são constituídas por elites, uma vez que se trata de pequenos grupos que pela sua posição sócio-económica tendem a isolar-se dos restantes cidadãos. No entanto, as áreas de elite tradicionais são diferentes das “novas” elites; integram-se em espaço urbano aberto sendo o seu nível de segregação menor e têm um peso histórico maior, uma vez que são áreas de exclusão sócio-espacial que surgiram há muito tempo.

A localização das classes que caracterizam as áreas de elite foi realizada com base em dois estudos; um do INE (Tipologia Sócio-económica da Área Metropolitana de Lisboa) de onde extraímos a classe “Alta proprietária” e o outro da Markttest (Microzonas) do qual consideramos as classes “Elites Clássicas” e “Novas Elites”, uma vez que a descrição do habitat e dos estilos de vida nos permite afirmar que estas são as que melhor correspondem à definição de elite. Assim, estas classes são caracterizadas da seguinte forma:

- “Alta Proprietária”:

Localização:

Esta classe localiza-se principalmente na freguesias de S. Domingos de Benfica (sobretudo nas Laranjeiras e Alto dos Moinhos), Lumiar (na área de Telheiras), e a sudoeste, em S. Francisco de Xavier e Santa Maria de Belém (zona do Restelo). Ainda com algum significado podemos encontrar esta tipologia em Carnide, Santa Maria dos Olivais, Beato e Alto do Pina (Olaias).

Habitat:

Apresenta os mais altos valores em todos os indicadores sócio-económicos; grande número de bens e equipamentos no alojamento e um número

médio de divisões bastante elevado (com $\frac{3}{4}$ do efectivo acima de 5, mais uma do que a média). Os edifícios têm, regra geral, elevado número de pisos, se bem que apresentem grande variabilidade e, portanto, traduzem realidades bem diferentes; são, no entanto, prédios recentes construídos em altura, sendo os seus fins quase exclusivamente residenciais. Os residentes nestas zonas apresentam as maiores proporções de proprietários dos alojamentos assim como uma elevada percentagem de alojamentos já pagos. Quanto aos encargos são dos mais elevados, tal como aliás as rendas; $\frac{1}{4}$ paga mais de 250 euros de renda, se bem que estas sejam de carácter marginal, dada a estrutura de propriedade.

Estilo de vida:

Esta é a classe mais favorecida, pelo que se verifica um aumento na utilização de veículo próprio (o dobro da média) e nas habilitações académicas ($\frac{3}{4}$ acima da média que é de 9 anos de escolaridade); têm uma marcada terciarização e uma população bastante jovem.

- “Novas Elites”:

Localização:

Localizada sobretudo na freguesia do Lumiar (área de Telheiras), abrange também algumas zonas de S. Domingos de Benfica (estrada das Laranjeiras), Santa Maria dos Olivais e Alto do Pina (Olaias).

Habitat:

É a zona que apresenta maior peso de edifícios novos, construídos depois de 1995⁴, normalmente com mais de 6 pisos, garagens no edifício, alojamentos com mais de 2 WC e habitados pelos proprietários. O número de divisões é superior à média e os encargos com a habitação são também mais elevados,

⁴ Informação recolhida através de inquéritos realizados com o objectivo de actualizar e enriquecer a informação dos censos 91.

registando-se igualmente um número importante de famílias que possui uma segunda habitação.

Estilos de Vida:

É a zona mais jovem, predominando indivíduos dos 15 aos 24 e dos 45 aos 54 anos, com nível de instrução superior à média. As famílias, que pertencem à classe alta e média alta, têm em média 3 ou 4 pessoas, são constituídas por casais com filhos, quadros médios e superiores e estudantes. Registam gastos em alimentação e vestuário e calçado acima da média, bem como taxas de posse de bens e equipamentos no lar, nomeadamente a posse de computador, impressora, parabólica, câmara de vídeo e electrodomésticos. A posse de automóvel tem aqui o maior peso do concelho, sendo mesmo muito frequente encontrar famílias com dois ou mais automóveis. Observam-se consumos culturais e práticas de actividades de tempos livres superiores à média, sobretudo no que diz respeito a navegar na internet, praticar desporto, ir a festas, jantares ou reuniões sociais ou jogar no computador. Em relação às férias e fins-de-semana observam-se as maiores taxas de viagens ao estrangeiro com alojamento em hotel. No sector financeiro esta população trabalha normalmente com mais de dois bancos, tendo índices de utilização de cartões bancários e de seguros muito acima da média.

- “Elites Clássicas”:

Localização:

As áreas das Elites Clássicas estendem-se de sudoeste para nordeste da cidade englobando a freguesia de Benfica (Bairro de Santa Cruz de Benfica), Nossa Senhora de Fátima e S. João de Deus (Av. Novas), S. Francisco Xavier, Alvalade (área

de habitação unifamiliar), Santa Isabel, Campolide, S. João de Brito e Santa Maria dos Olivais (Olivais Sul, área de habitação unifamiliar).

Habitat:

O período de construção dos edifícios centra-se principalmente entre 1945 e 1970, sendo importante o número dos que não têm utilização exclusivamente residencial. A posse de garagem fora do edifício e o número de divisões estão acima da média do concelho.

Estilos de Vida:

As famílias residentes, que são na maioria proprietárias da habitação, pertencem sobretudo à classe social alta e média alta com níveis de instrução superiores à média. As ocupações mais frequentes são as de quadros médios e superiores, estudantes e reformados. Gastando mais do que a média em alimentação e em vestuário e calçado, estas famílias possuem também com mais frequência uma segunda habitação e mais do que um automóvel. A penetração de meios tecnológicos como o computador, impressora ou internet em casa é das maiores do concelho. Também os consumos culturais e as actividades de tempos livres são mais diversificadas que a média, nomeadamente o filmar, jantar fora, navegar na internet ou ir a festas, jantares ou reuniões sociais. O mesmo se passa quanto às férias e fins-de-semana, onde encontramos com frequência indivíduos que viajam para o estrangeiro ou no país, alojando-se em hotel ou casa própria de praia. No sector financeiro, o índice demonstra que esta população trabalha normalmente com mais bancos do que a média, utilizando cartões bancários e seguros de saúde e de vida de forma também superior à média.

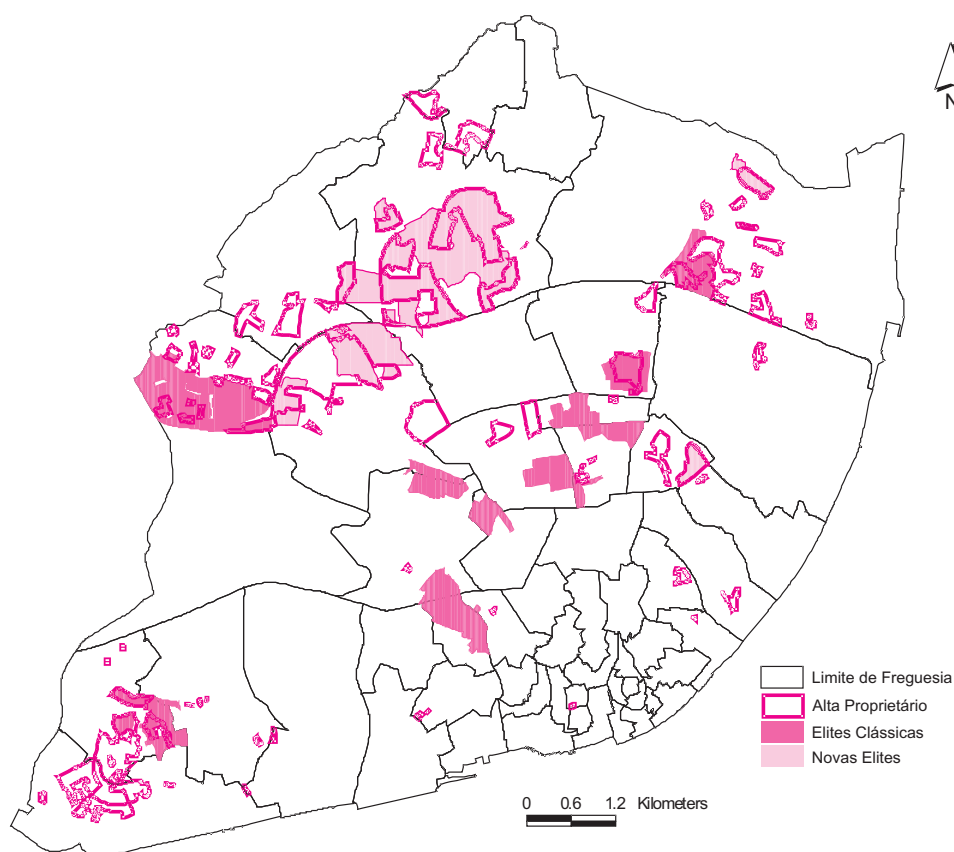
O resultado da localização das áreas de elite tradicionais permite-nos afirmar que estas aparecem predominantemente nas freguesias localizadas a norte e noroeste da cidade de Lisboa (fig. 2). Nestas áreas surgem diversos tipos de construção, embora a grande maioria sejam edifícios em altura, existem áreas onde predominam as unidades unifamiliares (por exemplo no Restelo).

4.2 CONDOMÍNIOS FECHADOS

A designação de condomínio fechado “provém do direito imobiliário inglês e refere-se a um projecto de promoção em que um terreno é dividido em lotes e vendido ou arrendado a diversos compradores ou inquilinos e em que todos se comprometem a cumprir um determinado regulamento com o comum vendedor ou arrendatário” (in Dicionário do Imobiliário).

FIGURA 2

Ortofotomapa e fotografia de duas áreas de elite (A e B) localizadas na freguesia do Lumiar.



Fonte: Ortofotomapa do IPCC, escala de voo 1/10000; Limites Administrativos: INE
Classes: Tipologias Sócio-Económica da AML (INE) e Microzonas (Markttest).

Os condomínios fechados são, pelas suas características, espaços destinados a grupos de elite, surgindo num contexto de grandes desigualdades sócio-económicas, como forma de auto-segregação sócio-espacial.

Os empreendimentos fechados proliferam ou pouco por todo o país, no entanto, predominam nas áreas metropolitanas (sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa - AML), embora apareçam também em grande número no Algarve (neste caso, destinado sobretudo ao turismo).

Em Lisboa este fenómeno conheceu um grande desenvolvimento na última década, altura em que se conjugaram condições propícias à sua expansão (aumento do poder de compra das classes media e média-alta, acesso facilitado ao crédito bancário, condições ligadas à globalização, etc).

Os condomínios existentes em Lisboa apresentam as características habituais: um perímetro cercado e controlado, segurança 24 horas, equipamentos exclusivos do empreendimento e qualidade quer das habitações quer do espaço envolvente. Estes factores possibilitam aos seus residentes a exclusividade, a segurança, o prestígio e a privacidade. No entanto, numa perspectiva de cidade como um todo, este tipo de habitação provoca o fraccionamento do espaço urbano, uma vez que cria bolsas de auto-exclusão, provocando o isolamento dos condóminos em relação aos restantes cidadãos.

Esta forma de habitat vem imprimir um “novo urbanismo” à cidade de Lisboa. O crescimento da cidade deixa de ser feito através dos tradicionais “bairros” para dar lugar ao aparecimento de espaços habitacionais fechados que conjugam residência e lazer, extremamente segregativos não só social como espacialmente. Estes condomínios fechados

aparecem dispersos um pouco por toda a cidade, uma vez que ocupam, quer os espaços livres ainda existentes ou áreas recentemente libertas das habitações degradadas, quer os edifícios reconstruídos (reconvertendo, frequentemente o seu uso, como é o caso de palácios e palacetes que são adaptados a habitação colectiva).

Este fenómeno verifica-se também, com alguma intensidade, em áreas limítrofes ao concelho de Lisboa. O caso mais expressivo é o de Sacavém, na área ocupada pela EXPO, que surge como prolongamento da freguesia de Santa Maria dos Olivais (nesta são referenciados poucos condomínios fechados, uma vez que a maioria se localiza já no concelho de Loures). Estas áreas contíguas a Lisboa funcionam como “pertencentes” à cidade de Lisboa.

Apresentamos, de seguida, a distribuição dos condomínios fechados ou semi-fechados⁵ na cidade de Lisboa. Num trabalho deste âmbito corre-se sempre o risco de omissão, uma vez que esta informação não é recolhida oficialmente e é de difícil aquisição e sistematização, obrigando-nos a recorrer a diversas fontes.

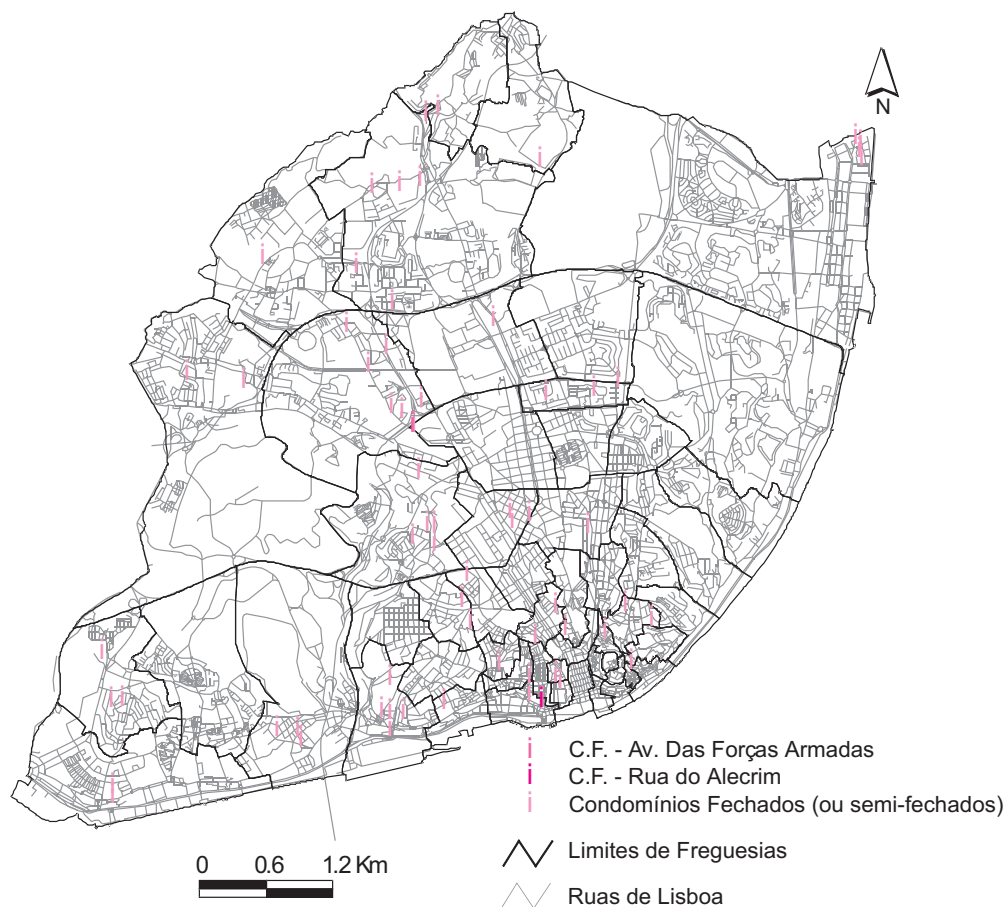
Com tendência para a crescente expansão, os condomínios fechados proliferam já um pouco por toda a cidade de Lisboa, embora com distribuição heterogénea. Desta forma, podemos definir três grandes áreas onde este fenómeno predomina:

- a área central da cidade, situação decorrente da reabilitação ou reconstrução de edifícios antigos;
- um eixo que parte da zona central para noroeste, que abrange uma parte das avenidas novas (consistindo principalmente na reabilitação de edifícios) e uma área de novas construções (freguesias como S. Domingos de Benfica, Benfica e Lumiar);

⁵ Condomínios não totalmente fechados à população, embora existam espaços e equipamento reservados apenas aos condóminos.

FIGURA 3

Distribuição dos condomínios fechados em Lisboa e duas fotografias deste tipo de empreendimento.



Fonte: Base de estradas: CTT; dados: levantamento e fotografias, em Janeiro de 2002; Limites Administrativos: INE.

- um eixo que se estende da baixa da cidade para ocidente, junto à zona ribeirinha. Nesta área, os condomínios são, sobretudo, resultado de reabilitações, sendo a freguesia dos Prazeres a que apresenta maior número destes empreendimentos.

Em toda a parte oriental da cidade, com excepção do Parque das Nações, não se encontram condomínios fechados, no entanto, a recuperação de edifícios localizados junto ao rio, para ocidente, faz prever que em pouco tempo estes ou outros (ex: *loft*) empreendimentos de luxo se instalem nesta área.

A fig. 3 apresenta dois exemplos de condomínios fechados; um localizado na parte mais recente da cidade, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima (primeira fotografia), e outro situado na parte central da cidade, na freguesia da Encarnação, próximo do Bairro Alto (segunda fotografia). O primeiro é um dos condomínios mais antigos da cidade e possui as principais características deste tipo de empreendimento; é fechado através de muros, tem segurança 24 h e vários equipamentos, nomeadamente piscina e campo de ténis. O segundo está ainda em construção e será um condomínio de luxo, com uma arquitectura personalizada, localização

privilegiada e integração de vários equipamentos e espaços verdes.

4.3 GENTRIFICAÇÃO

A gentrificação, sendo um fenómeno sócio-espacial de grande complexidade, é alvo de diferentes interpretações por parte de diversos autores que se interessam pelo tema, pelo que se torna necessário clarificar o seu conceito.

Gentrificação tem origem na palavra “gentry”, que se traduz por “pequena nobreza”, ou por “pessoas de uma classe social alta”, sendo utilizado em muitos textos de língua francesa, no sentido de emburguesamento (embourgeoisement) de determinada área da cidade.

Segundo o Dictionary of Contemporary English, “gentrification” é o processo pelo qual uma rua ou área habitada por pessoas pobres é transformada de forma a ser ocupada por pessoas de uma classe social mais elevada.

A utilização deste termo teve origem nos estudos anglo-saxónicos, quando os autores pretendiam descrever o retorno ao centro da cidade, durante a década de 70, de pessoas da classe média-alta e alta, ocupando áreas tradicionalmente habitadas por populações com baixos recursos, provocando alterações nas características desses locais, nem sempre desejadas pelos seus residentes.

Tradicionalmente, os bairros históricos de Lisboa são ocupados por populações de baixos recursos (vindas de outros locais do país à procura de emprego), formando comunidades coesas e com uma cultura própria. No entanto, nas últimas duas décadas,

principalmente a partir de 1986, com a entrada de Portugal na União Europeia (UE), Lisboa começou a sofrer inúmeras transformações, nomeadamente em termos de estrutura urbana. A maior parte do investimento estrangeiro (devido à entrada na UE) foi feito na capital, o que permitiu acumulação de riqueza. Paralelamente, começaram a surgir políticas de reabilitação e renovação urbana e de incentivo ao retorno à cidade.

A reabilitação começou a ser um objectivo, uma vez que os bairros mais antigos se encontravam em fase de avançada degradação e despovoamento, constituindo bolsas de exclusão social.

No seguimento do interesse pela revitalização dos centros históricos, surgiram em Portugal, na década de 80, vários programas que funcionaram como principais instrumentos de recuperação e reabilitação de edifícios degradados (ex. RECRIA⁶, REHABITA⁷, RECRIPH⁸, IORU⁹ ou URBAN), tendo como objectivo o incentivo à iniciativa privada de reabilitação. Ainda neste contexto, foram criados Gabinetes Técnicos Locais (GTL) instalados nos principais bairros históricos da cidade (fig. 4), com o objectivo de permitirem uma maior proximidade com os seus moradores, de forma a proporcionarem um atendimento mais eficaz.

Apesar de alguns destes programas terem por objectivo a inserção dos seus moradores, o que se verificou em larga medida, foi a ocupação destes espaços por classes com rendimentos mais elevados. As razões são diversas, por um lado procuram cada vez mais as áreas centrais da cidade, prestigiadas, com boa acessibilidade e proximidade aos empregos, e, por outro, são os que têm poder económico para suportar os preços destas habitações.

⁶ Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

⁷ Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

⁸ Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal.

⁹ Intervenção Operacional de Renovação Urbana

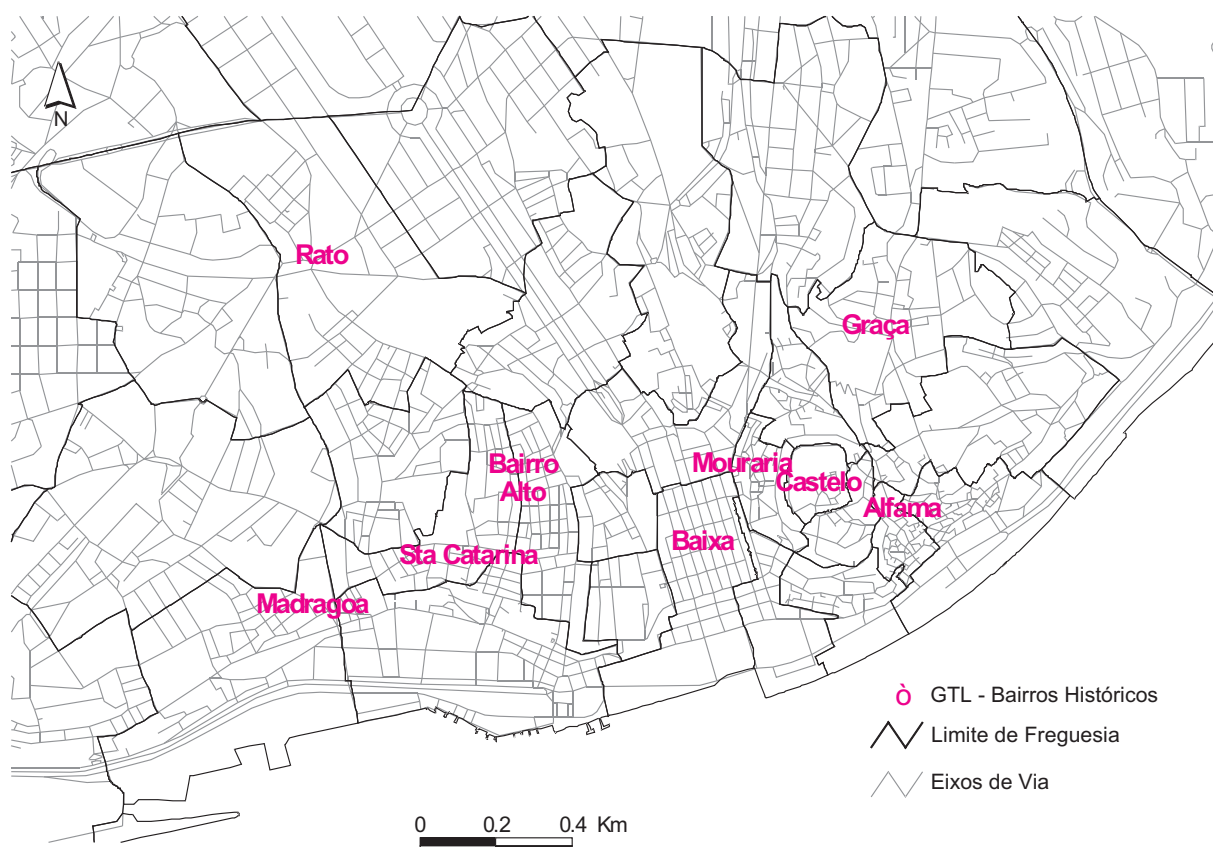
A gentrificação, que está associada à reabilitação urbana, revela-se vantajosa na medida em que se verifica:

- um aproveitamento de uma parte significativa do edificado existente;
- redução dos custos em infra-estruturas e equipamentos aproveitados;
- um impulso renovador em termos de comércio;
- a valorização física e ambiental de áreas degradadas;
- aumento dos movimentos turísticos;
- maior segurança, uma vez que deixam de ser áreas abandonadas e/ou degradadas.

Em Lisboa, a gentrificação apresenta as características descritas anteriormente, localizando-se, sobretudo, no centro histórico da cidade. Uma vez que os GTL se instalaram nos locais que reuniam condições para a expansão do fenómeno, a sua referenciação geográfica permite-nos identificar as áreas onde os gentrifiers se poderão encontrar e que são principalmente os bairros da Madragoa, Bairro Alto, Mouraria, Graça, Alfama e Castelo.

FIGURA 4

Gabinetes Técnicos Locais dos bairros históricos da cidade e três exemplos de reabilitação.



Fonte: Moradas GTL: Câmara Municipal de Lisboa; fotografias, em Janeiro de 2002; Base Estadadas: CTT; Limites Administrativos: INE

Um dos GTL instalou-se nesta freguesia, uma vez que grande parte da sua área foi considerada “Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística” (Decreto Regulamentar 14/92 de Março). A acção conjunta entre os GTL e os particulares levou a que muitos dos edifícios desta zona fossem reabilitados, melhorando a qualidade urbanística e paisagística desta área.

Muitos dos edifícios construídos no início do século XX, tinham qualidade arquitectónica, facto que é realçado aquando da sua reabilitação.

4.4 NOVAS FORMAS DE OCUPAÇÃO E HABITAÇÃO, OS LOFTS

O termo *loft* designa um espaço amplo destinado a armazém ou similar. Em arquitectura, é o espaço superior de um edifício ou uma grande área não dividida dentro de um edifício reservada para o armazenamento de bens quer seja para fins comerciais ou industriais. Em cidades modernas, onde o solo é uma raridade preciosa, os *lofts* industriais são convertidos em residências, em que os inquilinos subdividem o espaço aberto característico destas construções de modo a satisfazer as suas necessidades.

Em Lisboa, tal como acontece na Europa e nos EUA, durante o período industrial, foram construídos inúmeros armazéns e fábricas que se localizavam sobretudo na zona ribeirinha da cidade, uma vez que dependiam de ligação aos transportes fluviais e marítimos. A decrescente importância do transporte marítimo a favor do rodoviário, a pressão urbanística e o desenvolvimento tecnológico obrigaram a alterações nos modos de produção e transporte, o que levou a que muitos destes espaços fossem

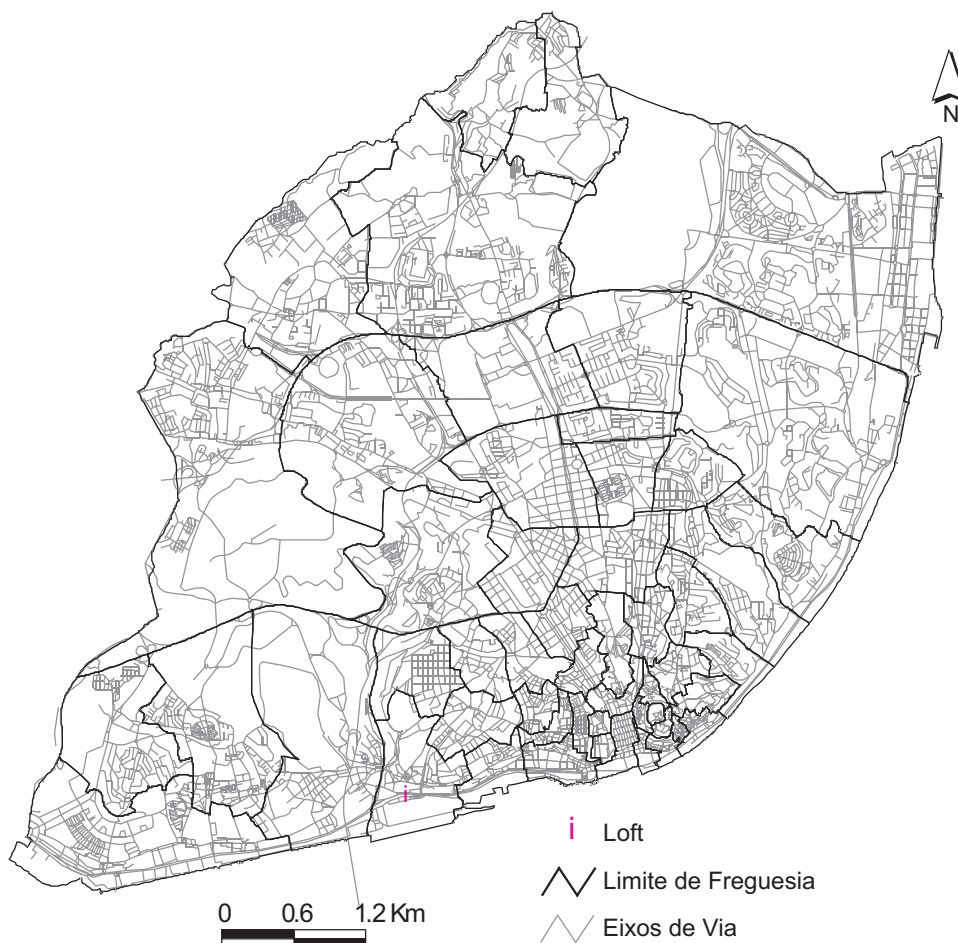
abandonados, sobretudo a partir dos anos 60, o que provocou a degradação, não só dos edifícios como também do ambiente.

Na década de 90, e tentando respeitar a memória colectiva da cidade, começou a ser realizada a recuperação destas áreas portuárias e das velhas fábricas e armazéns, mantendo o seu traço inicial. Esta recuperação tinha como principal objectivo a abertura de espaços de diversão e lazer. Exemplo disso são as Docas de Alcântara e todas as discotecas, bares e restaurantes situados junto ao rio, em freguesias como, Alcântara, Prazeres ou Santos-o-Velho.

Em Lisboa, só recentemente se iniciou a reabilitação dessas fábricas e armazéns, introduzindo o uso habitacional; estes *lofts*, já com alguma expressão nos E.U.A e nalguns países da Europa, voltam a qualificar essas áreas. Desta forma, surge em Alcântara o primeiro e, por enquanto, o único, *loft* que conhecemos em Portugal. Trata-se de uma antiga fábrica de lâmpadas com quase 100 anos. Inicialmente o projecto previa dois tipos de ocupação: comércio ou serviços no piso térreo e habitação nos restantes pisos. No entanto, como este tipo de ocupação implicaria alterações significativas na estrutura do edifício, optaram por eliminar os serviços, ficando apenas a habitação como única forma de uso, destinando o piso térreo ao estacionamento.

A antiga fábrica de lâmpadas localizada na Av. 24 de Julho, encontra-se em fase de reabilitação, com o objectivo de se tornar um *loft*. Tal como o conceito de reabilitação define, a sua arquitectura será mantida, sendo o resultado final apresentado na imagem virtual constante na segunda imagem.

FIGURA 5
Imagem real e virtual do *loft* localizado na freguesia dos Prazeres



Fonte: Imagem Site: <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/003/004/artigo.php?ml=3&x=b16a11pt.xml>;
Base Estadad: CTT; Limites Administrativos: INE

CONCLUSÃO

Cada uma das formas urbanas de ocupação, dependendo das suas características, apresenta maior ou menor grau de segregação.

Embora tradicionalmente o espaço de elite seja segregativo, é nos condomínios fechados e nos *lofts* que esta característica se apresenta com maior expressão, remetendo para a auto-exclusão sócio-espacial.

As áreas gentrificadas e as de elite tradicionais apresentam-se inseridas na malha urbana, em espaço aberto, pelo que o seu grau de segregação espacial é tendencialmente menor, embora possa existir um elevado nível de segregação social.

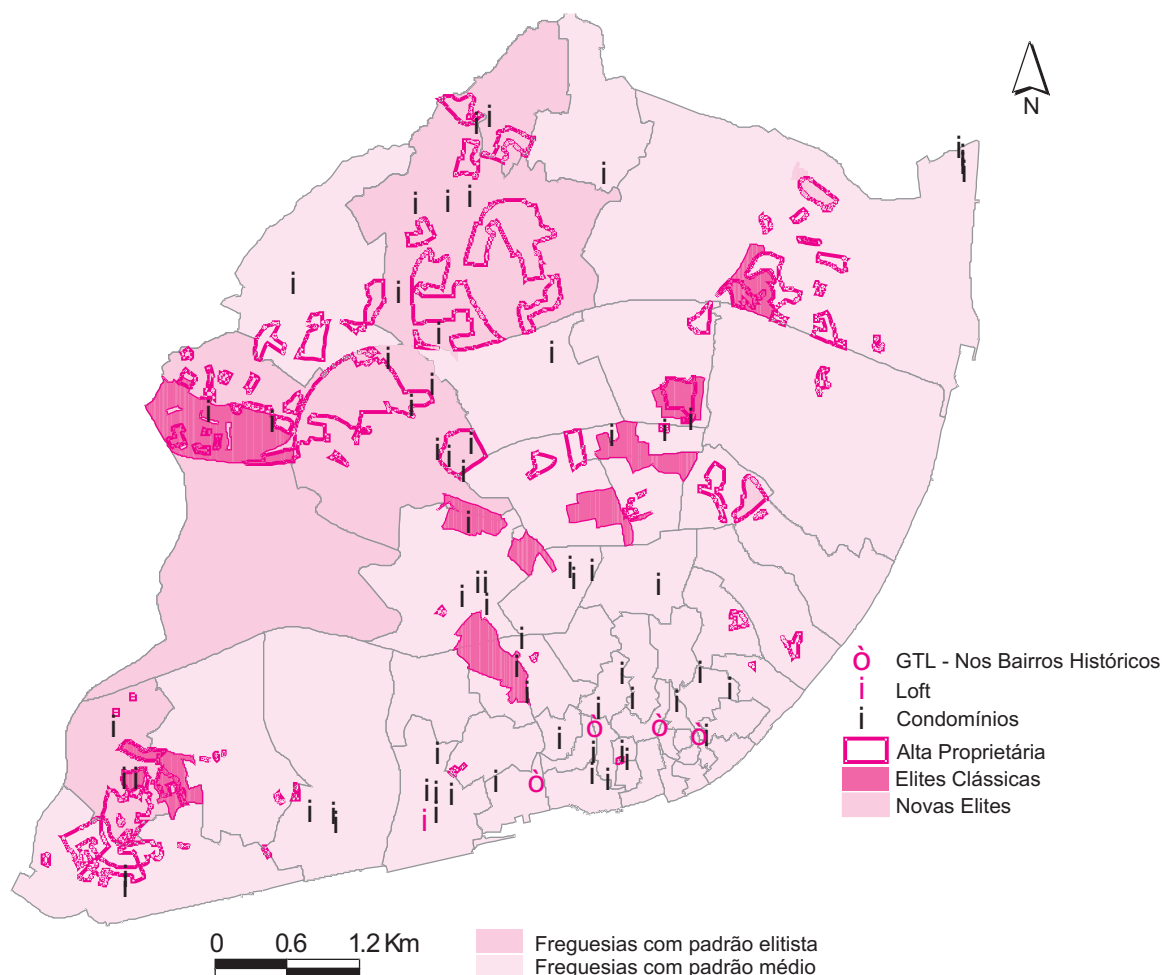
A junção das diversas classes e tipologias de construção de carácter elitista permite-nos elaborar um mapa da distribuição das áreas de elite na cidade de Lisboa em 2001 (fig. 6). O primeiro edifício

localiza-se na freguesia de S. Francisco de Xavier; trata-se de um empreendimento considerado como “semi-fechado” uma vez que existem espaços de livre acesso e outros reservados aos residentes (ex. Piscina).

Para além das tradicionais áreas de elite, que continuam a existir na cidade de Lisboa, os condomínios fechados, a gentrificação e os *lofts* aparecem como sendo as principais novas formas de ocupação dos espaços de elite. Aproveitando

áreas disponíveis para construção ou zonas antigas reparadas, estes empreendimentos são caracterizados pelo elevado grau de segregação. Com o objectivo de assegurar a privacidade, a segurança, a exclusividade e o prestígio, os seus residentes encontram formas físicas ou sociais de manter o isolamento em relação aos restantes cidadãos. Estas formas de ocupação organizam-se em pequenos núcleos, formando “enclaves” dispersos um pouco por toda a cidade, originando a fragmentação do espaço urbano.

FIGURA 6
Distribuição das áreas de elite na cidade de Lisboa, em 2001



Fonte: Exemplos de áreas de elite com diferentes tipologias construtivas.

Verificamos que, principalmente na última década, as novas formas de habitação e ocupação do espaço urbano têm tido uma grande expansão na cidade. Assim, nas áreas de urbanização recente (norte, noroeste e nordeste) encontramos empreendimentos de luxo, frequentemente sob a forma de condomínios fechados, embora se encontrem dispersos um pouco por toda a cidade. A zona central, onde se localizam os bairros históricos, está a ser alvo de uma reabilitação urbana que, por sua vez, é acompanhada por uma mudança na estrutura dos seus residentes. Verifica-se a substituição da população mais velha e com fracos recursos sócio-económicos por outra pertencente a uma classe social mais favorecida. A área ribeirinha está, actualmente, a ser alvo de recuperação. No início dos anos 90, as antigas fábricas e armazéns começaram a ser reabilitados e transformados em locais de convívio e lazer. Mais recentemente, iniciou-se o processo de reabilitação de uma destas fábricas com o objectivo de criar um espaço destinado à habitação, surgindo assim o primeiro loft da cidade.

As novas formas de habitação vêm alterar a lógica de organização interna da cidade, pelo que se torna importante analisar os seus impactos. Não só agravam ou promovem a segregação sócio-espacial como vão no sentido da criação de uma sociedade cada vez mais individualista, podendo provocar conflitos entre as classes excluídas e auto-excluídas. A criação de pequenos núcleos segregados no espaço urbano leva ao enfraquecimento das relações de vizinhança, podendo afectar toda a comunidade urbana e a sociedade no seu conjunto, na medida em que diminui o sentido de solidariedade e a coesão social.

Compete à intervenção pública inverter ou acautelar esta tendência, nomeadamente através dos instrumentos de planeamento territorial ao seu alcance, na certeza de que a cidade de amanhã é o resultado da cidade que vamos construindo.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (1996), *Dicionário Imobiliário*, CIVIS, Informação ao cidadão e Empresa, Lda. (ed.), coordenação de Flávio Paiva, Lisboa.
- ABREU, R., GOMES M. (2001), LisboaLoft, in *Lisboa Urbanismo*, Boletim da direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística/CML, nº16, ano 4, Lisboa, pp.34-36.
- APPARICIO, P. (2000), Residential segregation indices: a tool integrated into a geographical information system, in *Cybergeo*, nº 134.
- ASCHER, F. (1998), *Metapolis, Acerca do futuro da cidade*, Celta Editora, 240 pag.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1980), *Geografia Urbana*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 443 pag.
- BENEVOLO, L., (1993), *As Origens da Urbanística Moderna*, Editorial Presença, 179 pag.
- CALDEIRA, T. P.R. (2000), *Cidade de muros*, Editora Cidade, S. Paulo.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, (2001), *Lisboa, Conhecer, Pensar, Fazer, Cidade*, Centro de Informação Urbana de Lisboa, 117 pag.
- CHOAY, F. (1997), *O Urbanismo, Utopias e Realidades, uma antologia*, Colecção estudos, 4ª edição, Editora Perspectiva, São Paulo-Brasil, 350 pag.
- COSTA, A.F. (1985), *Classe sociais e quadros de interacção na cidade: estudo de caso das relações e práticas sociais em Alfama*, ISCTE, Lisboa.
- CUITO, A. (2001), *Espaços para viver e trabalhar*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 175 pag.
- DONNE, M. (1979), *Teorias sobre as Cidades*, Edições 70, Arte & Comunicação, 255 pag.
- FERNANDES, J. M. (1994), Lisboa no século XX, o Tempo Moderno, in *O Livro de Lisboa*, Projecto do Departamento de Intervenção Urbana da Sociedade de Lisboa 94, Lisboa, pp. 493/522.
- FERREIRA, M. J. (2001), Conceitos e tipologias dos condomínios fechados, in *Condomínios Habitacionais Fechados: Utopias e Realidades*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, série estudos, nº 4, pp.15-30.
- FONSECA, J. C. P. (1998), *Perfis Urbanos: Duas escalas de observação no concelho de Lisboa*, tese de mestrado, ISEGI, 116 pag.
- GASPAR, J. (1994), O desenvolvimento do Sítio de Lisboa, in *O Livro de Lisboa*, Projecto do Departamento de Intervenção Urbana da Sociedade de Lisboa 94, Lisboa, pp. 11/24.
- GOITIA, F., (1982), *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa, 226 pag.
- GONÇALVES, M. J. (1995), Usos e absurdos do urbanismo contemporâneo, in *Sociedade e Território - Revista de estudos urbanos e regionais*, nº 21, pp. 49,56.
- GUERRA, I. (1998), Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida, in *Sociedade e Território*, nº 25/26, Fevereiro 1998, Porto, pp. 118-128.
- MALHEIROS, J. M. (2000), Segregação socioétnica na região metropolitana de Lisboa, in *Sociedade e Território*, nº30, Março de 2000, Porto, pp. 27-36.
- MATHIEU, N. (1997), *Pour une nouvelle approche spatiale de l'exclusion sociale*, Cybergeo, nº 33.
- MATOS, A.T., MEDEIROS, C.L. (1987), *Povos e Culturas*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 344 pag.
- MENEZES, M. (1998), Representações colectivas e reformulações sócio-espaciais no Bairro da Madragoa, in *Sociedade e Território*, nº 25/26, Fevereiro 1998, Porto, pp. 89-102.
- MOLNAR, F.E. (1999), *Lofts – new designs for urban living*, USA, 159 pag.
- NUNES, M. P. (2001), Condomínios fechados: uma dinâmica global, in *Condomínios Habitacionais Fechados: Utopias e Realidades*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, série estudos, nº 4, pp.31-58.
- PATROCÍNIO, M. A. (2001), *A Gentrificação e a Intervenção Pública como Instrumentos na Revitalização Urbana: O Bairro da Madragoa*, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, FCSH, UNL, Lisboa, 96 pag.
- RODRIGUES, W. (1999), Globalização e gentrificação: teoria e empiria, in *Sociologia, problemas e práticas*, nº 29, 95 pag.
- SALGUEIRO, T. B. (1992), *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Colecção Cidade em Questão 8, Lisboa, 433 pag.
- SALGUEIRO, T. B. (2000), Fragmentação e exclusão nas metrópoles, in *Sociedade e Território*, nº 30, Marginalidades e Exclusão, pp. 16-25.